



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
INSTITUTO DE ESTUDOS COSTEIROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA AMBIENTAL**

DARCY FLEXA DI PAOLO

**CAJUEIRO: AGROEXTRATIVISMO E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO EM
CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA PARAENSE**

**BRAGANÇA
2017**

DARCY FLEXA DI PAOLO

**CAJUEIRO: AGROEXTRATIVISMO E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO EM
CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA PARAENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (PPGBA), área de concentração Socioambiental, Campus de Bragança/UFPA, como pré-requisito para obtenção do grau de Doutora em Biologia Ambiental.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria José da Silva Aquino Teisserenc

**BRAGANÇA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Di Paolo, Darcy Flexa, 1956-

Cajueiro: agroextrativismo e relações sociais de gênero em contexto socioambiental na Amazônia Paraense / Darcy Flexa Di Paolo. – 2017.

Orientador: Maria José da Silva Aquino Teisserenc.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, Bragança, 2017.

1. Comunidades agrícolas - Aspectos Sociais - Bragança (PA). 2. Relação homem-mulher.
3. Sociologia ambiental. 4. Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Bragança-PA). I. Título.

CDD: 23. ed. 307.72



Darcy Flexa Di Paolo

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Biologia Ambiental, ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental: Recursos Biológicos da Zona Costeira Amazônica, da Universidade Federal do Pará.

Data de aprovação – Belém/PA: 05/07/2017

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Orientadora)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Nils Edvin Asp Neto (Titular)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Maria Lúcia Chaves Lima (Titular)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Maria das Graças Silva (Titular)
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes (Titular)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Theodorindo e a minha mãe Eunice (*in memoriam*), pelos exemplos de vida e por tudo que fizeram para garantir os estudos de seus filhos;

À Pasquale Di Paolo (*in memoriam*) por todo o aprendizado de vida em comum e sua dedicação incondicional a família e a cultura amazônica;

Aos meus filhos Ítalo, Angela e Luciano por me proporcionarem as mais preciosas experiências de vida, pelo companheirismo de sempre;

À minha netinha Valentina, por me proporcionar, a cada dia, a renovação da alegria de viver;

Aos moradores de Cajueiro, pela acolhida cordial e amiga em todo o percurso da pesquisa;

Às demais comunidades tradicionais amazônicas pelo muito que têm pra nos ensinar sobre a importância de ser mais do que de ter.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a participação de muitas pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para este desfecho. Dentre estas, agradeço especialmente:

Ao meu filho Ítalo, pelos inumeráveis ‘socorros’ prestados, especialmente no trato com tecnologias necessárias neste contexto onde nada se faz sem computador;

À minha filha Angela, que junto com meu genro Saulo, garantiram um ambiente aconchegante de sua sala de estudos para eu escrever muito da versão final, assegurando que eu não me preocupasse com demais afazeres. E ainda, por dividir comigo um pouco do tempo do Saulo, no trato com a minha busca de melhor entendimento sobre uma parte específica e importante do contexto teórico do trabalho; conversas saudáveis e produtivas sempre;

Ao meu filho Luciano, pela imprescindível ajuda na língua inglesa, especialmente na prova de proficiência, etapa importante ainda do processo seletivo do Doutorado;

Às minhas irmãs Lina e Dayse; bibliotecária e técnica administrativa da USP, respectivamente, por terem me facilitado o acesso a diversas obras desta IES, as quais, muito importantes para o encaminhamento da pesquisa;

Às servidoras da biblioteca de pós-graduação do IFCH/UFPA, Nazaré Moraes e Gisele Martinez, pelos sempre atenciosos atendimentos às minhas demandas por obras deste acervo;

Aos colegas da Faculdade de Turismo (FACTOR) / UFPA por colaborarem comigo na minha busca de aprovação e conclusão do curso de Doutorado;

À prof^a Deis Siqueira, por impulsionar a minha escolha em participar desta Pós-Graduação, inicialmente como sua aluna especial, depois, após minha aprovação no processo seletivo, como sua orientanda inicial neste percurso;

À prof^a Cristina Maneschy, ao prof. Sérgio Moraes e ao prof. Salomão Mufarej pela disponibilidade, cada um ao seu modo, quando do início das minhas inquietações, ainda no trato da elaboração do projeto de pesquisa a ser apresentado ao processo seletivo do curso de Doutorado. Encontros esses sempre proveitosos e inspiradores;

Aos membros da minha Banca de Qualificação, com os quais, além da minha então orientadora pude contar, prof. Nils Asp Neto, prof^a Cristina Maneschy e prof^a Roberta Sá Barboza, pelas valiosas contribuições dadas, as quais foram muito importantes para o direcionamento da pesquisa que ora apresento;

Aos professores Nils Asp Neto e Colin Beasley, que no decorrer do meu curso foram coordenadores do PPGBA/UFGA, Campus de Bragança e aos professores Rauquীরio Costa e Marcelo Vallinoto, atuais coordenador e vice coordenador, respectivamente, pela dedicação a este programa de Pós-Graduação e disponibilidade de atenção aos discentes sempre que necessário;

À prof^a Maria José Aquino Teisserenc, pela inestimável atenção em me acolher como sua orientanda, mesmo com o trabalho já em curso. Pela confiança em mim depositada e seu especial profissionalismo sempre presente, atencioso e amigo;

Ao prof. Emanuel Tourinho e a prof^a Iracilda Sampaio, pela dedicação e atenção no trato com a educação superior e, especialmente, pelo muito que têm feito pela formação continuada e capacitação de servidores da UFGA;

Aos professores das disciplinas das quais eu participei como aluna nesta caminhada, prof^a. Deis Siqueira, prof^a. Cristina Maneschy, prof^a Lucy Cajueiro, prof. Nils Asp Neto, prof. Fernando Abrunhosa, prof^a Maria Lúcia Lima, prof^a Maria José e prof. Pierre Teisserenc, por muito de aprendizado compartilhado;

Aos colegas e amigos do Grupo de Estudos Socioambientais Costeiros (ESAC), da UFGA/Campus de Bragança, pela alegria de compartilhar amizades e saberes;

Ao colega e amigo João Emílio, pela disposição em me acompanhar na primeira visita ao campo empírico da pesquisa;

Ao colega e amigo Vando Gomes, pelas várias consultorias a mim concedidas, especialmente quanto a questões ambientais e orientações de mapas, no decorrer do estudo;

Aos colegas de diversas áreas, que tive no decorrer das disciplinas do curso, com os quais pude vivenciar a prática da interdisciplinaridade tão importante no contexto do pesquisar;

Ao secretário PPGBA, Ozório Costa Júnior, pela disponibilidade em sempre atender aos discentes em suas solicitações e encaminhamentos pertinentes;

À Irmã Assenção, do Colégio Santa Terezinha, por me proporcionar estadia em Bragança, quando do início do meu estudo neste município;

À amiga Marília Emmi pela disponibilidade em ler um pouco do trabalho e apontar caminhos apropriados para a elaboração de uma tese;

À amiga Maria de Jesus Ferreira pela disponibilidade de apoio e acolhida sempre oportunos;

À dona Helena Leite e sua família pela tranquilidade que me proporcionou em saber que tinha sempre alguém zelando pelo local que eu costumava ficar quando em Bragança, no decorrer do curso de doutorado;

À profa. Maria de Fátima Lima Melo (*in memoriam*), então Diretora do colégio de Cajueiro, por ter disponibilizado a 'Casa do professor', para que eu pudesse pernoitar, nas diversas ocasiões em que estive na comunidade;

À todos os moradores de Cajueiro, pelos momentos de parcerias e amizades nos encontros de aprendizado do 'bem viver' que ficarão para toda a vida;

À todos mais que de alguma forma colaboraram para este resultado, por compartilharem comigo este percurso, tanto nas conversas e diálogos quanto nos silêncios; com minhas desculpas por não poder mencionar os nomes de todos, aqui registro a minha gratidão.

*O importante não é aquilo que fazem de nós, mas o que nós
mesmos fazemos do que os outros fizeram de nós.*
(Jean-Paul Sartre)

RESUMO

A presente tese teve como **objetivo principal** identificar e analisar, no âmbito do agroextrativismo e no contexto das relações sociais de gênero, as principais atividades produtivas geradoras de renda e aquelas destinadas ao autossustento, em sua articulação com os ciclos produtivos dos recursos naturais utilizados e os arranjos familiares que são construídos no âmbito da comunidade Cajueiro, situada nos limites da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Amazônia Paraense. E os **objetivos específicos**: compreender como se articulam as principais práticas agroextrativistas e as relações sociais de gênero que as envolvem; identificar como homens e mulheres atuam nas atividades relacionadas ao uso dos recursos naturais voltadas ao autossustento e aquelas voltadas à comercialização; investigar as relações de poder que permeiam por entre as regras estabelecidas a partir da presença da Resex e o cotidiano dos moradores e identificar os problemas mais críticos relacionados à vida na comunidade, na percepção dos atores sociais locais. Como recorte teórico destaca-se a contribuição de Michel Foucault, especificamente no que diz respeito à noção de relações de poder. Teve como base a pesquisa qualitativa e como técnicas de coleta de informações em campo: observação participante, entrevista semiestruturada, grupo focal e roda de conversa. Conclui-se que o agroextrativismo constitui a base das atividades produtivas na comunidade em estudo, tendo na agricultura familiar maior representatividade. Destaca-se também a pesca, com vários tipos de peixes e de camarão e também a captura do caranguejo. Tais atividades são realizadas de acordo com o movimento produtivo e reprodutivo dos recursos naturais utilizados, os quais implicam em arranjos familiares, ancorados, por sua vez, nas relações sociais de gênero. E, não obstante as implicações de poder que as circunda, a referida comunidade, a exemplo da maioria das denominadas populações tradicionais, não se deixa sujeitar, renovando-se e resistindo em sua forma de viver, ainda que tal forma contrarie o contexto global vigente.

Palavras-Chave: agroextrativismo, unidade de conservação, comunidade tradicional, relações sociais de gênero, Amazônia.

ABSTRACT

The **main objective** of this thesis is to identify and analyze, where agro-extractivism is concerned and within the context of gender-related social relations, the most significant extractive income-generating activities and those intended for financial autonomy, and how they correlate with the productive cycles of the natural resources being used and the family arrangements that are built in the Cajueiro Community, located within the limits of the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, in Pará State - part of the Brazilian Amazon. And as **specific objectives**: to understand how the main agroextractivist practices and the gender-based social relations related thereto are articulated; to identify how men and women work in the activities related to the use of natural resources aimed at financial autonomy and those geared at marketing; to investigate power relations that permeate the rules established as from the presence of the Resex and the day-to-day life of the dwellers; and to identify the most critical issues related to life in the community, in the perception of the local social players. The main theoretical foundation of this research was Michel Foucault's contribution, particularly with regard to the notion of power relations. It was based on qualitative research and information-gathering techniques in the field: participant observation, semi-structured interviews, focus group and circle of conversation. It can be concluded that agroextractivism constitutes the basis of productive activities in the community being studied, with family agriculture being the most representativeness. In addition, fishing stands out for the many types of fish as well as shrimp and crab harvesting. Said activities are performed according to the productive and reproductive movement of the natural resources being used, which imply family arrangements anchored, in turn, by gender-based social relations. And, despite the implications of power that surround it, said community - following the example of most so-called traditional peoples - does not allow itself to be subdued, thus renewing itself and resisting in its way of life, even if in such way it would be contrary to the current global context.

Keywords: agroextractivism, conservation unit, traditional community, gender-based social relations, Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEPARÁ	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ASSUREMACATA	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Tapereçu
BV	Bolsa Verde
CD	Conselho Deliberativo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CPP	Conselho Pastoral de Pesca
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
ESAC	Grupo de Pesquisa Estudos Socioambientais Costeiros
ETA	Estação de Tratamento de Água
FACTUR	Faculdade de Turismo
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES	Instituição de Ensino Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IN:	Instrução Normativa
MADAM	Programa Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
PPGBA	Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental
PMB	Prefeitura Municipal de Bragança
RESEX	Reserva Extrativista
SMEP	Secretaria Municipal de Economia e Pesca
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOME	Sistema Modular de Ensino
UC:	Unidade de Conservação
UFPA:	Universidade Federal do Pará
ZP	Zona Populacional
ZA	Zona de Amortecimento
ZMT	Centre for Tropical Marine Ecology

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO E INSERÇÃO NO CAMPO EMPÍRICO	22
2.1	Campo teórico.....	22
2.2	Instrumentos e técnicas de pesquisa	29
2.3	Inserção no campo empírico	32
3	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM CONTEXTO DE GÊNERO	39
3.1	Socioambientalismo e relações sociais de gênero	39
3.2	Movimento feminista como impulsionador de direitos	55
4	POPULAÇÃO TRADICIONAL EM TERRITÓRIO PROTEGIDO	68
4.1	Os (des) caminhos das populações tradicionais	68
4.2	Reserva extrativista e processo de gestão.....	76
5	COMUNIDADE CAJUEIRO EM CONTEXTO DE UC	89
5.1	O ambiente natural	89
5.2	Aspectos sócio-históricos	96
5.3	Agricultura familiar e relações sociais de gênero.....	110
5.4	Demais atividades extrativistas no contexto de gênero	127
5.5	O gado: terra e vida	133
5.6	Alimentação e saúde	142
6	CONCLUINDO	151
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICES	174
	APÊNDICE A ROTEIRO DAS QUESTÕES GUIAS 1	175
	APÊNDICE B ROTEIRO DAS QUESTÕES GUIAS 2	176
	APÊNDICE C ROTEIRO DAS QUESTÕES GUIAS 3	177
	APÊNDICE D ROTEIRO DAS QUESTÕES GUIAS 4	178
	APÊNDICE E MEMÓRIA FOTOGRÁFICA DA PESQUISA	179

1 INTRODUÇÃO

*A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá
Mas não pode medir seus encantos.
A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem nos
encantos de um sabiá.
Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar:
divinare.
Os sabiás divinam.*

(Manoel de Barros)

Meu interesse em estudar questões ambientais já vem de alguns anos. No período de 1998 a 2001 estive como Coordenadora Acadêmica do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da UFPA, quando pude perceber mais de perto um pouco da complexidade no trato das relações socioambientais, sobretudo no contexto amazônico, e coordenei cursos de especialização voltados para esta temática. Também acompanhei e orientei diversos trabalhos de conclusão de alunos vinculados a tais cursos, o que aguçou mais ainda a necessidade de estudos mais aprofundados para atender a tais responsabilidades.

Na busca pelo doutorado, deparei-me com a linha de pesquisa socioambiental do Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (PPGBA)/UFPA, do Campus de Bragança, cujas diretrizes abarcavam meus interesses de estudo.

E a convite da então coordenadora da referida linha de pesquisa, prof^a Deis Siqueira, participei como aluna especial da disciplina “Gênero e Natureza”, por ela ministrada, juntamente com a prof. Maria Cristina Maneschy, no período de março a junho de 2012, quando tive oportunidade de aprofundar um pouco mais conhecimentos sobre o tema em tela, assim como perceber mais de perto os desafios impostos às Políticas Públicas e aos gestores de Unidades de Conservação (UC), assim como àqueles que nelas convivem.

Conforme o Art. 2º da Lei Nº 9985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Unidade de Conservação significa:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

No decorrer do encaminhamento do projeto inicial ainda a ser submetido à seleção do doutorado sabe-se que uma questão básica de estudo deve ser definida, questão esta que evidenciará o problema de pesquisa. Então, o que pesquisar? O que se quer saber no decorrer da pesquisa? Para que, afinal a pesquisa será direcionada?

De acordo com as minhas reflexões até então, várias questões vieram à tona. Questões estas direcionadas ao ambiente, espaço/natureza, práticas socioambientais, enfim, que pudessem ser respondidas no contexto de uma localidade específica, onde seus habitantes dependessem o máximo possível dos recursos naturais ali existentes.

Assim, uma localidade geográfica de estudo também precisava ser definida, a qual deveria constituir o meu campo empírico a ser pesquisado. Então, o que, onde e como pesquisar?

Sobre o **quê pesquisar**, eu tinha inicialmente como prioridade estudar práticas socioambientais, no contexto de uma comunidade tradicional amazônica, mas não era minha intenção estudar também questões de relações sociais de gênero. Porém, minha participação como aluna especial na disciplina 'Gênero e Natureza' abriu na direção das questões socioambientais de tal forma que não consegui desvincular tais temáticas, quais sejam, socioambientalismo e relações sociais de gênero.

O socioambientalismo constitui um movimento que passa a ter visibilidade no Brasil, mais precisamente, a partir da metade dos anos 1980 em um panorama de conflitos sociais. Surge a partir de articulações políticas entre a questão social e a ambiental. Um dos desdobramentos constitui políticas ambientais incluindo e valorizando comunidades tradicionais detentoras de conhecimentos e práticas compatíveis com exigências ambientais (ALMEIDA, 2004b).

Sua influência se fez sentir inclusive na Constituição Federal Brasileira de 1988, que estabeleceu sólidas bases para a consagração de direitos socioambientais, e também para a interpretação sistêmica dos direitos ambientais, sociais e culturais, como na legislação infraconstitucional, que lhes deu maior concretude e eficácia (SANTILLI, 2005).

Aqui entendo como povos e comunidades tradicionais o que reza o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

No contexto da organização social dessas populações que têm no território a marca de uma história, de um passado que se renova no presente, o espaço da casa se mistura com o entorno ambiental no qual estão inseridos, sejam os campos, o rio, o mar, a roça, os quais passam a constituir o universo da vida familiar, a partir de papéis sociais atribuídos aos gêneros (CANTARELLI, 2010).

Relações sociais de gênero envolvem pessoas de diferentes sexos, em suas interações entre si e com o meio ambiente em que vivem. Logo, o estudo das relações sociais de gênero é de fundamental importância para a compreensão da questão ambiental e sua conservação, quesitos estes tão necessários em qualquer que seja o espaço/natureza, tendo presente que são as pessoas as principais responsáveis pela conservação e/ou preservação, assim como pela degradação da natureza. Daí a importância da articulação entre práticas socioambientais e relações de gênero, em sua articulação com a natureza, e, em particular, com os recursos naturais, especialmente em UC, onde vivem os chamados povos e comunidades tradicionais.

De acordo com Scott (1995; 2009), gênero é uma categoria útil para a análise histórica porque requer a historicidade das maneiras em que têm sido concebidos o sexo e a diferença sexual.

As possibilidades interpretativas do conceito de gênero não se exaurem, mas o enfoque de gênero é imprescindível para o melhor entendimento das questões que dizem respeito ao trato com a natureza, pois:

Nos projetos de conservação e proteção do meio ambiente é importante que se conheça as necessidades de homens e mulheres, o tipo de recursos naturais mais requeridos por eles, as formas de acesso e os mecanismos de controle sobre tais recursos. Diferenciar entre 'ter acesso' e 'ter controle' sobre os recursos naturais é um exercício importante a ser feito, pois elucida relações de poder (KÜCHEMANN, 2000).

É importante ter-se presente a perspectiva de gênero, pois, considerando contextos de Unidades de Conservação Ambiental, como sugere Küchemann (2000):

Em ações e projetos que objetivam a conservação dos recursos naturais e o manejo eficaz das unidades de conservação é, pois, de suma importância ter uma ideia clara sobre a perspectiva de gênero da qual os envolvidos partem e sobre a perspectiva que pretendem adotar.

Entendo 'meio ambiente' não somente como o meio físico e biológico, mas incluindo a dimensão sociocultural. Logo, incorpora suas relações com os modelos de desenvolvimento vigentes.

Quanto a **onde pesquisar**, procurei definir como campo empírico de estudo, dentre tantas comunidades tradicionais existentes no nordeste paraense, uma que apresentasse maior articulação possível com diferentes dimensões do ambiente (água doce, salgada, mangue e campo) e, se possível, ainda não contemplada com estudos acadêmicos.

Minha busca recaiu sobre a comunidade Cajueiro, atualmente composta por cento e trinta famílias, estas, formadas entre pessoas da própria comunidade e das comunidades vizinhas, constituindo aproximadamente seiscentos moradores.

A referida comunidade, além de atender aos requisitos acima mencionados, situa-se nos limites de duas Unidades de Conservação, a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu e a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (Fig.1). Parte de seu ambiente natural está inserida no município de Bragança e tem representatividade no Conselho Deliberativo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu. O referido CD foi instituído pela Portaria nº 17, de 24 de setembro de 2007, dois anos após a criação da própria Resex. Esta foi instituída pelo Decreto s/nº, de 20 de maio de 2005.

Em geral Resex Marinhas são Unidades de Conservação amplamente identificadas com atividade de pesca, no entanto, Cajueiro representa uma situação na qual a agricultura e a criação de gado ocupam um lugar importante na vida de seus moradores. Isso somado, sobretudo, a falta de informações documentadas configura o presente estudo como o primeiro trabalho acadêmico direcionado a esta localidade da região norte do Brasil, localizada nos limites da

Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Amazônia Paraense, o que ressalta, portanto, a importância da investigação.

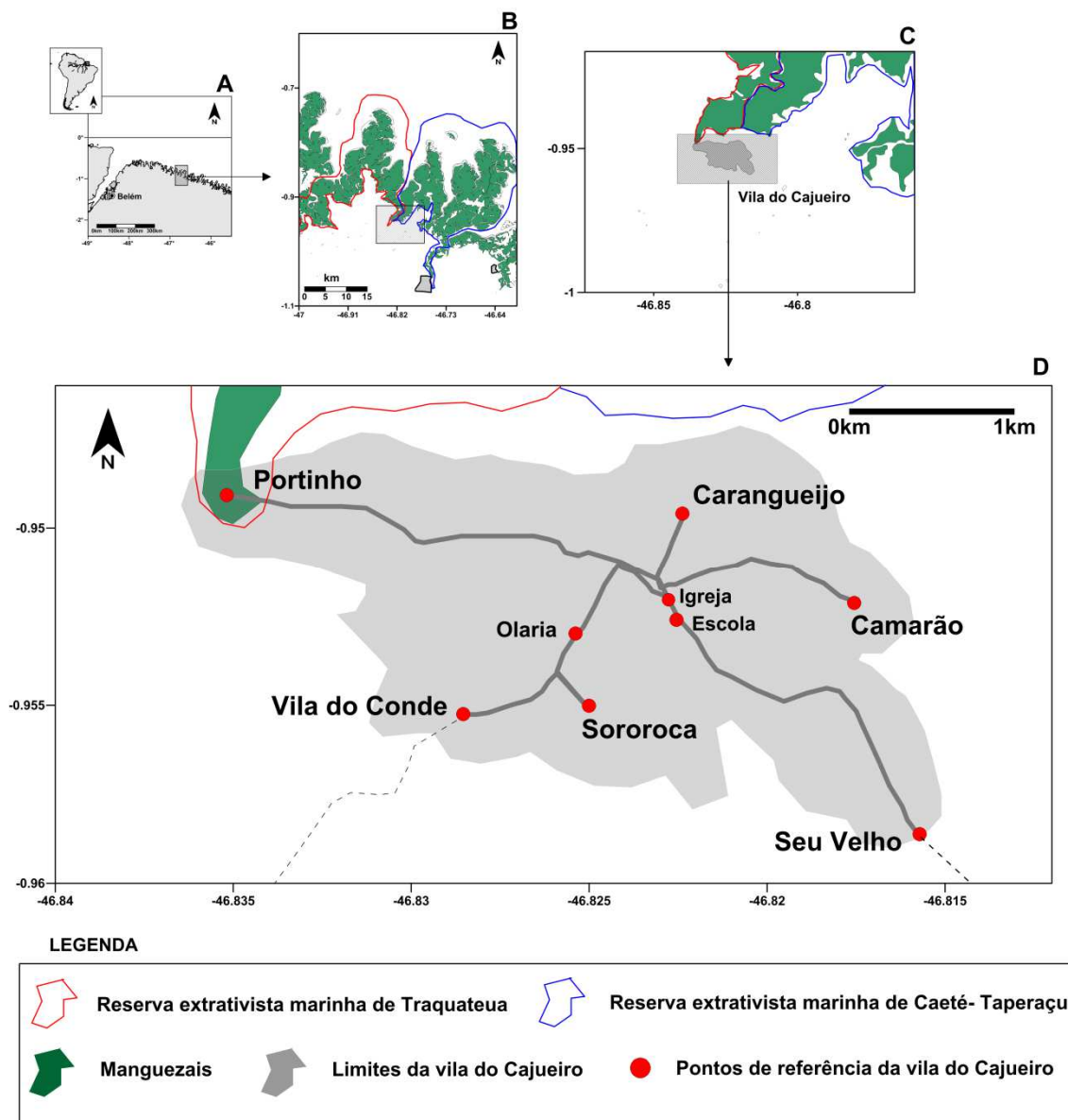


Figura1: Mapa de localização (A) Setor leste da costa amazônica; (B) limites das duas Resex “Traquateua” e “Caeté-Taperaçu”; (C) Localização da Vila do Cajueiro que fica no limite entre as duas Resex e (D) Limites da Vila do Cajueiro, mostrando os principais pontos sociais e econômicos da vila.

Fonte: Vando Gomes, 2016.

De acordo com a Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000, em seu Art. 18, Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, que vivem do extrativismo e, complementarmente, na agricultura familiar e na criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assim como assegurar o uso

sustentável dos recursos naturais da unidade. De domínio público, com uso concedido às citadas populações. Cajueiro se insere, portanto, nesse contexto de proteção territorial.

E assim foi surgindo a presente tese que tem como título “Cajueiro: agroextrativismo e relações sociais de gênero em contexto socioambiental na Amazônia paraense”¹.

Até chegar a definição do problema de pesquisa muitas outras questões foram levantadas, a saber: quais as principais formas de vida da comunidade, mais especificamente no que se refere à relação dos moradores com o ambiente? Em que condições os moradores se fixam e administram suas vidas neste ambiente? Quais as características ambientais mais marcantes que delineiam o dia a dia das famílias que aí habitam? Como as características geomorfológicas e hidrodinâmicas influenciam nos modos de vida local? Que atividades produtivas mais se destacam? Como é a relação entre homens e mulheres na comunidade?

Tais questões foram sendo refletidas e trabalhadas no decorrer das disciplinas do curso. Porém, tendo presente o foco principal de estudo, ou seja, as atividades extrativistas, até então não visualizadas claramente e definido o campo empírico, procurei encaminhar um problema de pesquisa que contemplasse a minha necessidade de estudo como já mencionado acima, isto é, que articulasse socioambientalismo e relações sociais de gênero. Isto foi se delineando melhor com as reflexões feitas no decorrer das disciplinas, com as primeiras visitas à comunidade em estudo e mais precisamente com as contribuições da banca de qualificação, assim como nas oportunidades de orientação.

Assim, encaminhei a seguinte questão/problema: Como em um contexto territorial ambientalmente ordenado pela existência de uma Reserva Extrativista Marinha as atividades extrativistas ligadas ao autossustento assim como para o mercado são organizadas pelas famílias, mais especificamente, na comunidade Cajueiro e, nesta, o que se destaca no que se refere às relações sociais de gênero?

¹ A pesquisa foi feita em sintonia com um projeto de pesquisa maior vinculado ao PPGBA intitulado “**Relações de gênero em contexto de região de conservação costeira**: a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Amazônia Paraense”, sob a coordenação da Profa. Deis Siqueira (Edital 2010 CNPq-MDS-SPM; processo 402300/2010-6).

Questão esta que diz respeito aos modos peculiares do viver na comunidade em questão, portanto, diz respeito à cultura. Como sugere Angrosino (2009, p. 16), “o modo de vida peculiar que caracteriza um grupo é entendido como a sua cultura. Estudar a cultura envolve um exame dos comportamentos, costumes e crenças aprendidos e compartilhados do grupo”.

À guisa de hipótese: Tanto as atividades extrativistas ligadas ao autossustento quanto aquelas vinculadas à comercialização são realizadas não apenas, mas significativamente, de acordo com o movimento produtivo e reprodutivo dos recursos naturais utilizados, as quais implicam em diferentes arranjos das famílias, ancorados estes, por sua vez, nas relações sociais de gênero.

Desta feita, a presente pesquisa teve como **objetivo principal** identificar e analisar, no âmbito do agroextrativismo e no contexto das relações sociais de gênero, as principais atividades produtivas geradoras de renda e aquelas destinadas ao autossustento, em sua articulação com os ciclos produtivos dos recursos naturais utilizados e os arranjos familiares que são construídos no âmbito da comunidade Cajueiro, situada nos limites da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Amazônia Paraense.

Ainda que sejam evidenciados alguns aspectos históricos significativos sobre a origem da comunidade estudada, tomei como base de recorte temporal o período de 2005, ano em que referida Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu foi criada, até o ano de 2016.

E como **objetivos específicos**: compreender como se articulam as práticas agroextrativistas e as relações sociais de gênero que as envolvem; identificar como homens e mulheres atuam nas atividades relacionadas ao uso dos recursos naturais voltadas ao autossustento e aquelas voltadas à comercialização; investigar as relações de poder que permeiam entre as regras estabelecidas a partir da presença da Resex e o cotidiano dos moradores e identificar os problemas mais críticos quanto à vida na comunidade, na percepção dos atores sociais locais.

A presença de uma Resex, sobretudo marinha, traz um conjunto de exigências ambientais, além de envolver uma variedade de terminologias científicas. Neste contexto, o argumento do risco, da ameaça aos ecossistemas é

colocado como justificativa maior para a aplicação deste instrumento de política pública ambiental que busca contemplar também as necessidades das chamadas populações tradicionais. Suscita, inclusive, possíveis consequências nas relações de gênero e redefinições de território. Assim, os objetivos propostos situam-se neste contexto de movimento territorial. Pois,

Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o *locus das* representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas (DIEGUES, 2001a, p. 85).

Portanto, território é uma construção social, resultado das relações sociais, logo, políticas e em constante movimento. Por conseguinte, tanto o problema quanto os objetivos propostos na presente pesquisa situam-se em contexto de um território, que a partir de 2005, conta em sua dinâmica, com a presença de uma Resex.

No que compete a **como pesquisar**, sabe-se que duas frentes precisam ser delineadas e articuladas. A primeira diz respeito ao aporte teórico-metodológico, que deve constituir a base necessária para a devida compreensão do objeto de estudo, assim como para nortear a consistência e a própria configuração da tese. E a segunda, refere-se às definições das técnicas de coleta de dados mais precisamente no contexto do campo empírico.

No campo teórico, dentre vários caminhos possíveis, optei por um recorte à luz das proposições teóricas de Michel Foucault, especialmente no que tange às relações de poder, as quais se inserem em todas as relações humanas. Logo, também no âmbito socioambiental em contexto de unidade de conservação e de gênero.

Como apoio teórico complementar, outros autores, que atuam de forma reconhecida na temática em tela, também foram solicitados, muitos dos quais marcados pela influência de Foucault em suas proposições teóricas, os quais são devidamente situados ao longo do texto.

Dentre as modalidades de investigação, a pesquisa qualitativa foi priorizada por eu considerar a mais adequada aos objetivos propostos, os quais requerem atenção especial para perspectivas dos sujeitos a serem pesquisados.

Como sugere Flick (2009), a pesquisa qualitativa está direcionada justamente para as perspectivas dos participantes, em suas práticas cotidianas relativas à questão em estudo.

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. [...] envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhe atribuem (FLICK, 2009, p.16)

Este autor acrescenta ainda que os métodos e técnicas utilizados na pesquisa qualitativa devem ser adequados às questões em estudo, devendo ser abertos suficientemente para favorecer o entendimento do que se busca na pesquisa.

Assim, **trajetória metodológica** foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, sendo priorizada, como acima mencionado, a pesquisa qualitativa, a qual, conforme Turato (2004), em seus procedimentos de investigação, não prioriza o trato estatístico ou de outros meios de quantificação na busca dos resultados a serem alcançados. Nesse sentido pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, quesitos estes que não são acessíveis à quantificação e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional em contextos territoriais específicos, procedimentos estes pertinentes com os objetivos da pesquisa em tela.

De acordo com Bicudo (2011), a pesquisa qualitativa por não se basear em processos matemáticos de interpretação, não tira o mérito da busca de clareza para aquilo que se quer compreender. Com efeito, desde os primeiros contatos com a comunidade em estudo minha intenção não foi enumerar informações para serem quantificadas e posteriormente analisadas, mas sim observar, escutar e apreender junto com eles, os participantes da pesquisa, os seus modos de vida no contexto da produção de suas vidas.

O estudo qualitativo evolui ao longo da investigação permitindo maior aprofundamento e detalhamento dos dados.

O investigador observa as pessoas e as interações entre elas, participando de atividades, entrevistando pessoas-chave, conduzindo histórias de vida ou estudos de casos e/ou analisando documentos já existentes. Não existem regras metodológicas fixas e totalmente definidas, mas estratégias e abordagens de coletas de dados, que não devem ser confundidas com a ausência de metodologia ou com o “vale tudo”. O material básico da investigação qualitativa é a palavra que expressa o falar cotidiano, tanto no nível das relações quanto dos discursos (GUIMARÃES; MARTINS; GUIMARÃES, 2004, p. 80).

A pesquisa foi fruto deste caminho de busca de compreensão reflexiva e crítica da realidade em estudo e foi, de fato, evoluindo no decorrer do período em que estive presente na comunidade, procurando situar a fala dos atores envolvidos, com o devido cuidado e atenção que tais falas merecem.

Partindo do princípio de que as relações sociais de gênero são constituintes das relações humanas com o meio ambiente, a presente pesquisa visa contribuir com subsídios sobre uma realidade ainda carente de estudos acadêmicos isto é, questões socioambientais em UC.

Ainda que sem a pretensão de abranger inteiramente a totalidade da vida da comunidade em estudo, o que a ciência não pode garantir, como sugere Manoel de Barros (2007) citado no início desta Introdução, os resultados aqui apresentados estão relacionados aos objetivos propostos. Constitui-se, portanto, de seis seções: esta Introdução; Recorte teórico-metodológico e inserção no campo empírico; Unidade de conservação em contexto de gênero; População tradicional em território protegido; A Comunidade Cajueiro em contexto de UC e, por fim, já que tem que concluir, Concluindo...

A seguir apresento de forma mais detalhada o aporte teórico-metodológico, os instrumentos e técnicas de pesquisa e sua aplicabilidade no decorrer do estudo.

2 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO E INSERÇÃO NO CAMPO EMPÍRICO

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir

(Michel Foucault)

2.1 Campo teórico

Como já mencionado, o recorte teórico-metodológico aqui priorizado situa-se à luz das contribuições de Michel Foucault, mais exatamente no que se refere à noção de poder, ou seja, relações de poder entendidas como jogos de forças, relações de confronto, de poder e resistência, pois, não há poder sem resistência (FOUCAULT, 1979, 1988, 2003, 2010).

A obra de Foucault influenciou e continua influenciando significativamente muitos pesquisadores contemporâneos, das mais diversas áreas do saber.

Conforme Touraine (2009), a contribuição de Foucault, especialmente nas suas últimas obras, é de fundamental importância para a renovação de percepções e de práticas de liberdade no mundo em que vivemos.

Michel Foucault nada mais é do que um grande barqueiro [...] atravessando os maiores temas do discurso interpretativo dominante, alcança a ideia de sujeito e de subjetivação que nos libertam do sufoco imposto pela noção de uma sociedade sem atores, sem reflexão e sem consciência (TOURAINÉ, 2009, p. 101).

O objeto principal deste estudo são as práticas agroextrativistas e a questão das relações sociais de gênero que as permeiam. Tais temáticas são analisadas num contexto de unidade de conservação, portanto, cenário que encampa/envolve necessariamente relações de poder e, conseqüentemente, terreno fértil de possíveis situações estratégicas, de confrontos e pontos de resistência.

Poder, relações de poder, confronto e resistência são termos fundamentais na análise sobre poder em Foucault. Para este autor, o poder deve ser compreendido “como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (FOUCAULT, 1988, p. 88).

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...] não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Foucault, em várias de suas obras, especialmente em “História da sexualidade 1: a vontade de saber” (1988), traz grandes contribuições sobre a questão do poder e suas dimensões, sobretudo, no contexto da sexualidade.

O processo de subjetivação que constitui o sujeito compõe o conjunto de temáticas, presentes em sua obra, porém, para estudá-lo se faz necessária a devida articulação com o quesito poder, pois, se reconhecer como sujeito, especialmente sujeito de sexualidade tem a ver com o poder, ou melhor, com relações de poder (FOUCAULT, 2010). Tais reflexões são significativas no âmbito do socioambientalismo no contexto das relações sociais de gênero, que representam o foco principal do presente estudo.

Para Foucault (2010, p. 276), “mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade externa, consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias”. Assim, enfatiza-se também a necessidade de se compreender o que são as relações de poder. Aqui reside uma de suas principais contribuições, ou seja, investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações.

Concordando com Foucault (2006), em todos os tipos de relações de poder sempre há possibilidades de resistência, sem a qual não haverá de forma alguma relações de poder, o que não significa ausência de liberdade, pelo contrário, se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade também.

Para Foucault (2004, p. 276/277), as relações de poder

são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas. São móveis, reversíveis e estáveis. Só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto, para que exista uma relação de poder é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. [...].

Poder não quer dizer um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa nenhum espaço para a liberdade. Poder não é o mal ou algo que se possua, ele tem dimensão produtiva, pois não só reprime, uma vez que o poder

produz condutas. Aliás, mais que o termo ‘poder’, a ênfase deve estar em ‘relações de poder’ como jogos estratégicos entre liberdades (FOUCAULT, 1988).

Todas as relações de poder tem certa assimetria, algumas mais, outras menos. Algumas bem mais acentuadas, outras nem tanto. Em um momento um se sobrepõe, em outro momento poderá ser o outro a se sobrepor.

Para Foucault, resistência, ou melhor, resistências são partes das relações de poder, pois:

[...] sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1988, p. 91).

Tendo presente que este estudo, além de versar sobre questões socioambientais, versa também sobre relações sociais de gênero, o tema sexualidade certamente é um assunto recorrente.

No que tange à questão da sexualidade, Foucault argumenta que por muito tempo na história da humanidade não existiram imposições de um único sexo, isto só começou a ser enfatizado a partir do século XVIII, quando:

as teorias biológicas da sexualidade, as condições jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados modernos conduziram pouco a pouco à recusa da ideia de uma mistura dos dois sexos em um só corpo e, conseqüentemente, a restringir a livre escolha dos indivíduos ambíguos (FOUCAULT, 2004, p. 83).

Desde então, continua Foucault, ficou convencionado a cada um apenas um sexo, o que corresponderia a uma identidade.

A cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que eventualmente aparecessem, eles apenas podiam ser acidentais, superficiais ou simplesmente ilusórios. Do ponto de vista médico, isso significava que, diante de um hermafrodita, não se tratava mais de reconhecer a presença dos dois sexos justapostos ou misturados, nem de saber quais dos dois prevalecia sobre o outro, mas sim de decifrar qual era o verdadeiro sexo que se escondia sob aparências confusas; o médico terá que, de alguma maneira, despir as anatomias enganadoras e encontrar, por trás dos órgãos que podiam ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro. [...] Essa foi, pelo menos, a tese na qual se tendeu a acreditar no século XVIII, através de um certo número de casos importantes e aproximadamente discutidos (FOUCAULT, 2004, p. 83/84).

Isso teve uma consequência jurídica, a não aceitação da livre escolha com relação à sexualidade. Mas afinal, é possível identificar o verdadeiro sexo? Esta foi uma das questões colocadas.

Laqueur (2001) representa uma forte referência no contexto desta discussão, ao realizar uma cuidadosa pesquisa sobre o gênero e sexo dos gregos a Freud evidencia diferentes paradigmas do sexo na história do ocidente.

Este autor argumenta que por muito tempo perdurou o modelo de sexo único, pois se acreditava que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens só que internas. “As mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital - de perfeição - resultara na retenção interna das estruturas que no homem são visíveis na parte externa” (LAQUEUR, 2001, p. 16). E em meio aos seus posicionamentos, questiona: o homem continua sendo homem, mesmo sem o seu órgão reprodutor?

Laqueur (2001) ressalta ainda que por volta de 1800 as bases em diferenças biológicas começam a ser expressas de forma diferente. A visão dominante do sec. XVIII, embora de forma alguma universal, era de que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos.

Ressalta o autor:

o fato de que em certa época o discurso dominante interpelava os corpos masculino e feminino como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um sexo, e em outra época como opostos horizontalmente ordenados e incomensuráveis, deve depender de outra coisa que não das grandes constelações de descobertas reais ou supostas (LAQUEUR, 2001, p. 21).

Assim, autor conclui que tanto o sexo biológico quanto o gênero foram construídos historicamente.

Todavia, Foucault (2004) afirma que, desde meados do século XIX, a medicina vem corrigindo muitas coisas nesse sentido. Por exemplo, já se admite, ainda que de forma tímida, a possibilidade de um indivíduo adotar um sexo que não é biologicamente o seu.

Deve-se admitir, entretanto, que em pleno século XXI ainda não está totalmente abandonada a ideia de que se deva ter um verdadeiro sexo, não obstante as diversas investidas de pesquisadores e de movimentos sociais que buscam desconstruir esta tendência. Investidas estas, sobretudo, a partir do movimento feminista ou feminismo.

O feminismo representa um movimento que teve sua origem no século XIX com mulheres da classe média, instruídas, principalmente nas áreas das humanidades, tendo entre suas primeiras reivindicações mais públicas o direito ao voto. Representa um campo de forças que formatou as últimas décadas do século XX e o início do século XXI e tem impulsionado a renovação de conceitos, revisões de métodos, inclusive mudanças de paradigmas científicos, que influenciam as práticas sociais vigentes. Este movimento e as mudanças de paradigma das relações de gênero que ele produziu, são analisados mais adiante.

Relações sociais de gênero e socioambientalismo têm se infiltrado em grande parte das camadas das relações humanas, suscitando e promovendo novas práticas de liberdade em prol do respeito aos direitos civis básicos. Ambos transversalizam as dimensões de classes, estratos e etnias.

A contribuição de Michel Foucault, especialmente no que tange à noção de poder, muito tem contribuído para o entendimento das relações de confronto e resistência que permeiam as relações sociais de gênero no contexto das comunidades tradicionais. Contextos estes que encampam jogos de poder, constantemente intercalados de estratégias de resistências.

Dentre os autores aqui citados, que tratam a questão de gênero tendo como base o pensamento foucaultiano, destacam-se Bento (2006), Butler (2012), Medrado (2008), Nogueira (2001), Oliveira (2011), Touraine (2009), Rago (1995), Sawicki (2016).

Recorro também à noção de 'biopoder' proposta por Foucault (1988). Noção esta que se refere especialmente a formas e práticas de exercício do poder vigente nos Estados modernos; significa poder sobre a vida, mais especificamente, no que respeita à regulação dos que a eles estão sujeitos, por intermédio de variadas técnicas para obter a sujeição dos corpos, e o controle de populações, ou seja, a 'biopolítica'. "As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida" (FOUCAULT, 1988, p.131).

Ancorado no biopoder se configura a percepção do poder disciplinador e normalizador de condutas que engloba tanto indivíduo quanto o corpo social. Neste sentido:

Não é necessário insistir, também, sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência (FOUCAULT, 1988, p.135).

O biopoder opera no contexto social vigente, em todos os campos da vida social. Por um lado, um poder direcionado à sujeição e à disciplinarização dos corpos - disciplinar - e, por outro, o controle das populações – a biopolítica. Trata-se de um conjunto de tecnologias e políticas institucionais voltadas para o controle de todos os aspectos da vida e do corpo.

Segundo Foucault (2008), uma nova racionalidade a respeito do papel do Estado surge em relação ao jogo de interesses particulares que se configura na sociedade, especialmente a partir do sec. XVIII. Nesta nova configuração de 'governamentalidade' a população passa a ser olhada sob nova ótica.

Agora, a população vai aparecer como uma realidade ao mesmo tempo específica e relativa: relativa aos salários, relativa às possibilidades de trabalho, relativa aos preços, mas também específica, em dois sentidos. Primeiro, a população tem suas próprias leis de transformação, de deslocamento, e é submetida a processos naturais tanto quanto a própria riqueza. A riqueza se desloca, a riqueza se transforma, a riqueza aumenta ou diminui. Pois bem, por processos que não são os mesmos mas que são do mesmo tipo ou, em todo caso, que são igualmente naturais, a população vai se transformar, vai crescer, decrescer, se deslocar. Existe, pois, uma naturalidade intrínseca à população. E por outro lado, outra característica específica da população é que se produz entre cada um dos indivíduos e todos os outros toda uma série de interações, de efeitos circulares, de efeitos de difusão que fazem que haja, entre um indivíduo e todos os outros, um vínculo que não é o vínculo constituído e desejado pelo Estado, mas que é espontâneo.

[...] a população aparece como uma realidade muito mais densa, espessa, natural, do que aquela série de súditos submetidos ao soberano e a intervenção da polícia, mesmo em se tratando da polícia no sentido lato e pleno do termo, tal como era empregado no século XVII (FOUCAULT, 2008, p. 473).

Assim, a visão de população como "coleção de súditos" é substituída pela percepção de "população como conjunto de fenômenos naturais" (FOUCAULT, 2008a; 2008b). E é nesta configuração que o Estado, ou melhor, a 'governamentalidade' passa a atuar com relação às populações.

Conforme Pellizzaro (2013), a mecânica do biopoder opera também pelo enquadramento das pessoas em categorias, por meio da otimização do tempo e do espaço a fim de que se possa tirar o máximo proveito dos indivíduos através da canalização de suas energias.

Pode-se dizer, portanto, que este poder não nasceu exclusivamente de um indivíduo, de uma instituição ou do próprio Estado, mas é muito mais resultado de uma série de estratégias a partir de condições locais e de urgências práticas. Faz parte de uma articulação complexa através da

qual os diferentes mecanismos de poder e de saber se apoiam (PELLIZZARO, 2013).

Com a biopolítica, todos os fenômenos ligados à vida tornam-se objeto de saber e de intervenção do Estado, o qual passa a gerir este processo e a ter controle sobre eles.

Assim, o biopoder, na sua expressão enquanto disciplina, se encarrega dos indivíduos e de seus corpos e enquanto biopolítica, isto é, como meio de controle da população, naquilo que ela tem de mais fundamental que são seus processos biológicos, se encarrega da vida como um todo.

No contexto do socioambientalismo, entendo que a noção de biopoder contribui, no estudo em tela, para a análise da relação entre a RESEX e a comunidade em estudo, que está inserida em um contexto de normas, regras, saberes e poderes de modo peculiar.

Sawicki (2016) ressalta que Foucault se referia a sua obra como “caixa de ferramentas” e convidava seus leitores a pegar o que achassem útil e ignorar ou descartar o resto.

De fato, Foucault afirma esta metáfora da caixa de ferramentas como possibilidade e necessidade de um pensamento instrumental a serviço do saber, do desvendar das verdades aparentes no mundo vivente.

O papel da teoria, hoje, parece-me ser justamente este: não formular a sistemática global que repõe tudo no lugar, mas analisar as especificidades do mecanismo de poder, balizar as ligações, as extensões, edificar pouco a pouco um saber estratégico [...] A teoria como caixa de ferramenta, quer dizer: - que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno deles; que essa pesquisa só pode se fazer aos poucos, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas dimensões) sobre situações dadas (FOUCAULT, 2003, p. 251).

E confirma também a utilização de obras de autores, como por exemplo, de Nietzsche do qual não nega influência em seus escritos:

Quanto a mim os autores que gosto eu os utilizo. O único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o de Nietzsche é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar. Que os comentadores digam se se é ou não fiel, isto não tem o menor interesse (FOUCAULT, 1979, p.143).

Assim, sugere que suas obras sigam também este caminho:

Todos os meus livros seja História da loucura seja outros podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise como de uma chave de

fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultam, pois bem, tanto melhor! (FOUCAULT, 2006, p.52).

O referido recorte teórico aqui utilizado insere-se como instrumento, como 'ferramentas' para a análise tanto das práticas socioambientais quanto das relações sociais de gênero que as envolvem; especialmente neste cenário permeado de jogos de forças que contextualizam as comunidades tradicionais e as unidades de conservação. Portanto, as reflexões teóricas aqui delimitadas ancoram o presente estudo.

2.2 Instrumentos e técnicas de pesquisa

Utilizei como técnicas de coleta de informações em campo: a observação participante, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e rodas de conversa junto a lideranças locais e demais informantes-chave, no propósito de obter informações necessárias para atingir os objetivos propostos.

A observação participante não é propriamente um método, mas

um estilo pessoal adotado por pesquisadores em campo de pesquisa que, depois de aceitos pela comunidade estudada, são capazes de utilizar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber sobre as pessoas e seus modos de vida (ANGROSINO, 2009, p. 34).

Após a conquista da concordância dos membros da comunidade em estudo, minha presença entre eles, aos poucos passou a ser não apenas de um pesquisador a procura de dados para sua pesquisa, mas de uma pessoa conhecida por eles, cuja presença não era considerada estranha e sim cordial e amiga. Foram várias conversas em frente de casas de moradores, em seus locais de trabalho ou durante minhas caminhadas pela comunidade em busca de entendimento sobre seus modos de vida. Vale ressaltar que nem sempre essas conversas versavam sobre o meu interesse de pesquisa, eram troca de informações gerais, inclusive brincadeiras e amenidades, como acontece em geral entre pessoas que se estimam.

As entrevistas semiestruturadas, de acordo com Triviños (1987) e Manzini (2003) devem ser encaminhadas a partir de um conjunto de questões guias, as quais servirão de diretrizes para o diálogo entre entrevistador e entrevistado,

mantendo o entrevistador atuante neste processo e favorecendo, de forma mais livre e espontânea a descrição dos fatos em questão, assim como a explicação e compreensão de sua totalidade, pois não condicionadas a um padrão de alternativas de respostas; deixando margem para emergir informações de forma mais ampla possível.

Todas as entrevistas realizadas seguiram essa configuração, do tipo semiestruturada, partindo de algumas perguntas básicas (Apêndices A, B, C, D) e deixando fluir o diálogo, no qual várias outras perguntas foram surgindo, o que garantiu informações preciosas para o alcance dos objetivos propostos. Tais entrevistas foram feitas mais precisamente junto a informantes-chave, ou seja, lideranças locais (dois), moradores mais antigos (quatro, sendo dois homens e duas mulheres) e demais moradores, por exemplo, aqueles mais envolvidos com uma das atividades extrativistas, tendo-a, inclusive, como uma de suas atividades principais, no contexto da lida com a terra e com produtos naturais específicos, estes, advindos tanto da água, dos campos ou do manguezal.

A partir destas entrevistas, de fato, as questões guias feitas inicialmente no seu decorrer possibilitaram o aprofundamento dos assuntos de interesse da pesquisa e ajudou a ampliar o meu olhar de pesquisadora para outras questões que, inicialmente, nem pensava que fosse encontrar, porém questões tão significativas que passaram a ser também prioritárias, pois, proporcionadoras de novos caminhos para o devido desvendar do estudo.

Em nenhum momento tive dificuldade de contatar os entrevistados para as referidas entrevistas, pois, sempre estive atenta à disponibilidade do tempo deles, o que permitiu flexibilidade também de tempo para a duração das mesmas, que foram todas gravadas, com a devida anuência dos envolvidos.

No contexto da pesquisa qualitativa existem semelhanças entre entrevistas individuais e em grupo. Para Gaskell (2014, p. 73):

Em ambos os tipos de entrevista o pesquisador não orienta a investigação a partir de um conjunto de perguntas predeterminadas como se faz em um levantamento ou questionário, Embora o conteúdo mais amplo seja estruturado pelas questões da pesquisa, na medida em que estas constituem o tópico guia, a ideia não é fazer um conjunto de perguntas padronizadas e esperar que o entrevistado traduza seus pensamentos em categorias específicas de resposta. As perguntas são quase que um convite ao entrevistado para falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. Além do mais, diferentemente do levantamento, o pesquisador pode obter

esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes com sondagens apropriadas e questionamentos específicos.

Gaskell (2014) argumenta ainda que a entrevista individual ou de profundidade é uma conversação que dura normalmente de uma hora a uma hora e meia, também partindo de um tópico guia, elaborado pelo pesquisador. Este tipo de entrevista foi utilizado, mais especialmente junto aos moradores mais antigos, lideranças e aqueles que mais se destacavam em atividades mais específicas na comunidade.

A técnica de grupo focal, conforme Barbour (2009) e Gaskell (2014) compreende uma forma de entrevista em grupo baseada na comunicação e interação entre os participantes, sem levar em conta a diferença de *status* entre os mesmos, no intuito de obter informações detalhadas sobre um tópico específico de pesquisa.

Foram realizados três grupos focais, com a participação de 6 (seis) a 8 (oito) moradores da comunidade em cada um dos referidos grupos, compreendendo àqueles que mais se destacam nas diversas atividades extrativistas, entre as quais, pescadores, agricultores e tiradores de caranguejo e aqueles que lidam mais diretamente com o gado que também se faz presente na comunidade.

O tempo de desenvolvimento destes grupos focais girou entre uma e meia a duas horas aproximadamente e também foi gravado, com a devida permissão dos participantes. A comunicação e interação se fez presente de forma significativa em cada grupo, que se configurou em debate aberto e acessível, claro que uns se manifestaram mais do que outros, mas todos contribuíram de alguma forma com suas opiniões e percepções em torno dos tópicos sugeridos.

Rodas de conversa, conforme Gaskell (2014) possuem as mesmas características dos grupos focais, pois comungam os mesmos critérios de interação entre os participantes.

Nesta pesquisa, as rodas de conversa foram feitas mais precisamente com as mulheres da comunidade. Não foram muito planejadas, aconteceram mais ou menos espontaneamente, pois em muitas das vezes em que eu estava na comunidade costumava ficar mais tempo na casa de uma das famílias, cuja localização é bastante estratégica, fica em frente a praça central da comunidade e

lá funciona também um pequeno comércio de produtos alimentícios entre outras coisas.

E é em torno da referida praça que estão localizados também o colégio, o centro comunitário e o posto médico. Logo, era comum encontrar com moradoras que passavam em direção a um destes locais e, quando me viam por lá, paravam e ficávamos conversando. E de repente, estava um grupo de cinco a oito mulheres participando destas conversas. Assim se configuraram as rodas de conversa, a partir de tópicos importantes do contexto da pesquisa. Três destas oportunidades, com a participação de 6 (seis) a 8 (oito) mulheres, foram também gravadas e tiveram a duração de uma a duas horas, como nos grupos focais.

Assim sendo, observação participante, entrevistas semiestruturadas, grupos focais e rodas de conversa foram as principais técnicas utilizadas na coleta de informações necessárias para atender as exigências da pesquisa de campo.

2.3 Inserção no campo empírico

Minha inserção no campo empírico não aconteceu de imediato, foi se fazendo inicialmente de forma indireta desde sua definição como foco principal do estudo ainda na fase de elaboração do projeto que deveria ser avaliado no processo seletivo do Doutorado.

Inserção esta que continuou, especialmente no decorrer das primeiras disciplinas do curso, ouvindo depoimentos de colegas sobre suas áreas de estudo e imaginando o que encontraria na minha, especificamente. Também as leituras sobre comunidades tradicionais, unidades de conservação, reservas extrativistas e demais temas relacionados à temática iam delineando minhas aproximações reflexivas sobre o ambiente físico em questão.

Outra forma de inserção em campo empírico foi ter participado em algumas reuniões do Conselho Deliberativo (CD) da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Bragança-PA, cuja comunidade Cajueiro tem sua representação. Oportunidades que, além de me favorecer contatos com profissionais, gestores e técnicos envolvidos na temática de estudo pude perceber mais de perto as diversas formas de participação dos atores locais, manifestando ou não suas

preocupações e demandas, assim como suas indagações frente a um ambiente de interações e mediações em que emerge todo um contexto marcante de significados no qual o processo de aprendizado entre os envolvidos é uma constante.

Meu convívio com professores e colegas no decorrer da minha participação em diversas disciplinas do curso foi importante para aprofundar discussões e reflexões fundamentadas em autores que discutem a temática ambiental e socioambiental, assim como relações de gênero, complementadas por outros mais que abordam mais especificamente o contexto da tradição e da modernidade, questões estas também interligadas à realidade em estudo, muito contribuiu para o que chamo de inserção no campo teórico e empírico, pois, de acordo com Spink (2003, p. 28):

o campo não é mais um lugar específico, mas se refere a processualidade de temas situados. [...] campo, entendido como campo-tema, não é um universo “distante”, “separado”, “não relacionado”, “um universo empírico” ou um “lugar para fazer observações” [...] campo, portanto, é o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que tem múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes [...]. Esta noção mais ampla de campo-tema como debate constante e sem limites ou fronteiras, tem muitos pontos de intersecção.

Ainda de acordo com Spink (2003), o campo-tema está além de um lugar específico, “são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes”. Quando nos propomos a fazer pesquisa de campo não significa apenas ir a campo, pois já estamos no campo porque já estamos inseridos no contexto do tema, buscamos sim nos localizar, no propósito de conseguir estar territorialmente o mais próximo possível das partes e lugares em questão, pois a localização da ação da investigação já faz parte do tema.

Vale ressaltar também os contatos casuais que fui tendo no convívio da cidade de Bragança e até nos corredores do *Campus* da UFPA aí localizado, com pessoas que ou nasceram na comunidade ou a conhecem por algum motivo, por exemplo, parentes que vivem lá, enfim, através de tais contatos pude obter também informações de campo ao longo do percurso da pesquisa.

Além disto, paralelamente a minha participação nas disciplinas do curso (especialmente entre abril e junho de 2014) seguiram-se visitas á Órgãos públicos da cidade de Bragança/PA, entre os quais: Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Ação Social, IBGE, ICMBio, entre outros, assim como contatos informais

com professores da rede pública municipal e estadual que atuam na referida comunidade, no intuito de conseguir informações iniciais sobre o campo empírico de estudo.

No dia 14 do mês de abril de 2014, concomitante à participação nas disciplinas e em meio a Semana Santa, finalmente conheci mais de perto a comunidade em estudo. Convidei um colega² da pós-graduação, o qual se prontificou a me acompanhar neste primeiro contato físico e vivencial na comunidade Cajueiro.

Tínhamos mais ou menos uma ideia da localização, e assim percorremos os aproximadamente 17 km (de Bragança a Cajueiro), de moto, encontrando pessoas ao longo do percurso e indagando a elas se o caminho estava correto. E continuamos percorrendo uma estrada permeada de campos e alagados, pois este período do ano as chuvas são frequentes, e de pastos, desviando de bois e vacas pelo caminho até chegarmos numa curva que tinha uma placa com o nome 'Cajueiro'. Enfim, chegamos!

Esta primeira visita não aconteceu de forma planejada, nem articulada com nenhum morador específico, mesmo eu já tendo referências de moradores-chave da comunidade. O propósito era conhecer o caminho para chegar até lá e conhecer um pouco da localidade, sem interesse de encontrar pessoas específicas e sim quem fosse possível para este primeiro contato e abrir caminho para futuros encontros mais próximos com os atores sociais locais. Assim, o olhar, o ouvir e o escrever foram se fazendo no percurso, pois que, interdependentes e complementares na investigação, como sugere Oliveira (2000).

Um pouco além da referida placa já vimos uma residência com várias pessoas de uma família local, onde, após conversa, identifiquei tratar-se de avô, filhos, sobrinhos, netos e agregados, num total de oito adultos e várias crianças e adolescentes. Paramos e nos dirigimos para perto do portão. Apresentamo-nos, dissemos o que estávamos a fazer e pedimos para conversar um pouco com eles, quando uma garotinha de mais ou menos quatro anos abriu o referido portão encaminhando-nos para perto dos seus. Fomos recebidos por todos com alegria e

² João Emílio Costa, então mestrando em Biologia Ambiental UFPA/Campus Bragança foi o colega que me acompanhou nesta primeira visita à comunidade Cajueiro.

atenção. Eles estavam preparando beijus³ para o devido encontro com os demais familiares que estavam sendo esperados para o tradicional encontro da Páscoa e fomos servidos com café quentinho e beijus acabados de ser feitos.

Vale ressaltar que em meio a nossa apresentação, ao mesmo tempo em que eles falavam deles, informando quem era o pai, o tio, o dono da casa, eu também fui sendo interrogada sobre quem sou eu, o que eu fazia na vida, se solteira, se casada, se tinha filhos, se não, enfim. Isto já deixa claro que no campo empírico, especialmente quando se trata de pesquisa qualitativa, como afirma Valadares (2007) “o pesquisador é um observador que está sendo o tempo todo observado”.

Neste primeiro encontro foram feitas algumas perguntas informais sobre a relação deles com a Resex e demais questões pertinentes ao cotidiano na comunidade. Como se trata de uma comunidade situada nos limites de uma RESEX, perguntei sobre a relação deles com esta e logo deu para perceber o ‘sentimento de pertença’, ou seja, como eles se sentem integrantes da Resex.

Logo nas suas primeiras falas foram sendo manifestadas algumas insatisfações quanto à Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA), chamada Associação Mãe, pois, representa os extrativistas de todas as comunidades que compõem a Resex e que, segundo eles, não está fazendo valer seus direitos como deveria.

Um dos adultos fala que a referida Associação está fraca, merecendo se fortalecer,

nós damos duro trabalhando aqui, somos extrativistas de caranguejo e peixe, trabalhamos com água doce e com água salgada, somos pais de famílias e ficamos de fora de muitos benefícios, assim não dá gosto pagar a Associação.

Nenhum dos demais familiares contra argumentou esta fala, ao contrário, confirmaram também insatisfações com este Órgão representativo; outro adulto enfatiza; “sempre tem gente querendo ganhar”. Cabe ressaltar que questões parecidas com estas também são frequentes nas reuniões do Conselho Deliberativo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, das quais eu participava.

³ Beiju: um tipo de iguaria alimentar feito à base da massa da mandioca, depois de prensada, peneirada ou moída, temperada com sal e côco. Levada ao forno na folha da bananeira, feito na casa da farinha.

Por sugestão desta primeira família que nos recebeu seguimos para a casa de outro morador local, o qual, segundo eles, já teria sido presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Cajueiro. Chegando lá fomos recebidos pelo referido morador, que afirma ter sido sim presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade desde 2002, antes mesmo da existência da Resex e que foi também o vice do primeiro presidente da Assuremacata, já com o advento da Resex, portanto, um dos fundadores desta. Ele nos diz que o principal papel do responsável pela Associação é buscar melhoria para a comunidade e afirma também que a comunidade faz parte da Resex, pois compreende o seu território.

O nome deste morador acima referido já havia sido mencionado por outras pessoas que me ouviam falar sobre a pesquisa na comunidade, sugerindo que eu o procurasse, por ele ser uma pessoa de influência local. De fato, a partir deste primeiro contato ele acabou mesmo sendo um informante-chave para o propósito da pesquisa, como uma espécie de intermediário, abrindo mais portas de contato junto às demais pessoas da comunidade.

Ainda nesta oportunidade falei também com o Agente Comunitário de Saúde da comunidade. E como todos os demais entrevistados até então, alega também que a comunidade faz parte da Resex, pois está bem no seu limite e aponta para uma placa que está situada a poucos metros de onde estávamos, fomos ver a referida placa na qual tem informações sobre a Resex, como data de sua fundação, com referências ao Ministério do Meio Ambiente e tudo o mais. Na realidade, é uma placa oficial colocada no limite da Resex com a sua devida identificação, mas é olhada como algo positivo pelos moradores locais, pois, pelo que pude perceber, eles consideram que ela informa que o espaço em que eles estão é Resex.

Depois deste primeiro contato direto com o campo empírico prossegui com as necessárias visitas locais, especialmente depois de verificar que, de certa forma, partindo da cidade de Bragança, era fácil o acesso para chegar até lá, pois, fui informada da existência de um ônibus que sai de Bragança todos os dias, às 10:30 h., retornando às 18:00 h., o qual transporta, sobretudo, estudantes que moram na comunidade e estudam nesta cidade. Inicialmente foram muitas idas e vindas nesta forma de transporte. Saía pela manhã e retornava no final da tarde,

uma ou duas vezes por semana, e assim fui tendo contatos mais próximos com os moradores, ao mesmo tempo em que fui obtendo as informações necessárias para a pesquisa.

Ainda no decorrer do primeiro mês de idas e vindas, conheci a então diretora do colégio local e, em meio a uma conversa, ela me ofereceu, caso eu quisesse permanecer na comunidade por alguns dias, a ‘casa do professor’, isto é uma casa que é alugada pela prefeitura e está disponível para os professores da rede municipal e estadual que ministram aulas na comunidade. Então, passei a ficar de dois a três dias por semana e às vezes uma semana sim outra não, na comunidade, dormindo nesta referida casa. E depois de mais um tempinho de idas e vindas, quando todos da comunidade já estavam a par da minha presença, não era incomum eu receber convites para ficar em suas casas enquanto eu por lá estivesse, em vez de me alojar na ‘casa do professor’. Já no final de 2015 até dezembro de 2016, passei a dormir algumas vezes na casa de uma família local, pois no decorrer da busca de informações junto aos moradores, os laços de amizade com eles foram se fortalecendo.

Portanto, estive presente no campo empírico de abril de 2014 a dezembro de 2016, período este, especialmente de busca de informações para atender os objetivos da tese. Porém, não apenas como uma pesquisadora em busca de informantes e informações para a pesquisa; simplesmente registrando dados, mas sim procurando conviver, ‘com-sentindo’, pensando com, enfim, como uma “testemunha de tempos, pessoas, culturas e memórias, em busca de aprendizados densos e difíceis. Em busca da substância de vidas e de seus mistérios, contradições, generosidades e conflitos” (BRANDÃO, 2007, p. 148).

Neste contexto, minha experiência de campo empírico não significou apenas uma experiência de pesquisa acadêmica, mas de vida, na escuta atenta, no compartilhar de saberes, no ouvir silêncios e entrelinhas, enfim, no compartilhar vidas. Portanto, o recorte teórico aqui priorizado favoreceu um olhar mais crítico e reflexivo, o perceber diferente, além do que se costuma pensar e ver conforme a dita normalidade, para podermos vislumbrar possibilidades de existências outras, como sugere Michel Foucault (1984), na epígrafe que inicia esta seção.

Com a consciência de que o pouco dos frutos desta experiência apresentado no decorrer deste estudo não significa um relato inteiramente

explicável do que foi pesquisado, mas é o que consegui captar do muito que os que vivem nesta realidade têm de sabedoria ancestral no trato com a natureza e a vida.

A seção seguinte versa sobre Unidade de Conservação em contexto de gênero, socioambientalismo e o movimento feminista como impulsionador de direitos. Nuances teóricas estas importantes para a devida compreensão do estudo em tela.

3 UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM CONTEXTO DE GÊNERO

A evolução da humanidade era assistida apenas com um olho (masculino), como se tivesse um “tapa olho” deixando a visão fragmentada. Quando foi possível enxergar o mundo com os dois olhos (masculino e feminino), a paisagem ficou mais clara, com mais foco e beleza.

(João Carlos Gomes & Michele Sato)

O ser humano, no processo de produção de sua existência, processo este que é social, precisa da natureza para sobreviver. É, pois, na relação com a natureza que a espécie humana, inclusive, cria novas necessidades, muitas das quais, passam a ser importantes tanto quanto aquelas consideradas necessidades básicas (ANDERY et al., 1988).

Diversos são os grupos que fazem parte da sociedade humana. Grupos estes que se organizam das mais variadas formas, ocupando espaços geográficos específicos, com posições definidas, nas quais desenvolvem formas de viver, de se relacionar entre si e com a própria natureza. Portanto, temas como meio ambiente e conservação ambiental estão diretamente vinculados aos papéis desempenhados pela espécie humana na sociedade, pois, os impactos da degradação ambiental afetam não somente a fauna e a flora, mas, ainda que de forma distinta, homens e mulheres, logo, toda a humanidade.

Aqui são abordadas questões relativas ao ambiente de UC, nele incluídos os aspectos socioculturais no âmbito da socioambientalização e relações sociais de gênero e do movimento feminista, em suas estratégias de poder.

3.1 Socioambientalismo e relações sociais de gênero

A questão ambiental tem se imposto historicamente nas diversas esferas das ações humanas, impulsionando reflexões, debates e suscitando práticas na busca da melhoria da qualidade da vida no planeta.

Relações sociais de gênero também configuram uma questão que há muito vem despertando reflexões, dentre outras, sobre a feminilidade e a masculinidade; como sugere Rago (1995), “num mundo que certamente aprendeu

com Foucault que as essências e as identidades naturais são uma ficção e não uma realidade empírica”.

Tanto questões socioambientais quanto questões de relações sociais de gênero têm a particularidade de perpassarem, transversalizarem diversos setores, classes, estratos, dimensões, da sociedade, provocando e instigando novas formas de investigação, de compreensão e de ação humanas, especialmente nas três últimas décadas.

Incorporar o estudo de gênero significa dar abrangência a tais investigações, amplia-se a análise e os resultados quando se tira o foco exclusivo da mulher e agregam-se os lugares de homens e de mulheres e suas relações, incluindo aqui as relações socioambientais (DI PAOLO, 2017).

De acordo com Küchemann (2000), tal categoria de análise aborda todas as formas de relações sociais que contribuem para fixar e perpetuar as identidades e os lugares das pessoas referenciadas em seu sexo. Logo, as relações sociais de gênero são transversais e estruturantes. Transversais porque perpassam por todas as demais relações sociais (geração, raça, ambiente/natureza); estruturantes porque condicionam os lugares dos indivíduos, constroem hierarquias e instituem comportamentos, lugares, papéis.

A Carta da Terra (2000) sugere que chefes de Estados procurem adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da terra, os direitos humanos e o bem estar comunitário, no sentido de promover estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e assegure a igualdade e a equidade dos gêneros como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável.

Lisboa e Lusa (2010), pesquisaram junto a instituições que trabalham com a questão agrária e junto a grupos organizados e/ou movimentos de mulheres agricultoras em três países: Brasil (Brasília e Chapecó/ SC), Cuba (Havana) e México (Distrito Federal e San Cristóbal de las Casas). A pesquisa teve como foco de interesse a abordagem do desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero. Nos três países pesquisados

ficou clara a dificuldade que ainda se mantém sobre a distribuição igualitária das tarefas domésticas, ou seja, a divisão sexual do trabalho: geralmente, o homem passa a ser incumbido das grandes decisões e o exercício decorrente do poder. Já às mulheres é atribuída e naturalizada

a responsabilidade pelo cuidado dos filhos, dos anciãos e dos doentes, e as demais tarefas relacionadas à reprodução social no âmbito familiar.

É perceptível, portanto, que questões que envolvem relações de gêneros não são fatos isolados de uma realidade específica, ou de um país em particular, pelo contrário, se inserem em contexto mais amplo da vida humana. Desta feita, as autoras concluem que o referido estudo aponta que as necessidades básicas das mulheres do campo sejam priorizadas nas políticas públicas.

Portanto, desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero envolve formular propostas de intervenção no campo com base na equidade de gênero, prover instrumentos adequados que visem encaminhamentos e realizações de propostas de mudança institucional com o objetivo mais igualitário e democrático (LISBOA, LUSA, 2010).

No mês de junho de 2012 o Brasil sediou pela segunda vez em vinte anos, a Cúpula da Terra das Nações Unidas, a chamada Conferência Rio+20, uma homenagem ao papel de liderança exercido pelo Brasil na busca de estratégias de desenvolvimento socialmente includentes e ambientalmente saudáveis, tanto em âmbito nacional como global. Nesta oportunidade, uma das muitas questões discutidas foi sobre “como pôr fim ao escândalo da desigualdade abissal nas condições e na qualidade de vida existentes hoje em cada nação e entre as nações” (SACHS, 2012).

Isto pode traduzir, pelo menos formalmente, a preocupação dos governantes e da sociedade civil na busca da justiça social e da prudência ambiental.

Tais preocupações já apontam para a consciência da necessidade de mudanças de paradigmas de planejamento e gestão de desenvolvimento que possa proporcionar o equilíbrio planetário e garantia necessária à qualidade de vida às gerações atuais e futuras. Por outro lado, a obtenção do lucro a qualquer preço tem sido a medida de ocupação do planeta, o que tem provocado impactos de natureza socioambiental sistemáticos, com efeitos desastrosos, especialmente à vida das populações que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua reprodução social.

O sistema de desenvolvimento dominante no planeta ancorado na perspectiva do lucro a qualquer preço não deixa margem para outra forma de

organização social que escape da racionalidade do liberalismo econômico que explode nos anos 1830, como adverte Polanyi (2000, p. 166):

O liberalismo econômico foi o princípio organizador de uma sociedade engajada na criação de um sistema de mercado. Nascido como mera propensão em favor de métodos não burocráticos, ele evoluiu para uma fé verdadeira na salvação secular do homem através de um mercado auto-regulável.

Neste contexto, os governantes primam para garantir o livre funcionamento deste sistema, o liberalismo econômico, que segue se impondo, com alcance global no século XXI.

Segundo Leff (2001), “o princípio de sustentabilidade emerge no contexto da globalização como uma nova visão do processo civilizatório da humanidade”. Princípio este que perpassa o questionamento dos pilares da produção e as diretrizes conceituais que têm impulsionado e até legitimado o crescimento econômico sem levar em conta a sua base, que é a natureza; evidenciando a degradação ambiental como sintoma de uma crise de civilização, portanto, a desconstrução do paradigma econômico da modernidade na perspectiva de propiciar futuras práticas socioambientais pautadas nos limites da natureza, nos potenciais ecológicos e na criatividade humana de cada região.

Por outro lado Leff (2001; 2006), atenta para o perigo da banalização da noção de sustentabilidade, a qual vem perdendo seu sentido crítico, fazendo parte do discurso oficial e da linguagem comum, portanto, situando-se em diferentes sentidos no jogo de interesses que configuram o processo de apropriação da natureza, sem fundamentos sobre a capacidade do livre mercado e sem levar em consideração a desigualdade social, o que tende a favorecer a política neoliberal em curso.

Ainda de acordo com Leff (2001), a ‘capitalização da natureza’ está gerando diversas manifestações de resistência cultural ao discurso de sustentabilidade e das políticas de globalização, dentro de estratégias das comunidades para autogerir seu patrimônio em recursos naturais e culturais. Assim, são configurados confrontos de resistência que apontam possibilidades de renovação do processo econômico a partir de uma nova racionalidade produtiva que configure um projeto social com base nas autonomias culturais, na democracia e na produtividade da natureza. Não obstante, faz-se necessário reconhecer a marca da sustentabilidade como um corte da racionalidade

modernizadora para construir uma racionalidade produtiva fundada no potencial ecológico e nos novos sentidos civilizatórios.

Não são os fatores culturais, nem mesmo os econômicos que determinam inteiramente a vida social, pois cada vez mais atores estão manifestando suas posições, requerendo e conquistando seus direitos no contexto da economia mundial, como enfatiza Touraine (2009, p. 246):

dos processos sociais por meio dos quais os determinantes econômicos e políticos, de um lado, e os atores individuais ou coletivos, definidos cultural e socialmente, por outro, possam ser ligados, dando origem à ação coletiva, a processos políticos e a atitudes pessoais ou grupais.

Vale ressaltar que no contexto atual da globalização, ou no que se costuma considerar sociedade pós-moderna⁴, as instituições não têm mais como preocupação principal o atendimento das necessidades dos sistemas sociais, mas sim a proteção dos indivíduos e grupos contra as forças sociais dominantes. Assim, “em sociedades onde os direitos civis básicos são respeitados, defende-se o poder de cada indivíduo respeitar os direitos e as liberdades das outras pessoas o que conduz a novos agrupamentos institucionais” (TOURAINÉ, 2009, p. 248).

Portanto, o estudo de uma comunidade local requer a necessária compreensão dos contextos social, político, cultural e econômico global, pois que inevitavelmente, local e global se entrelaçam.

Na Amazônia, em particular, coexistem três sistemas de referências: a sociedade tradicional, a sociedade moderna e a sociedade pós-moderna ao mesmo tempo, nas quais se destacam as comunidades, os atores sociais e os atores individuais, todos vivenciando conflitos do espaço e uso dos recursos naturais, cada qual a sua maneira. Nesta dinâmica surgem os conflitos entre grupos sociais que não têm as mesmas perspectivas e, assim, vão se configurando as mudanças na sociedade local, mudanças estas advindas, especialmente destas diferenças de perspectivas dos atores e dos grupos envolvidos.

Assim, é importante saber articular o debate entre o local e o global, pois a emergência da questão dos territórios tem a ver com o contexto da globalização,

⁴ Sociedade pós-moderna: baseia-se no chamado pós-modernismo que abraça a pluralidade da experiência, crítico quanto à busca de essências e certezas das “leis gerais” do comportamento humano e situa todo o conhecimento social, cultural e histórico, em contextos moldados por gênero, raça e classe (ANGROSINO, 2009).

a qual não é um fato, mas sim um processo, processo este que não é linear, abrange avanços, confrontos e retrocessos em meio a complexidades como todo processo social. Logo, comunidades tradicionais, percebidas como uma realidade local também está implicada com o contexto global, especialmente no que diz respeito ao potencial do espaço natural, palco de investidas econômicas globais, que acarretam um constante processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, o que Teisserenc e Teisserenc (2014) designam como territórios em recomposição.

De acordo com Teisserenc (1994, p. 30) “território não significa um espaço geograficamente determinado, mas um espaço de interação social”. Noções de território e de sociedade local se equivalem, pois há um entrelaçamento de redes econômicas, políticas, de vizinhança, de parentesco, de sociabilidade etc., redes estas que devem ser percebidas a partir do seu interior. Posição esta que está em sintonia com o que sugere Diegues no sentido de que o território, como elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza, é definido como:

uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar [...] o *território* depende não somente do tipo de meio-físico explotado, mas também das *relações sociais* existentes (DIEGUES 2001b, p. 83).

Assim, o político integra a ação do território, poder político é território. Quesitos estes importantes de serem percebidos, problematizados e contextualizados; conforme Touraine (2009), não olhar o local pelo local e sim ver uma comunidade local no contexto da sociedade global.

Como pondera Magalhães (2008, p. 243):

[...] o território é o lugar, por excelência, do conflito e da negociação, a legitimidade da ação pública ou da política de desenvolvimento nacional vis-à-vis o desenvolvimento territorial depende da construção coletiva de interesses e de objetivos, interna e externamente ao território (MAGALHÃES, 2008).

Portanto, num contexto em que o mundo todo está interconectado, não é possível pensar um espaço territorial independente do contexto mais abrangente em que ele se insere.

Nesse contexto, os atores sociais envolvidos com as comunidades tradicionais representam 'blocos de poder' que, colocados em sinergia de interesses pela qualidade do meio ambiente e da vida podem, potencialmente, aprender e ensinar uns aos outros a transformar a realidade (BRITO; RIBEIRO, 2009).

Entende-se que, para dar conta desta realidade emergente, a academia também é desafiada a proporcionar o conteúdo, os instrumentos, enfim, novos conhecimentos competentes para articular os debates que se fazem necessários e assegurar os argumentos para justificar as posturas dos atores nestes conflitos e assim contribuir com o reconhecimento das chamadas populações tradicionais, cujos modos de vida são intimamente articulados com os ciclos da natureza. Por exemplo, na pesca os pescadores estão marcados

pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis (DIEGUES, 1999, p. 371).

Cada atividade produtiva no âmbito das práticas socioculturais das populações tradicionais tem, certamente, as suas características marcadas por situações que estão diretamente submetidas aos ciclos da natureza tendo cada uma delas, problemas comuns, porém, com características diferenciadas a requererem também diferentes formas de tratamento, cuja visibilidade é fundamental, sendo cada uma merecedora da devida legitimação. Neste contexto, como responder às novas exigências de existência e de desenvolvimento do território local diante das questões evidenciadas no contexto global?

Um exemplo significativo pode ser aqui retomado, o caso da luta dos seringueiros pela garantia de seus direitos que teve significativa notoriedade nacional no início dos anos de 1980, sobretudo, quando conseguem garantir a implantação das primeiras reservas extrativistas, após o assassinato de Chico Mendes em que:

[...] manipularam o discurso hegemônico para mascarar a defesa de seus interesses [...] passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável com participação popular [...] exemplo

de como os interesses de grupos subalternos e economicamente marginal podem coincidir com os interesses gerais da sociedade (ALMEIDA, 2004b, p. 33/34).

Exemplo como este ilustra um pouco das estratégias sociais, ambientais e políticas, assim como o papel do potencial de grupos minoritários no contexto global. De acordo com Almeida (2004b), Teisserenc (2010) e Teisserenc (2014b), fortalecendo a ideia de que a história local não é predeterminada ou inevitável, podendo configurar-se em atos que podem mudar o rumo das tendências estruturais.

Nesse contexto, contra o poder que tem como objeto a vida, o biopoder (Foucault, 1988), a resistência se apoiou justamente nesse objeto, isto é, a vida, a reivindicação da vida como objeto político. “O direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação” (FOUCAULT, 1988, p. 136). Os grupos minoritários investem assim, suas estratégias de resistência, conseguindo barganhar espaços de visibilidade, ainda que em descompasso com o saber técnico e científico de seus interlocutores.

A Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000 (SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

Tais normas estão em sintonia com o conceito de sustentabilidade enfatizado no Relatório Brundtland, publicado em 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adaptado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

No referido documento, desenvolvimento sustentável é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Aponta assim, para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Conforme sugere Diegues (2001b, p. 101):

A reserva extrativista e outras semelhantes aparecem como uma das alternativas de um desenvolvimento sustentado nas regiões tropicais, baseado no respeito ao mundo natural, no uso de tecnologias

apropriadas e densas de conhecimento tradicional dos ecossistemas, na equidade social e na viabilidade econômica.

As populações vinculadas a UC manifestam a resistência ao biopoder que busca controlar seu modo de viver, reivindicando a vida possível, ou seja, a tudo aquilo que pode ser à revelia das regulações e do controle sobre suas vidas (FOUCAULT, 1988).

Não é difícil de perceber a importância que tem a atuação humana sobre os cuidados necessários com o meio ambiente, especialmente em UC, pois, as ameaças ao patrimônio natural são influenciadas não apenas por questões naturais, mas também de forma significativa, pelo contexto social, sendo, portanto, necessário identificar as características destas populações, no sentido de conhecer as reais necessidades que deverão ser levadas em conta, especialmente no que tange aos processos de gestão, de elaboração e de implementação de Programas de Manejos, levando em conta, inclusive, as relações de gênero que permeiam este contexto.

Como sugere Küchemann (2000, p. 5):

É preciso, pois, partir da premissa de que, devido à divisão de trabalho entre sexo e idade, a realização de atividades produtivas e reprodutivas se diferencia. Por isso, o manejo dos recursos naturais pode ser tão diversificado quanto o é a integração dos membros de uma família na comunidade.

Cabe aqui uma breve explicação sobre atividades produtivas e reprodutivas mencionadas pela autora. A esfera produtiva corresponde ao espaço público, considerado predominantemente dos homens, cujas atividades desenvolvidas estão vinculadas a provisão da família, visto que, sobretudo ao homem cabia esta missão no âmbito da organização familiar da qual ele representa o 'chefe'. E a esfera reprodutiva, que corresponde ao espaço privado, considerado predominantemente das mulheres, as 'donas de casa', denominação esta imposta tanto para as mulheres burguesas como para as operárias. É o espaço doméstico, o ambiente do lar, um lugar caracterizado pelos cuidados com os filhos, filhas e demais membros da família.

Tal distinção associa ainda aos primeiros as funções com forte valor social, como na esfera política, religiosa e militar. Além disso, baseia-se em dois pressupostos organizadores, o da 'separação', que distingue trabalhos de homens

e trabalhos de mulheres, e o da 'hierarquização', que indica ser maior o valor do trabalho de homens (PERROT, 1988; 2008; KERGOAT, 2009).

Todavia, essas linhas divisórias entre o público e o privado nem sempre existiram, pois, cada formação social imprime o modo próprio na definição dos momentos em que as atividades familiares de produção e reprodução (vida privada da família e vida pública) se mesclam e outros modos em que esses momentos estão explicitamente diferenciados (PERROT, 1988).

Na época medieval, por exemplo, o trabalho fazia parte da vida das famílias, pois não se separava o lugar onde as pessoas moravam do lugar do ócio e dos atos sociais dessas pessoas. A mulher camponesa era ligada ao marido no seu trabalho como artífice ou pequeno comerciante; eles eram unidos por interesses únicos. Entretanto, o espaço da unidade familiar não era homogêneo, uma vez que apresentava diferenciações nas relações entre os sexos, entre espaço público e espaço privado. O marido era o responsável pela mulher, que não tinha quase nenhuma relação direta autônoma com o poder público nem com indivíduos estranhos à família (OPITZ, 1990).

Essa distinção é uma característica que se acentua na sociedade brasileira, especialmente no processo de instalação e desenvolvimento do capitalismo, particularmente, a partir de finais do século XIX, culminando com o processo de industrialização, o qual provocou um deslocamento de um contingente de homens e mulheres para trabalhar na fábrica, separando a casa do local de trabalho. Assim, as mulheres prioritariamente foram designadas para o lugar da reprodução, e os homens para a produção (NOGUEIRA, 2011).

O discurso que vigorava na época, especialmente na França e que provocava reflexos também no Brasil, ancorava-se nas pesquisas da medicina e da biologia que comprovavam a existência de duas espécies com qualidades e aptidões particulares: "aos homens o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão; às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos" (PERROT, 1988, p. 177).

Tais discursos avançam na disseminação de valores a fim de justificar e reforçar a ordem burguesa, pautada na valorização do trabalho disciplinado, moralizado, que, em certa medida, em face das resistências dos trabalhadores, extrapola o chão da fábrica e invade a vida privada das famílias – definindo

padrões de conduta em todos os ciclos sociais, construindo especialmente um discurso científico para as mulheres, articulado com o novo modo de vida capitalista (RAGO, 1997).

Tais discursos visavam encampar também a racionalidade harmoniosa que tende a naturalizar a divisão sexual do trabalho, atribuindo para cada um dos sexos tarefas e espaços específicos, apoiados no discurso ideológico de ofícios que fazem da linguagem do trabalho uma das mais sexuadas: "ao homem, a madeira e os metais, à mulher, a família e os tecidos" (PERROT, 1988, p. 178).

A questão central a ser destacada e que se configura neste cenário pode ser compreendida por meio de reflexões sobre o avanço das relações capitalistas na vida privada das famílias, regulando a maneira de morar, a saúde, a educação e a sexualidade. A ideia central era integrar os/as trabalhadores(as) ao universo dos valores burgueses e intensificar a separação entre o trabalhador e a sua força de trabalho, tendo em vista formar a classe operária para o mercado de trabalho. Para tanto, forjam-se novos costumes que devem ser seguidos por mulheres e homens no sentido de "erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais", redefinindo as práticas de família (RAGO, 1997, p. 12).

Foucault (1988) enfatiza a importância de se ter presente a história dos acontecimentos como princípio revelador de relações de poder presentes no âmbito das práticas que delineiam o conjunto da vida em contextos datados. Assim sendo, os estudos e as interpretações encaminhadas sobre a divisão sexual do trabalho mostram que as bases históricas trazem explicações significativas a respeito dos fundamentos legitimadores da desigualdade entre os sexos, quando 'desnaturalizam' o que é considerado 'natural'. E mostram como foram construídos os princípios de separação entre homens e mulheres, o que é evidenciado no movimento de separação do lugar do trabalho produtivo na família para a fábrica, decorrente do processo de avanço do sistema capitalista e da industrialização.

A divisão do trabalho, portanto, tanto social quanto sexual, não é 'natural', nem 'biológica', ou seja, determinada pela natureza ou pela biologia, como é geralmente acentuado no senso comum; é resultado de construção social. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis, podendo ser, inclusive, de acordo com Kergoat (2009),

consideradas como um paradigma das relações de dominação e traz à tona as novas tensões geradas na sociedade e também como essas relações permitem deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam como grupos naturais os grupos sociais constituídos em torno de tais questões.

Neste contexto, como salienta Küchemann (2000), o conceito "trabalho" exclui todas as atividades necessárias para reproduzir a vida, tais como preparação de alimentos, cuidados de higiene, tratamento de doentes e outras. Nesta perspectiva, a produção de bens passou a ser bem mais valorizada em detrimento da reprodução da vida. Daí a importância do reconhecimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres ser relevante para avaliar objetivamente as ações humanas e adequar ações corretivas, especialmente no que tange a gestão de recursos naturais em espaços de UC.

Ademais, a preocupação com as relações sociais de gênero em sua articulação com a natureza, e, em particular, com os recursos naturais, especialmente em UC, evidencia a necessidade de buscar caminhos necessários para a conquista de uma sociedade baseada em relações mais equitativas que favoreçam oportunidades de acesso aos recursos naturais de forma mais equilibrada.

O que se pode observar atualmente é que são relativamente poucos os que desfrutam dos benefícios e muitos os que devem pagar as consequências da degradação ambiental e das restrições do aproveitamento dos recursos naturais. De modo que, para se alcançar uma situação equânime é necessária mudança de percepção e condutas, sendo preciso também, questionar os pressupostos acerca da ciência, acerca dos estilos de vida, acerca do gênero, acerca do que é apropriado para a natureza e para o desenvolvimento humano, além da produção do espaço. É preciso ver as coisas de uma forma nova e diferente para que a sociedade civil – homens e mulheres – possa compreender que a conservação e o desenvolvimento envolvem toda a sociedade (GEHLEN; BRYON, 2005).

A perspectiva de equidade evidencia o propósito de intervir na sociedade, estimulando a extensão dos direitos de cidadania a todos os seus segmentos. Apoiar não somente a contribuição daquelas categorias sociais que desempenham papéis produtivos importantes, mas pouco reconhecidos, como também as iniciativas que visam transpor as barreiras impostas.

Mesmo se tendo presente o razoável esforço da sociedade brasileira em tornar visível e corrigir a iniquidade de gênero, a experiência mostra que o livre

jogo dos processos econômicos e políticos não proporcionam igualdade de oportunidades e de benefícios entre homens e mulheres.

O interesse por trabalhos sobre as relações de gênero têm sido, ainda que timidamente, de interesse de alguns setores do governo brasileiro, principalmente para a realização de diagnósticos socioeconômicos, pois, constituem o conjunto das relações sociais e econômicas no universo do trabalho, da cultura e da política, inclusive o próprio trabalho de Küchemann (2000), inclusive, é um destes, desenvolvido por solicitação do Ibama.

Porém, atualmente não tem prosperado o interesse governamental por estudos e ações que incluam a necessidade de conhecimento desta relação, sobretudo diante do quadro sócio-político e econômico em que o país se encontra.

Conforme Segato (2002), quando se fala em gênero ainda é comum a identificação com o binarismo sexo/gênero, ou seja, ter presente o sexo como biológico e gênero como social. Aquilo que é caracterizado de homem ou de mulher corresponde ao sistema de classificação masculino/feminino respectivamente. Assim, relações de gênero referem-se a relações entre pessoas marcadas por gênero, isto é, classificadas entre 'homens' e 'mulheres'. Fato este que orienta padrões de interação social e define padrões de comportamentos e papéis em cada sociedade.

Neste sentido afirma Segato (2002):

A coincidência entre tipos de corpos e comportamentos/atributos de ser gênero nem sempre acontece como tem demonstrado a variação cultural e histórica. Tem casos de uniões de tipo matrimonial entre sujeitos do mesmo sexo permitidos em muitas sociedades.

Portanto, ainda de acordo com a referida autora, cada um dos gêneros mencionados, masculino e feminino, não se reduz necessariamente ao sexo anatômico a eles associado, logo, não são determinados pela biologia de tais organismos.

Küchemann, Bandeira e Almeida (2015, p. 65), enfatizam que 'gênero' "refere-se a relações culturais e de poder que, inicialmente foram focadas entre homens e mulheres e que passam a se estender a distintos grupos sociais".

Assim sendo, refletir sobre questões sociais de gênero é, ao mesmo tempo, refletir sobre a vida em todas as suas formas de manifestações. Pois, a

questão das relações sociais de gênero perpassa por todos os tipos de relações humanas, estando, portanto, na base da estrutura de qualquer sociedade. Logo, imprescindível para a obtenção de resultados positivos, no que tange à conservação da biodiversidade, através da participação equitativa de homens e mulheres. E é isto justamente o que se deve perseguir mediante a adoção do enfoque de gênero no gerenciamento das Unidades de Conservação (KÜCHEMANN, 2000).

Uma das prioridades do enfoque de gênero é o desvendar das condições em que vivem as pessoas, as quais não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, protagonistas de seus próprios destinos, reprodutores e produtores de cultura, cujas ações afetam, diretamente, o meio ambiente circundante, isto é, a natureza, base essencial de sobrevivência humana.

O conceito "gênero" abarca as relações entre homens e mulheres na sociedade, relações desiguais e construídas ao longo da História, que trazem em seu bojo relações de subordinação/dominação e de poder forjadas na divisão sexual do trabalho. Embora se manifestem no plano individual, vão além das singularidades individuais e se fazem presentes em todas as relações humanas. Tomam formas que não podem ser analisadas isoladamente, à parte de outras relações existentes numa determinada sociedade [...]. Gênero deve, pois, ser considerado como uma categoria transversal e constitutiva de toda e qualquer relação humana e como uma das muitas formas de diferenciação social. Sendo as relações de gênero construídas ao longo da história, elas não são imutáveis e fixas. Manifestam-se de formas diferenciadas dependendo do lugar, da cultura, da sociedade e da época. Sendo esse processo histórico e culturalmente variável, ele pode ser direcionado para o alcance de relações equitativas (KÜCHEMANN, 2000).

Assim, tratar das relações de gênero no contexto de comunidades tradicionais significa estar atento às formas de utilização dos recursos naturais em geral, por exemplo, como estão sendo utilizados o solo, os recursos hídricos, a flora e a fauna, enfim, em que condições antrópicas e a do meio ambiente natural, questões estas intimamente ligadas à sobrevivência humana, resultado também das relações de gênero, as quais se desenrolam social e historicamente.

De acordo com Scott (2009), gênero é uma categoria útil para a análise histórica porque requer a historicidade das maneiras em que têm sido concebidos o sexo e a diferença sexual. O que Foucault (1979, 1988) também enfatiza em suas obras, a necessidade da análise histórica dos fenômenos que, de alguma forma, afetam a vida.

Mathieu (2009, p. 223) afirma que:

As sociedades humanas, com uma notável monotonia, sobrevalorizam a diferenciação biológica, atribuindo aos dois sexos funções diferentes (divididas, separadas e geralmente hierarquizadas) no corpo social como um todo [...] Ihe aplicam uma 'gramática': um gênero (um tipo) 'feminino' é culturalmente imposto à fêmea pra que se torne uma mulher social, e um gênero 'masculino' ao macho, para que se torne um homem social. O gênero se manifesta materialmente em duas áreas fundamentais: 1) na divisão sociosexual do trabalho e dos meios de produção, 2) na organização social do trabalho de procriação, em que as capacidades reprodutivas das mulheres são transformadas e mais frequentemente exacerbadas por diversas intervenções sociais.

Entretanto, a história tem demonstrado que a diferença entre os sexos não é uma divisão ontológica irreduzível e sim, fruto de uma construção social.

Neste contexto é importante ter-se presente a perspectiva de gênero no trato com Unidades de Conservação, como sugere Küchemann (2000):

Em ações e projetos que objetivam a conservação dos recursos naturais e o manejo eficaz das unidades de conservação é, pois, de suma importância ter uma ideia clara sobre a perspectiva de gênero da qual os envolvidos partem e sobre a perspectiva que pretendem adotar.

De acordo com Kergoat (2009), o estudo das relações de gênero sugere reflexão constante sobre as relações sociais em todos os níveis, sexuais, étnicos, econômicos e políticos e o contexto do trabalho na sociedade, tendo presente a divisão sexual do trabalho, fatores estes plenos de complexidade e sujeitos a mudanças.

A atenção para questões de relações sociais de gênero desperta para a consciência de que:

[...] homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso, o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamadas, concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p.67).

Assim, divisão sexual do trabalho diz respeito à forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo e historicamente identificada, pois apresenta-se com sentidos diferenciados de sociedade para sociedade. “Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado” (KERGOAT, 2009, p. 67).

A divisão sexual do trabalho, mediada por situações historicamente dadas entre pessoas de sexos opostos, fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração que sofrem os sexos. Pois, a "divisão social e técnica do trabalho são acompanhadas de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder" (HIRATA, 2002, p. 280).

Em um estudo sobre relações sociais de gênero na pesca artesanal, realizado na comunidade Bonifácio, situada na zona populacional da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, Vieira, Siqueira e Di Paolo (2014) verificam esta acentuada presença da divisão de tarefas no cotidiano da comunidade estudada.

De acordo com Segato (2009), nas comunidades tradicionais, a realidade do gênero é constituída pelo mundo das mulheres e pelo mundo dos homens, suas coletividades respectivas, com seu tecido próprio de relações, sendo o espaço público considerado dos homens e o privado (doméstico), das mulheres.

A vinculação da mulher com a agricultura é originária e ancestral; e são reconhecidos seu papel na preservação e promoção da diversidade genética pela manipulação das sementes; seus trabalhos de reprodução da vida; busca, provisão, cuidado e uso de água para a preparação dos alimentos e higiene familiar e do espaço doméstico; criação de animais, cuidado da roça, colheita de frutos e sementes; identificação e preparação da matéria prima para a confecção de artesanato; e conhecimento das plantas medicinais, cultivadas nas imediações das vivendas. Essas atividades as colocam numa intensa relação produtiva e reprodutiva com sua paisagem, e são, em geral, as mulheres que decidem o retorno da família ao meio originário depois de ter morado por algum período no entorno das grandes urbes, onde veem sua posição degradada por não poder exercer as labores próprias do seu segmento de gênero na comunidade [...]. Na vida comunitária, a dualidade de gênero afeta todos os campos, e assim deve ser considerado ao elaborar os projetos e programas de ação em contextos comunitários (SEGATO, 2009, p. 5).

Portanto, a questão das relações sociais de gênero requer atenção em todas as dimensões do meio ambiente, incluindo aqui a vida social.

Como sugere Holmstrom (2014, p. 345):

Gênero é um conceito intrinsecamente relacional. Trata-se, assim, de determinar qual é o "papel da mulher", mas por contraste ao papel dos homens considerado como a norma. Esses papéis não são "acidentais" para os indivíduos e eles podem ser compreendidos somente em termos das relações sociais de poder. Se as escolhas dos homens e das mulheres integram o processo de manutenção da estrutura do gênero, deve-se compreender tais escolhas no contexto de tais relações de poder.

As reservas extrativistas são exemplos destes tipos de instrumentos que não deixam de impor, de alguma forma, redirecionamentos e desafios às chamadas populações tradicionais, as quais são desafiadas a enfrentar estratégias de ações num constante processo de reconstrução social da natureza que se traduz em ações dos atores sociais locais no sentido de suscitar decisões que revertam em benefício das sociedades humanas e dos ecossistemas.

Tais desafios, confrontos, embates, são a chave de inteligibilidade do poder, ou melhor, das relações de poder, como sugere Foucault (1979, 1988), a condição de possibilidade de compreensão do poder, que se caracteriza por uma multiplicidade complexa de relações de forças, e não um sistema geral de dominação exercida por um grupo sobre outro.

Neste sentido, a participação efetiva das comunidades tradicionais em suas ações locais tem dado provas de resistência à continuação de seus modos de vida, não obstante os desafios a que estão constantemente tendo que enfrentar.

Vários têm sido os movimentos sociais que tem impulsionado o enfrentamento desses desafios, especialmente no âmbito da busca de equidade nas relações sociais de gênero, possibilitando reforços no processo de conquista de direitos em diversas direções no âmbito socioambiental tanto em contextos urbanos quanto rurais. Um destes movimentos é o feminismo, o qual é tratado a seguir.

3.2 Movimento feminista como impulsionador de direitos

As relações de poder não passam despercebidas no contexto das relações humanas. Por exemplo, à mulher, historicamente, foram reservados espaços privados, ou seja, dentro de casa, criando filhos, organizando e arrumando o lar, sendo os espaços fora de casa privilégio dos homens. Pouquíssimas eram as atividades que as mulheres podiam participar fora do lar. Por conta desta realidade, muitas mulheres se rebelaram, buscando fazer-se ouvidas como cidadãs integrantes da vida social.

É neste contexto que surge o movimento feminista, que representa um campo de forças que formatou as últimas décadas do século XX e o início do século XXI. Teve sua origem no século XIX, com mulheres da classe média,

instruídas, principalmente nas áreas das humanidades, tendo suas primeiras reivindicações mais públicas o direito ao voto.

O feminismo historicamente tem sido exemplo de como podem ser movimentadas essas relações de poder, contribuindo para desconstruções de verdades estabelecidas e influenciando novas formas de condutas, conquistando assim, cada vez mais, como acentua Foucault (1988) 'espaços de práticas de liberdade', tanto em termos de estudos e pesquisas quanto em termos de participação social.

O movimento feminista surge como uma das estratégias de resistência às verdades construídas e estabelecidas historicamente, presentes em todos os lugares, em todas as relações humanas, podendo ser encontradas em diferentes níveis e sob diferentes formas. Ressalta a existência de outra forma de dominação, além da clássica dominação de classe - a dominação do homem sobre a mulher - e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. E luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que estas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.

Ressalte-se que este contexto de dominação masculina evidenciado pelo feminismo já vem de longe. Auad (2003), ao fazer um estudo histórico da condição da mulher ao longo da história, sustenta que a supremacia masculina cristaliza-se com o desenvolvimento das sociedades onde a caça, e não mais a pesca e a coleta de frutos eram atividades predominantes.

Os homens começam a ter percepção de sua função na reprodução humana em torno do período neolítico, por volta do ciclo da pedra polida, iniciado no ano de 7000 a.C. A partir de então, a sexualidade feminina começa a ser controlada. A partir dos séculos V e VI já se constata a sua exclusão da vida pública e seu confinamento no interior de suas casas, inclusive depois de casadas, cujos maridos tinham o direito de matá-las caso as considerassem infiéis (SAFFIOTI, ALMEIDA, 1995; AUAD, 2003; SAFFIOTI, 2004; 2009).

Em pleno Iluminismo, quando a autonomia e a individualidade se propunham a pautar os direitos para todos, de forma universal; as mulheres, ainda assim, são percebidas como pessoas dotadas de razão inferior, devido

especialmente, à sua “natureza” pender mais para a intuição e a imaginação (AUAD, 2003).

Auad (2003, p. 41) ressalta ainda uma das posições interessantes do filósofo Rousseau, um dos principais representantes do Iluminismo, sobre esta questão: “a mulher só deveria cultivar a razão se essa faculdade pudesse garantir que ela cumprisse seus deveres considerados “naturais”, ou seja, obedecer e ser fiel ao marido e cuidar dos filhos”.

Todavia, tais ideias são, certamente, inadequadas e preconceituosas, pois, “não prejudica apenas as mulheres. É ruim para os homens também, pois, se intuição e imaginação são ‘coisa de mulher’, aos homens é proibido ser intuitivo, sob pena de serem taxados de ‘menos masculinos’” (AUAD, 2003, p. 41).

Essa tendência de se marcar diferenças entre ‘coisas de homem’ e ‘coisas de mulher’ sustenta ainda hoje a definição de papéis diferenciados para homem e mulher na sociedade, que em geral ‘naturaliza’ lugares e papéis desiguais como adequados a ambos.

Enfim, muito se tem ainda para refletir sobre a história das mulheres marcada por contextos de dominação e subordinação advindas, sobretudo da influência do sistema patriarcal. ‘Relações sociais de gênero’ constituem atualmente importante expressão, além do patriarcado, na busca do entendimento das desigualdades entre homens e mulheres (BOURDIEU, 1995; SAFFIOTI, 2004).

Gadotti (2005, p. 8) adverte que “o movimento de mulheres, na sua longa história de avanços e de amadurecimento, tornou-se muito rico, diversificado e multidisciplinar”. A questão de gênero tangencia assim, em diversas direções, por exemplo, na ótica da equidade, da igualdade de direitos, para superar as tradicionais iniquidades ainda existentes entre homens e mulheres. O objetivo, portanto, é a conquista de mais igualdade na distribuição do poder, na conquista de direitos e na superação de outras desigualdades, tais como: classe, raça, etnia, idade etc.

Ao colocar o tema da identidade da mulher, amplia-se o olhar para outras identidades. “A igualdade aparece então não apenas entre os gêneros, mas entre os seres humanos e a natureza. Então, não mais podemos falar em termos dicotômicos ‘homem-mulher-natureza’” (GADOTTI, 2005, p. 8).

Continua o autor:

Um diálogo bonito entre homens e mulheres pode estabelecer-se no reconhecimento das diferenças de cada um e oferecer a possibilidade de galgar graus cada vez mais elevados de cultura e de civilização. E não será esse grau mais elevado de civilização, conquistado por homens e mulheres, que tornará possível uma convivência mais saudável com o meio ambiente? Na medida em que nos entendermos melhor, melhor entenderemos a natureza (GADOTTI, 2005, p. 8/9).

O feminismo reivindica, portanto, direitos e sujeitos novos, que foram omitidos na história oficial e na micropolítica. Vale lembrar o que ressalta Bourdieu (1995) sobre a posição da mulher na sociedade, quando afirma que a dominação masculina é resultante do que ele define como violência simbólica, isto é, uma violência exercida de tal forma que parece natural, por isso não percebida sequer pelas suas próprias vítimas.

A dominação masculina está suficientemente assegurada para precisar de justificação: ela pode se contentar em ser e em se dizer nas práticas e discursos que enunciam o ser como se fosse uma evidência, concorrendo assim para fazê-lo ser de acordo com o dizer (BOURDIEU, 1995, p. 137).

Não obstante todo o contexto histórico de opressão cabe ressaltar que, as mulheres não deixaram de participar em situações de confrontos e resistência na luta por condições dignas para viver, ainda antes de se configurar tais lutas em movimento feminista. O que na abordagem foucaultiana significa resistência ao biopoder, que tende disciplinar e controlar as ações humanas em contextos sociais datados (FOUCAULT, 1988).

Nogueira (2001) enfatiza que o feminismo tem exercido seu papel crítico, inclusive com relação à ciência tradicional, moderna e positivista, o que refletiu e continua refletindo em várias disciplinas.

Vários outros autores têm se debruçado sobre os desdobramentos do feminismo no campo das ciências, da filosofia e no contexto social em geral.

Santos (2011) chama a atenção para o padrão recorrente da ciência moderna baseado na compreensão da realidade a partir de dualismos antagônicos e sugere sua superação, pois:

O binômio cultura/natureza pertence a uma longa família de dualismos em que podemos distinguir, entre outros, abstrato/concreto, espírito/corpo, sujeito/objeto, ideal/real. Todos estes dualismos são sexistas na medida em que, em cada um deles, o primeiro polo é considerado dominante, sendo ao mesmo tempo associado com o masculino (SANTOS, 2011, p. 87).

E acrescenta:

Os estudos feministas, sobretudo os dos últimos vinte anos, tornaram claro que, nas concepções dominantes das diferentes ciências, a natureza é um mundo de homens, organizado segundo princípios socialmente construídos, ocidentais e masculinos, como os da guerra, do individualismo, da concorrência, da agressividade, da descontinuidade com o meio ambiente (SANTOS, 2011, p. 88).

De fato, o feminismo tem impulsionado a renovação de conceitos, revisões de métodos, inclusive mudanças de paradigmas científicos, que, inevitavelmente influenciam as práticas sociais vigentes, especialmente no que tange às questões socioambientais no contexto das relações sociais de gênero.

Medrado (2008), por exemplo, refletindo sobre homem e masculinidades, contribui também para as reflexões feministas e aponta um marco referencial de gênero no contexto da Saúde Pública situando-a como campo de relações interpessoais e interinstitucionais, que se organizam em dispositivos e relações de poder, que marcam posições de sujeitos e modos de ser, de saber e de fazer. Este autor argumenta que a incorporação de gênero na epidemiologia tem sido lenta e enfrenta dilemas teóricos.

Isto indica que não é meramente esperando que as coisas mudem que se vai finalmente viver práticas de liberdade, no sentido de superar as normas impostas. É como sugere Foucault (1979; 1988) a partir de experiências vividas, de subjetivação, processo de constituição de um sujeito, não admitindo regras para sua identificação enquanto tal. Mais precisamente de uma subjetividade, possibilidades dadas da organização de uma consciência de si que se chega a construir e viver novas práticas de liberdade, cuidar de si, como forma de se ter presente a consciência de ser mais livre.

Neste contexto, Hall (2014a) lembra uma questão muito interessante, de que as identidades modernas estão sendo descentradas, tendo presente que o sujeito da sociedade moderna era possuidor de um lugar bem determinado socialmente e culturalmente. Todavia, as mudanças estruturais estão provocando questionamentos quanto a identidades culturais de classe, raça, nacionalidade, sexo e etnia, o que resulta na instabilidade de identidades estabelecidas como estáveis.

Tais mudanças fazem parte de um processo, cujas práticas decorrentes não podem ser coercitivas, pois, como sugere Foucault, envolve capacidade ética

(prática refletida de liberdade) autoafirmação, o exercício de si sobre si mesmo, elaboração e transformação no propósito de atingir certo modo de ser. Pois

O sujeito não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. [...]. Em cada caso, se exercem, se estabelecem consigo mesmo formas de relações diferentes. E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade (FOUCAULT, 2006, p. 275).

O feminismo tem se inserido também neste contexto, tem aberto caminhos de participação social não apenas para as mulheres, também para outras categorias, tem instigado com estudos mais abrangentes novos olhares para as relações humanas, olhares estes que possam ir além do discurso interpretativo dominante, convergindo com o que afirma Foucault (2010, p. 283):

a luta contra as formas de sujeição – contra a submissão da subjetividade – está se tornando cada vez mais importante, a despeito das lutas contra as formas de dominação e exploração não terem desaparecido [...]

o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não é tentar libertar o indivíduo do estado nem das instituições do Estado, porém nos libertarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos de promover novas formas de subjetividade através da recusa desse tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos.

A partir do feminismo muitas normas impostas como ‘naturais’, como as mais corretas de se viver foram sendo questionadas, como por exemplo, a própria ligação entre sexo e gênero que inicialmente foi colocada, no sentido de desconstruir a visão naturalista de masculinidade e feminilidade, passa a ser questionada e revisada.

Rago (1995) enfatiza a importância da introdução da categoria de gênero trazida pelo feminismo contemporâneo, através da qual se tem procurado pensar a constituição dos sujeitos sociais num movimento relacional e complexo, assim como considerando as múltiplas relações que se estabelecem na vida social.

Há alguns anos o binarismo sexo/gênero vem sendo desconstruído por uma gama de estudos feministas (BUTLER, 2012; OLIVEIRA, 2011; BENTO, 2006) mais recentes, tendo Foucault como pano de fundo em boa parte destes estudos.

Butler (2012) sugere que não é possível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. Admite ainda que não há razão para supor que os gêneros também

devam permanecer em número de dois, contestando o binarismo sexo/gênero e enfatiza:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma [...]. Gênero não está para a cultura como sexo não está para a natureza (BUTLER, 2012, p. 25).

Todavia, o binômio sexo/gênero serviu, em boa medida, às teorias feministas até meados da década de 1980, quando começa a ser questionado. Neste sentido, Butler (2012) argumenta que o sexo não é natural, mas é ele também discursivo e cultural como o gênero e aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito.

De acordo com Butler (2012), foi a partir da reflexão sobre a afirmação de Beauvoir ‘a gente não nasce mulher, torna-se mulher’, que nada garante que o ser que se torna mulher seja, necessariamente, uma fêmea. Assim, a crítica às dicotomias que a divisão sexo/gênero produz esbarra na crítica do sujeito e contribuiu para o desmonte da ideia de um sujeito uno, como sugere também Foucault (1988).

Este processo de desconstrução do binarismo sexo/gênero influenciou também em questionamentos de outras mais percepções normativas contemporâneas, por exemplo, na questão da heterossexualidade que é consequência direta da heteronormatividade, as quais direcionam que ações e relações sexuais devem ser praticadas entre pessoas de sexos diferentes, considerados opostos, sendo esta forma a única considerada dentro da normalidade. Esta forma de perceber as relações sexuais deixa margem para que todas as demais formas que não se enquadrem nesta diretriz sejam marginalizadas, o que, conseqüentemente desfavorece a liberdade de muitos.

O movimento feminista tem contribuído significativamente para a derrubada desta visão heteronormativa que ainda insiste em se fazer presente nos dias atuais, gerando conflitos dos mais diversos, inclusive preconceitos e discriminações.

Na visão foucaultiana, a ética deve estar na base das práticas de liberdade, como que exercício de liberdade, ‘cuidado de si’, ‘relação consigo’, sem normas

impostas de fora, a não ser decisões conscientes do sujeito. Todavia, o sujeito ético parece não ter espaço na contemporaneidade (FOUCAULT, 1988).

Como não há sociedade sem relações de poder, logo, a prática de si, que permitirá, nesses jogos de poder, jogar com o mínimo possível de dominação ajuda a recusar a subjetividade imposta, essa maneira de ser padronizada e abre possibilidades para outras formas de viver.

Conforme Touraine (2009), o sujeito não é um indivíduo sozinho; ele está presente nos indivíduos e nos grupos que têm consciência de pertencer a um povo, a uma cultura, a uma história. “O sujeito é o movimento pelo qual buscamos nosso caminho em direção de nós mesmos em meio à desordem e à confusão das situações sociais, das ideologias e dos discursos” (TOURAINÉ, 2009, p. 168).

Neste contexto, o poder, a partir da instituição política deve ter em conta o sujeito como sujeito de direito. E o feminismo tem contribuído historicamente para a conquista de direitos de mulheres e homens em suas práticas de liberdade, influenciando o contexto de percepções de mundo e, conseqüentemente, os comportamentos de pessoas individualmente e em grupos.

No âmbito do movimento feminista, muitos são os desdobramentos de suas práticas que emergem no bojo dos questionamentos de ordens impostas, visto que o feminismo é plural e não singular. Um desses desdobramentos é o pensamento ecofeminista ou ecofeminismo que surge, enquanto tal a partir dos movimentos feministas da década de 1970, a esta altura já influenciado pelos movimentos pacifistas, antimilitaristas e antinucleares que eclodiram em toda a Europa e Estados Unidos, especialmente, na década de 1960. E deram origem ao movimento ambientalista e socioambientalista, como os conhecemos hoje (SILIPRANDI, 2000).

A década de 1960 representa um marco para a história dos movimentos sociais em geral, que fizeram eco no mundo todo. Eram movimentos que questionavam o dualismo entre cidade e campo, entre trabalho intelectual e manual, entre o público e o privado assim como entre os espaços ditos ‘produtivos’ e aqueles ‘reprodutivos’ que afetavam diretamente a vida das pessoas.

Neste contexto, o ecofeminismo tem como pano de fundo a percepção de que, do ponto de vista econômico, existe convergência quanto à forma como o

pensamento ocidental hegemônico vê as mulheres e a natureza. Ou seja, a dominação da mulher e a exploração da natureza, que são dois lados da mesma moeda da utilização dos recursos naturais a serviço do capitalismo (SILIPRANDI, 2000).

Desta feita, identifica do ponto de vista político, a mulher com a natureza e o homem como a cultura, sendo a cultura no ponto de vista ocidental, superior à natureza. A cultura é uma forma de ‘dominar’ a natureza; daí decorre um ponto chave do ecofeminismo, de que a mulher teria interesse de acabar com a exploração da natureza porque a sociedade sem a exploração da natureza seria condição para libertação da mulher (SILIPRANDI, 2000).

Cabe ressaltar que são várias as vertentes do ecofeminismo, pois, nem todas as estudiosas e os estudiosos, assim como militantes da questão concordam com essa forma de atuação do movimento e seguem com visões e práticas diferenciadas.

Todavia, esta perspectiva de domínio da natureza pela cultura está sempre presente em grande parte dos estudos feministas, pois, as políticas científicas e tecnológicas que têm orientado o desenvolvimento econômico moderno são políticas que reforçam essa visão, não sendo neutras do ponto de vista de gênero e ambiente.

Outro desdobramento mais recente do feminismo que, de acordo com Bento (2006), tem impulsionado propostas inovadoras de grande contribuição para o estudo de gênero e para o próprio feminismo é o movimento *queer*

São os estudos *queer* que irão radicalizar o projeto feminista, em um debate interno ao campo, mas que o extrapola. Esses estudos habilitam as travestis, as *drag kings*, os os/as transexuais, as lésbicas, os *gays*, os bissexuais – enfim, aqueles designados pela literatura médica como sujeitos transtornados, enfermos, psicóticos, desviados, perversos – como sujeitos que constituem suas identidades mediante os mesmos processos que os considerados “normais” (BENTO, 2006, p. 70).

Os estudos *queer* apontam o heterossexismo das teorias feministas, que não deu ouvidos a outras vozes oprimidas que exprimiam outro tipo de exclusão, o da sexualidade divergente. Possibilitou também a despatologização de experiências identitárias e sexuais até então interpretadas como “problemas individuais” e dedica uma atenção especial às performances que provocam fissuras nas normas de gênero (BENTO, 2006, p. 70).

O movimento *queer* instiga o desejo por um mundo no qual as pessoas que vivem a certa distância das normas hegemônicas de gênero se reconheçam como merecedoras de ascenderem à condição humana.

Segundo Bento (2006), Butler é considerada a mais genuína representante do movimento *queer*. Esta autora argumenta que:

Os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos [...]. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2012, p. 201).

Não obstante as significativas contribuições do movimento feminista, enriquecido com as contribuições do movimento *queer*, a heterossexualidade ainda tem a sua força, porém, concordando com Foucault (1988), onde há poder há resistência.

O Brasil também tem se engajado no contexto do feminismo, neste processo de busca de conquistas de direitos e de equidade entre os gêneros.

Com a redemocratização dos anos 1980, o feminismo no Brasil entra em uma fase de grande efervescência na luta pelos direitos das mulheres: há inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas - violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito a terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais.

De acordo com Pinto (2010), estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, todos fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base, da igreja católica.

Por exemplo, no Encontro Nacional Feminista que aconteceu em Pernambuco, em 1987, aproximadamente 80% das participantes afirmaram serem ativas nos sindicatos, no movimento negro, associações de moradores, clubes de mães, na igreja e em partidos políticos. Foi precisamente nesse Encontro Nacional que mulheres negras publicamente reivindicaram um espaço

específico para suas lutas, tanto contra o sexismo quanto contra o racismo. Este encontro foi muito importante, pois, embora o movimento feminista brasileiro tenha suas origens na classe média intelectualizada, foi além, mantendo interface com as classes populares, o que provocou novas percepções, discursos e ações em ambos os lados.

Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, de que a mulher ainda é vítima, principalmente a violência doméstica. Além das Delegacias Especiais da Mulher, espalhadas pelo país, a maior conquista foi a Lei Maria da Penha (Lei n. 11 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (RIBEIRO, 1995 apud SARDENBERG; COSTA, 2012).

Assim, o feminismo brasileiro foi muito mais além da conquista do voto. Outra conquista também significativa foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que, tendo sua secretária com *status* de ministro, promoveu junto com importantes grupos - como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília - uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo (PINTO, 2010).

Será mesmo que as mulheres, quando ousam sair do espaço privado para participar mais ativamente do espaço público passam a ser, por conta disto, menos mulheres? Na realidade, a mulher se fez mulher historicamente no processo de relações de poder e de resistência (PINTO, 2010).

No bojo das conquistas das mulheres no cenário nacional e internacional, o movimento feminista continua atuando e se atualizando sempre como um dos suportes significativos para que demais atores sociais (pessoas que atuam em um determinado ambiente natural e social) também possam se construir como senhores e senhoras de suas próprias vidas.

Ao estudar comunidades costeiras paraenses, Glaser (2005) revela que as famílias pescadoras diversificam suas fontes de extração de recursos naturais tanto em terra quanto em água. Porém, poderes, práticas sociais, possibilidades, são diferenciadas para homens e para mulheres, porque a constituição e a estruturação das sociedades humanas são ancoradas em lugares de gênero, no

geral, bastante definidos e assentados em relações assimétricas de poder (MANESCHY, 1993, 1995; DI CIOMMO, 2007).

Nas comunidades de Bonifácio, do Treme e de Caratateua (Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu), por exemplo, as atividades de pesca desenvolvidas pelas mulheres nos diferentes domínios (terra, água, mangue), em grande medida, são consideradas de ajuda, são menos valorizadas e têm menor valor comercial se comparadas às atividades realizadas pelos homens (VIEIRA et al., 2013).

Na comunidade Cajueiro, campo de estudo desta pesquisa, nas atividades extrativistas, especialmente na agricultura, as mulheres participam por igual junto aos homens, o que não acontece na pesca, na captura do caranguejo e no trato com o gado. Já a comercialização dos produtos advindos do extrativismo fica mais a cargo dos homens.

Porém, na comercialização da farinha, produto final da agricultura da mandioca, principal atividade produtiva da referida comunidade, a mulher também participa, ainda que em menor proporção com relação ao homem, entretanto, não é possível concluir que seja menos valorizado o seu trabalho nesta atividade. Já no comércio dos demais recursos naturais, advindos da pesca, a mulher não participa, é mais com os homens. O que é explicado adiante.

O feminismo, ao incorporar uma extensa gama de discursos diversificados, resultou em uma grande variedade de feminismos. Contudo, essa heterogeneidade interna não fragmentou nem enfraqueceu a sua importância política, que traz em seu bojo a necessidade de construção de articulações entre as diversificadas posições de sujeito, o que por sua vez compõe a força específica deste movimento diante dos outros movimentos ou discursos sociais (COSTA, 2002).

É inegável, portanto, a influência social e política do feminismo, em todas as dimensões socioambientais. Para não me alongar mais aqui neste espaço, e a guisa de exemplo, aponto uma destas influências, mais especificamente no contexto rural brasileiro e, conseqüentemente, no âmbito das chamadas populações tradicionais: A Marcha das Margaridas.

A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, de movimentos feministas e de mulheres. No bojo da mobilização encampa diversas articulações, tais como capacitação das mulheres trabalhadoras rurais em todos os estados brasileiros, além de proporcionar uma reflexão sobre as condições de vida das mulheres do campo e da floresta. Compreende uma ação permanente, em que as mulheres trabalhadoras rurais seguem, diariamente, lutando para romper com todas as formas de discriminação e violência e opressão.

A primeira Marcha das Margaridas aconteceu no ano 2000, com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), quando cerca de vinte mil mulheres trabalhadoras de todo o Brasil se juntaram em Brasília sob o lema da Marcha Mundial das Mulheres “Contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista”. Em 2003, a segunda Marcha, com o mesmo lema, “Razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Assim, já conseguiu juntar mais de trinta mil mulheres em Brasília, pois este evento já faz parte da agenda da referida confederação, que junto ao apoio de diversos sindicatos e movimentos sociais rurais do país segue ampliando a pauta de reivindicações na perspectiva de avançar e qualificar o processo de construção de políticas públicas que viabilizem ampliação de direitos não só das mulheres, também de homens, portanto, para o avanço da democracia (SILVA, 2016).

Ante o exposto, é possível vislumbrar a importância do movimento feminista e seu papel fundamental no processo de conquista da equiparação de direitos entre homens e mulheres, e em sua articulação com movimentos sociais, sindicais, inclusive em contextos rurais, junto a agricultoras e agricultores, pescadoras e pescadores, assim como junto a extrativistas.

Desta feita, o feminismo tem contribuído para a ampliação das conquistas de direitos humanos, impulsionando a equidade nas relações socioambientais e de gênero, fatores estes importantes, inclusive no contexto da evolução humana, como sugere Gomes e Sato (2001), na epígrafe inicial desta seção.

Até aqui, foi abordada a configuração das UC em contextos de relações sociais de gênero e o papel do feminismo neste processo. A seguir, um breve panorama histórico e socioambiental sobre a denominada população tradicional, na qual se insere o campo empírico do estudo.

4 POPULAÇÃO TRADICIONAL EM TERRITÓRIO PROTEGIDO

A vida, pelo mundo todo, e a despeito da morte que vai comendo corpos, florestas, mares e rios, continua a se afirmar teimosamente como uma planta que nasce numa fenda de rocha.

(Rubem Alves)

As denominadas populações tradicionais, em geral, estão vinculadas a áreas protegidas, se relacionam, portanto, com Unidades de Conservação. Têm atividade social, econômica e cultural intimamente ligada à flora e à fauna, aos ciclos lunares, sazonais e de marés, e aos períodos de reprodução dos peixes, caranguejos e demais espécies provenientes dos manguezais, dos campos, dos rios e do mar.

Esta seção versa sobre a trajetória das denominadas populações tradicionais e as comunidades a elas vinculadas, a partir de suas características e suas estratégias de sobrevivência, especialmente no âmbito de proteção socioambiental. E ainda, o contexto do surgimento das reservas extrativistas, seu processo de institucionalização, a luta das populações tradicionais em prol do direito de viver em seus territórios, assim como as consequências advindas deste processo no âmbito do cotidiano de seus moradores e demais usuários.

4.1 Os (des) caminhos das populações tradicionais

Ser humano e natureza não são realidades independentes, a ação humana desenvolvida neste contexto é permeada por valores e regras, fatores estes próprios da cultura a eles identificada.

Estudar espaços de UC requer, entre outras coisas, a devida compreensão sobre as formas de organização dos grupos humanos que vivem neste ambiente. Grupos estes que, não obstante os modelos de desenvolvimento que os envolve, se organizam das mais variadas formas, ocupando paisagens geográficas, com posições definidas, nas quais desenvolvem formas singulares de viver, em meio a um território espacial que é por eles construído e reconstruído no processo de relações entre si e com ambiente/natureza.

Diegues (2001a) considera as populações e culturas tradicionais rurais não-indígenas como “camponesas”, as quais são fruto de intensa miscigenação

entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. São, portanto, parte considerável da realidade brasileira.

Conforme Almeida (2004a), “terras tradicionalmente ocupadas” expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais denominados populações tradicionais, em suas relações com os recursos da natureza, as quais foram incluídas na Constituição brasileira de 1988 e reafirmadas como constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais. Desta feita

Em termos analíticos tais formas designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força: laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. Aí a noção de “tradicional” não se reduz à história e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização (ALMEIDA, 2004a).

De acordo com Nascimento, Costa e Andrade (2013), a vida de grupos humanos em comunidade é uma busca pela garantia do convívio pautado nas relações proximais que permitam aos indivíduos a sua inserção na coletividade. A comunidade é, portanto, uma integração fundamental para a estrutura do conjunto social e para o desenvolvimento dos seres humanos; tende a promover a consciência em relação aos outros. É uma forma de manter o funcionamento da estrutura social por meio do reconhecimento do outro em detrimento da individualidade.

No âmbito da comunidade como organização social e política, o termo comunidade tradicional abrange diversos significados e não pode ser designado de antemão, pois depende da autodesignação dos atores que vivem em seus territórios e da forma como se relacionam e usufruem dos recursos naturais aí disponíveis. Cujas denominação oficial foi efetivada no documento jurídico que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007), já acima mencionado.

A jurisdição de normas ambientais como a acima referida situa-se no contexto do biopoder e da biopolítica, como argumenta Foucault (1988; 2008a; 2010), pois incide no comportamento dos sujeitos e no controle das populações.

As comunidades tradicionais em geral mantêm uma relação de respeito, gratidão, medo e cumplicidade com a natureza, o que se configura como fundamental para o cuidado com o ambiente natural das localidades nas quais habitam, visto que tal ambiente significa o meio essencial de sua sobrevivência social, ou seja, fonte de sua vida e de sua identidade cultural (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

É a partir destes valores, manifestados na relação com a natureza, que esta população age com o ambiente natural e desenvolve seus sistemas tradicionais de manejo. Manejo este, que de acordo com Diegues (2001a), é diferenciado, visto que não visa prioritariamente o lucro, sendo mais interligado com a reprodução social e, devido à acumulação dos conhecimentos transmitidos ao longo do tempo entre as gerações contribui para o fortalecimento, assim como para o aumento da biodiversidade.

Ao relacionar as características das populações tradicionais com a produção dos seus conhecimentos fica notavelmente perceptível a relação de dependência entre ambos e também a dependência dos mesmos no trato com os recursos naturais.

Todavia, a importância do manejo dos recursos naturais por estas populações e seus característicos estilos de vida no âmbito do conservacionismo ambiental, por muito tempo não foi considerada.

Sua existência começou a ter visibilidade a partir de meados do século XIX, no contexto da criação e zoneamento para definição de áreas naturais protegidas, nos Estados Unidos, que se constitui numa das políticas conservacionistas mais utilizadas. Tais políticas têm como base a ideologia preservacionista, que sustenta a visão do ser humano como necessariamente destruidor da natureza (DIEGUES, 2001a; BARRETO FILHO, 2006).

Os preservacionistas americanos, situando o contexto de rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham "ilhas" de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Assim, as áreas naturais protegidas se

constituíram em propriedade ou espaços públicos, justificadas como necessárias, em benefício da 'nação', na verdade, em benefício das populações urbano-industriais (DIEGUES, 2001a).

Foucault (1979; 2003; 2008a) já apontava que o mercado competitivo se transformaria a instância da produção de uma nova figura subjetiva, aquela que procura responder da melhor maneira possível às exigências e às variadas demandas do próprio mercado econômico, tornando-se assim, um empreendedor de si mesmo. O que, de fato está ocorrendo, pois cada vez mais sujeitos se tornam presas fáceis de processos de individuação e subjetivação controlados flexivelmente pelo mercado e seus preceitos normativos.

Assim, a mitificação da natureza como um espaço intocado e intocável vai servir de construção da concepção preservacionista: criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas. Baseado neste princípio, surge o primeiro parque nacional do mundo, e que serviu de modelo para outros, foi o Parque Nacional de Yellowstone. Apoiado na ideologia "preservacionista" americana em que qualquer "intervenção humana na natureza é negativa". Este modelo de conservação foi fortemente combatido (DIEGUES, 2001a).

A distinção entre preservação e conservação é bem perceptível. A primeira remete à visão de dissociação entre seres humanos e natureza, priorizando a vida natural, selvagem, de modo que a natureza deve ser protegida para que permaneça intacta, sendo a interferência humana considerada sempre negativa. A segunda também acentua a necessidade da proteção dos recursos naturais, mas vai além da perspectiva preservacionista ao associar as populações humanas à natureza, pois admite que manejos sustentáveis possibilitam a interferência humana nos ecossistemas, sem a geração de impactos drásticos (DIEGUES, 2001a).

A transposição deste modelo de parques ambientais em que a presença de moradores não é permitida, pois negativa para a conservação da natureza, acarretou a expulsão de muitos moradores tradicionais de seus territórios ancestrais, por conseguinte o desmantelamento de seus modos de vida.

Esta realidade entrou em conflito com os países tropicais nos quais as florestas eram habitadas por grande diversidade sócio cultural, como indígenas e

outros grupos tradicionais, cujo manejo da fauna e da flora era exemplo de cuidados e até potencialização da diversidade biológica.

Esta configuração de áreas “naturais” protegidas em territórios ocupados é vista por essas populações locais como uma usurpação de seus direitos sagrados a terra onde viveram seus antepassados, o espaço coletivo no qual se realiza seu modo de vida diverso do urbano-industrial. É vista, portanto, como um roubo de seu território que significa uma porção da natureza sobre o qual eles reivindicam direitos estáveis de acesso, controle ou uso da totalidade ou parte dos recursos aí existentes (DIEGUES, 2001a).

Expulsão de suas terras implica na impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural.

Por outro lado, no começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. A vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola. O crescimento populacional, principalmente nas cidades inglesas, teria originado certo sentimento antissocial ou antiagregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual (DIEGUES, 2001a; THOMAS, 2010).

As políticas públicas tendem a incluir os mais privilegiados e excluir os menos favorecidos economicamente. Por outro lado, como ressalva Foucault (1979; 1988; 2008a), tais políticas são fruto de relações de poder e as regras que as permeiam também são inerentes a tais relações num contexto constantemente permeado de confronto e de resistências.

A partir do final da década de 1960 e início dos anos de 1970, a expulsão dos moradores tradicionais começou a ser contestada, especialmente pelas grandes organizações ambientalistas internacionais, fato este que acarretou mudanças de visões e atitudes, no que diz respeito ao conceito de áreas naturais protegidas.

Procurando afinar-se com os preceitos internacionais de preservação ambiental, o Estado Brasileiro, de forma descontínua e com quase nenhum

planejamento, historicamente tem encaminhado ações pontuais de conservação ambiental. Assim, mais especialmente a partir dos anos 1970, em sintonia com a emergência de recomendações internacionais e fortes pressões dos movimentos ambientalistas tanto nacionais quanto internacionais, procura sistematizar e planejar uma política de intervenção na conservação dos biomas nacionais (MENDONÇA, 2016).

Por conseguinte, passam a ser identificados ecos de transformações do cenário sociopolítico que se difundiram no Brasil a partir desta década de 1970 e 1980, conferindo uma marca na negociação das questões ambientais (RIBEIRO, 2016).

Aos poucos as populações tradicionais passaram a ser incorporadas no planejamento e implantação das unidades de conservação. Porém, na maioria das vezes, essas práticas visavam simplesmente minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não realmente oferecer alternativas viáveis às populações que aí viviam. Suas presenças eram ‘toleradas’, as limitações ao uso tradicional dos recursos naturais são de tal monta que os moradores não viam alternativas, senão migrar ‘voluntariamente’, engrossando o número de favelados e desempregados das áreas urbanas (DIEGUES, 2001a).

No Brasil, especialmente a partir dos anos de 1980, algumas populações tradicionais começaram se aliar a movimentos sociais mais amplos, como por exemplo, com os seringueiros e com organizações governamentais nacionais e internacionais no firme propósito de resistir à expulsão e à desorganização de seu modo de vida, recriando, à sua maneira, as formas de apropriação comum dos recursos naturais.

Diegues foi um dos primeiros a defender a importância das populações tradicionais brasileira. Como afirma Barreto Filho (2006, p. 125/126):

A noção de ‘população tradicional’ consolida-se no Brasil, nos marcos do mesmo debate, pelas mãos do sociólogo Antônio Carlos Diegues, pioneiro na discussão sobre populações de áreas naturais protegidas [no Brasil], sendo inclusive um dos responsáveis pela introdução de forma mais ampla desta discussão ao meio ambientalista.

Os movimentos sociais dos anos 1980 impulsionaram o reconhecimento das populações tradicionais pelo poder público no Brasil. E a partir dos anos 1990, as questões ambientais contemporâneas influenciaram o desenvolvimento da análise dessa relação por meio de uma perspectiva mais abrangente, gerando

a possibilidade da associação entre a conservação de alguns recursos naturais com os conhecimentos e práticas dessas populações (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

Especialmente na Amazônia, é perceptível a preocupação quanto à necessidade de mais cuidados com o meio ambiente, tendo presente a intensificação de leis e normas tanto em termos regional quanto nacional cuja participação das chamadas populações tradicionais, tem tido relevância nos conteúdos das leis e normas ambientais vigentes.

Tais argumentos legais ampliam significativamente o olhar para a natureza, não a dissociando do contexto cultural, ou seja, levando em consideração a importância das comunidades que nela e dela sobrevivem, o que é considerado um avanço advindo das próprias pressões e reivindicações de muitas destas comunidades. Assim,

A percepção da “conservação” evoluiu de forma considerável, rompendo, por um lado, com a preservação estrita que exclui o homem do espaço protegido e considerando, por outro lado, os objetivos de desenvolvimento que impõem uma certa racionalidade econômica. Esse leque de percepções alimenta os debates internacionais acerca da conservação das florestas e mantém, mais precisamente, as polêmicas concernentes ao lugar do extrativismo no desenvolvimento sustentável; alguns se referem primeiramente ao problema do mercado, outros, ao seu valor conservacionista. A construção política e social das reservas extrativistas no Brasil é uma prova dessa versatilidade (PINTON; AUBERTIN, 1997, p. 263/264).

Admitir a população tradicional como a principal responsável pela conservação da natureza não é certamente verdadeiro, porém, ela também não pode ser colocada no outro extremo como um agente determinante na destruição de áreas naturais.

A contextualização entre população tradicional e natureza remete à necessidade de uma reflexão acerca da coexistência de ambas e os efeitos gerados, o que recentemente tem se transformado em objeto de estudos de várias pesquisas, muitas das quais, indicam que esta coexistência é benéfica para a natureza (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

Na Amazônia, a relação que os pequenos produtores têm tido com a natureza, nas formas de vida por eles adotadas ao longo da história, levou os ambientalistas a vislumbrarem situações agregadoras de valor às suas próprias

lutas, em um campo internacional receptivo aos apelos de conservação da natureza (ESTERCI; TEISSERENC; SANT'ANA JÚNIOR, 2014).

Atualmente, são criticados os estudos sobre conservação de ecossistemas que procuram marginalizar as populações tradicionais destes habitats naturais. É uma visão totalmente errônea pensar que a manutenção da biodiversidade está relacionada ao isolamento destes lugares. Tais críticas acentuam o movimento das relações de poder, como atenta Foucault (1988), relações estas que são produtivas e estão o tempo todo atuando em contextos socioambientais.

Estas populações, não obstante viverem em ambientes localizados, algumas mais, outras menos distantes de centros urbanos, com modos de vida específicos, estão inseridas, de alguma forma, no contexto global, podendo ser tanto localistas como modernas.

Adams, Murrieta e Neves (2006), ultrapassando o contraponto entre moderno e tradicional, propõem que são modernos em sua renovação constante do passado no presente, pois suas marcas de flexibilidade e resiliência garantem historicamente, sucesso reprodutivo decisivo para sua adaptação às condições econômicas e políticas, especialmente na Amazônia, cujos aspectos históricos desta, produziram os característicos modos de ser destas populações.

Inseridos no contexto global, tendo inclusive contato com este meio, essas populações, mesmo sofrendo constantes pressões de toda ordem, econômicas, sociais e políticas, continuam mantendo seus modos de ser, inclusive, defendendo-os a todo custo, mesmo absorvendo alguns elementos de influências externas, estão sempre se renovando enquanto tais. Como enfatiza Wagley (1977, p. 37):

o homem não é um ser racional no sentido de que seu comportamento é sempre motivado pelo seu próprio e absoluto interesse – seu conceito de que constitui “interesse” é determinado pelos valores de sua cultura particular”. [...] Qualquer ideia nova só será aceita se, na cultura preexistente, houver uma base que torne útil o elemento [,,] A cultura não é transmitida de maneira mecânica, como um carregamento de mercadorias que se transfere de um grupo para outro. Uma vez aceita por um povo, as inovações tornam-se parte de sua cultura e por ela são modificadas. Os novos elementos adquirem nova forma e significação, diferentes da que possuíam na cultura de origem. A introdução de novos elementos, por sua vez, provoca reajustamentos na cultura emprestada.

Neste sentido, mesmo percorrendo caminhos permeados de imposições, de pressões diversas perante seu espaço de existência, diante de Políticas

Sociais que lhes afetam, conseguem se renovar e prosseguir vivendo, sem perder suas principais características culturais, as quais lhe definem enquanto tais.

Portanto, tanto a adaptação ambiental quanto a acomodação econômica figuram como determinantes na organização social das populações tradicionais. Supõe-se que se acomodam às condições de mercado de modo semelhante a sua adaptação às pressões ambientais. Pois, “resultado da colonização da Amazônia pelos europeus. [...] Produto não das pessoas que a viveram, mas das condições externas que a geraram” (HARRIS, 2006, p. 88).

Almeida (2010) lembra as muitas pressões externas que forçam a desestruturação da organização social das populações tradicionais e ressalta apenas uma delas, o agronegócio, o qual compõe uma complexa coalisão de interesses que se impõe objetivando colocar como prioridade na agenda oficial a concessão de terras públicas e a isenção de tributos, com vistas a empreendimentos agroindustriais.

As noções de biopoder e de biopolítica propostas por Foucault (1988), que visam disciplinar os sujeitos e controlar a vida das populações, respectivamente, não deixam de ser uma forma de acomodação dos mecanismos de poder à realidade histórica que constitui o presente, porém, como suscita relação, não é nada estabelecido definitivamente. As pressões externas direcionadas, no caso para as referidas populações, também se inserem em situações de confrontos e resistências.

4.2 Reserva extrativista e processo de gestão

A presença das reservas extrativistas no Brasil é um fenômeno recente. Surgiram no final da década de 1980, em um panorama de lutas e conflitos socioambientais, principalmente os de natureza fundiária (ALLEGRETTI, 1994; ALMEIDA, 2004b; ALMEIDA; PANTOJA, 2004; GONÇALVES, 2015).

A criação das Resex no Brasil fundamentou-se essencialmente na ideia de inclusão dos moradores e usuários nas discussões e ações de estratégias de manejo e conservação dos recursos naturais. Reivindicação esta antiga dos extrativistas, que sempre viveram em muitas das áreas disputadas, sobretudo pelos grandes investidores capitalistas.

No contexto desta histórica disputa, a morte do líder seringueiro Chico Mendes teve destaque, pois, sua atuação na luta pelo reconhecimento de seus saberes e práticas acerca do uso dos recursos naturais disponíveis em seus territórios já era reconhecida nacional e internacionalmente.

Logo após a morte de Chico Mendes são criadas as Resex, que tem como pano de fundo a percepção de cuidados com o meio ambiente. Portanto, fruto de toda uma caminhada, especialmente dos movimentos sociais, os quais muito têm contribuído para amenizar as acirradas pressões econômicas cada vez mais presentes sobre estes espaços territoriais.

Realidade esta que se insere no contexto da globalização, pois que este território de disputas, como sugere Teisserenc (2016), é um território mundializado, sob efeito de fatores externos que afetam o seu futuro de maneira cada vez mais presente. E reivindica, assim,

uma certa autonomia que impede que seja considerado como complementar a territórios vizinhos ou como parte em uma relação hierárquica com outras escalas territoriais como o Estado e a União. Esta busca de autonomia pode ser interpretada como o resultado de uma vontade de descentralização por parte do Estado, o que nos parece limitado, dado não permitir considerar a diversidade e a heterogeneidade das dinâmicas territoriais observadas (TEISSERENC, 2016, p. 57).

Não obstante, esse processo de instalação e implementação de Resex “suscita nas populações locais a necessidade de reconhecimento e de pertencimento que está relacionado à sua identidade e à sua necessidade de território” (TEISSERENC, 2016, p. 57).

As Resex, como políticas públicas, portanto, são frutos das relações de poder, do biopoder e da biopolítica (FOUCAULT, 1988; 2008a) e se inserem como diferentes racionalidades políticas de governo, este, como normalizador, ao inserir o conjunto de normas e procedimentos técnicos a elas pertinentes, cujo resultado desejado é o controle de tais populações.

Assim, a gestão do território passa a ter como pré-requisito não somente a delimitação territorial, bem como preocupações com a preservação dos modos de vida de suas populações, as quais estão historicamente trançadas a redes sociais fortemente relacionadas com a conservação do meio ambiente. Isso significa que o território e seu ordenamento estão cheios de significados sociais construídos e repassados de geração a geração, que refletem em costumes e tradições, práticas sociais, saberes e uso de recursos naturais (DIEGES, 2008).

Teisserenc (2014a) lembra que, além da reivindicação dos seringueiros pelo reconhecimento de seus saberes e práticas acerca do uso dos recursos naturais disponíveis em seus territórios, enfatiza também o reconhecimento de sua identidade:

Essas reivindicações estão na origem do conceito de Reserva Extrativista e de sua experimentação com vistas a atribuir às populações tradicionalmente residentes e/ou usuárias dessas áreas o estatuto e o reconhecimento de seu direito a viver e trabalhar na floresta, explorando seus recursos enquanto trabalhadores independentes, não submetidos à tutela de patrões e dispendo para isso de um território no qual esses trabalhadores teriam oportunidade para fazer valer seus saberes e práticas enquanto apropriados à valorização e à gestão dos recursos naturais (TEISSERENC, 2014a, p. 22).

Tais reivindicações têm contribuído também com o processo contínuo de recomposição e reconfiguração territorial (AQUINO; ROSA, 2009; TEISSERENC, 2014b). Espaços estes, marcados pela definição de acordos de usos dos recursos e do território a partir de seus saberes, os quais, nesta conjuntura político-social se refletem no conjunto de regras de uso da Resex, configurando-se em acordos e pactos sociais. Estes costumam emergir, especialmente nas reuniões dos Conselhos Deliberativos da Resex.

Tais acordos e pactos sociais definidos e deliberados no espaço dos CD funcionam como ferramenta crucial na utilização comum dos recursos naturais, direcionados para garantir o possível de sustentabilidade ambiental. Assim, abre-se espaço para um novo tipo de ação, em que diferentes atores sociais envolvidos na Resex possam dialogar e, neste jogo de forças, movimentar estratégias na busca de soluções aos problemas existentes.

Para Foucault (1988; 2008a; 2008b), o poder é que estrutura a sociedade e a mantém organizada hierarquicamente. Todavia, é o conjunto de poderes menores – micropoderes - se exercendo continuamente em seu interior, quase imperceptível, que garante a sociedade sua organização. Neste sentido, o poder do Estado é um dos importantes, uma vez que ele é fundamental para a organização e administração desta, mas não atua unilateralmente.

Não obstante, estas relações coletivas não estão isentas de embates entre os diferentes atores sociais envolvidos, em função de interesses distintos e de maneiras diferenciadas de interpretar e viver ante aos meios natural e social,

fatores estes que são passíveis de apresentar conflitos socioambientais (LITTLE, 27).

Este contexto de institucionalização da conservação, portanto, pressupõe o controle territorial a partir de disputas de saberes, poderes econômicos, políticos, governamentais e culturais. É o que vem ocorrendo no processo de definição e implementação de unidades de conservação, notadamente com a efetivação das Resex, fruto de lutas de grupos sociais que demandam garantia de uso dos respectivos ecossistemas dos territórios ocupados tradicionalmente (MENDONÇA, 2016).

Todavia, neste espaço institucionalizado, de unidade de conservação, especificamente de Resex, permeado de diálogos e de possíveis conflitos podem emergir soluções criativas e adequadas para equacionar os problemas de uso e distribuição dos recursos existentes (ALMEIDA; PANTOJA, 2004).

Como sugere (BRITO, 2010):

Não podemos afirmar que os conflitos na gestão ambiental e, principalmente, no gerenciamento das UC, são totalmente negativos, pois, são com as relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem as negociações e a busca por mecanismos para a regulação da gestão destas áreas.

Nessa nova perspectiva, os conflitos têm funcionado como “gatilho” para a redefinição de posturas adotadas, sendo, dessa maneira, de grande importância a análise dos encontros e desencontros nesse novo tipo de gestão dos recursos naturais. Neste sentido, Nascimento, Barboza e Di Paolo (2015) apontam algumas situações de conflitos no contexto específico de uma reserva extrativista amazônica.

Cada realidade apresenta os seus atores (homens e mulheres que atuam no território), e em se tratando de comunidades tradicionais, especialmente vinculados a Reservas Extrativistas é comum percebê-los em reuniões dos Conselhos Deliberativos, fóruns estes, de encaminhamentos de ações públicas, nas quais o aprendizado entre os participantes é uma constante.

A composição e operacionalidade dos Conselhos Deliberativos das unidades de conservação são definidos na Lei nº 9.985, de 2000 (SNUC), a qual, em seu Art. 18 assinala que:

A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por

representantes dos **órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais** residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade (grifo nosso).

Tendo presente que reserva extrativista está inserida no contexto de política pública, as quais são voltadas para as populações, fatalmente, sua implementação incide também sobre a vida dos indivíduos. Portanto, toda política pública é fruto das estratégias do biopoder e permite que se opere uma biopolítica, por meio dos cálculos, índices e saberes acerca dos cuidados com o ambiente natural e seus recursos disponíveis.

De acordo com Prost e Mendes (2013), o Estado se destaca entre os atores sociais como principal responsável pela ordenação da ocupação e do uso do espaço e tem se municiado cada vez mais de instrumentos para execução dessas ações de ordenação com proteção ambiental.

No contexto de atuação de governo, o Estado tem definido e ampliado ações voltados à população (FOUCAULT, 1979; 2003; 2008a; 2008b). Todavia, o Estado não impõe por si mesmo as suas regras, estas são frutos de ações e relações de poder, num contexto de estratégias e de resistências, sejam quais forem os instrumentos por ele utilizados.

As reservas extrativistas são exemplos destes tipos de instrumentos, que não deixam de impor, de alguma forma, redirecionamentos e desafios às chamadas populações tradicionais, as quais são desafiadas a enfrentar estratégias de ações num constante processo de reconstrução social da natureza que se traduz em ações dos atores sociais locais no sentido de suscitar decisões que revertam em benefício das sociedades humanas e dos ecossistemas.

O Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas representa, portanto, um campo de forças, compreende jogos de poder, ainda que num contexto de participações diferenciadas, enfim, num contexto de estratégias dos grupos aí envolvidos. Pois, as regras são também frutos das relações de poder em situações de confronto e de resistências.

Cada Resex tem suas peculiaridades, o que exige também particularidades em seu processo de gestão e estabelecimento de procedimentos que garantam a participação da população local, assim como o uso de metodologias que permitam gerar uma integração entre os conhecimentos tradicionais e os técnico-científicos que garanta melhoria da qualidade ambiental e socioambiental.

De acordo com o SNUC (2000) no contexto de conservação da natureza:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

Neste sentido, a participação efetiva das comunidades tradicionais em suas ações locais tem dado provas de resistência à continuação de seus modos de vida, que não estão fora deste contexto de conservação. Não obstante os desafios a que estão constantemente tendo que enfrentar, especialmente, no que compete ao processo de interação entre saberes tradicionais, técnicos e científicos.

A criação da Reserva Marinha Caeté-Taperaçu se deu em meio a um significativo movimento de reordenação territorial desde o início dos anos 2000 na região, que culminou com a decretação de oito, das nove Reservas Extrativistas Marinhas do Estado do Pará (RIBEIRO, 2016).

A referida Resex constitui uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável. Está totalmente inserida no município de Bragança, o qual, distante 215 km da Capital Belém, no litoral nordeste do Estado do Pará. Sua área é de aproximadamente 42.068,086 hectares, estende-se: ao norte no limite com o Oceano Atlântico para o sul, no município de Bragança que tem a oeste o município de Tracuateua, a leste o município de Augusto Corrêa e ao sul os municípios de Viseu e Santa Luzia do Pará. Compreende cerca de 20% da área total do município de Bragança; na Mesorregião do Nordeste Paraense e dentro desta, na Microrregião Bragantina. Faz limite a oeste com a Reserva Extrativista Marinha Tracuateua, em linha divisória que passa por pontos equidistantes na altura da calha central do Rio Maniteua dividindo-o em partes iguais (BRASIL, 2005).

É nas reuniões do Conselho Deliberativo das Resex que também podem ser encontrados diversos atores, dentre os quais, moradores das diversas comunidades que são a elas vinculados, pois todas as comunidades de populações tradicionais da costa bragantina/nordeste paraense têm representatividade nas Resex aí existentes. A comunidade Cajueiro, campo empírico do presente estudo, é uma destas comunidades que tem representatividade junto à referida Resex.

Vale ressaltar que o jogo de poder que se desenvolve através de estratégias e resistências nestes espaços nem sempre são em forma de brigas e conflitos concretos e acalorados, pois, as correlações de força compõem situações estratégicas complexas em meio ao processo de discussões e deliberações de diretrizes e normas a serem seguidas para a conservação da biodiversidade. Como ressalta Foucault (1988), no contexto de correlação de forças, cada ator tenciona a seu modo e a partir de seu referencial perante as diferentes perspectivas em jogo; o que se evidencia no âmbito do Conselho Deliberativo.

Santos Júnior (2013), ressalta que Resex é fruto de uma política que reflete as tensões da sociedade brasileira. Assim, o Conselho Deliberativo, como consequência dessa política, torna-se um instrumento de poder, em suas manifestações de confrontos, estratégias e resistências, consequentemente, frutos de possíveis conflitos latentes ou patentes. O referido autor enfatiza ainda, com Simmel (1983, p. 128), que “aquilo que a primeira vista parece dissociação, é na verdade uma de suas formas elementares de socialização”. E conclui que o Conselho Deliberativo pode representar também instrumento de unidade.

Os Conselhos Deliberativos não deixam de ser também, fóruns de encaminhamentos de ações públicas, nos quais o aprendizado entre os participantes é uma constante.

Para Lascoumes e Le Galês (2012, p. 13) a *ação pública*

se aplica não só à atuação da Administração Estadual, mas também a de outros atores públicos ou privados originários da sociedade civil, que agem conjuntamente em busca de objetivos comuns, sobretudo a efetivação de direitos sociais.

As *políticas públicas* implicam mais diretamente a intervenção do Estado, ações governamentais, atuação setorial das autoridades, etc. Pouco a pouco, conforme estes autores, a expressão políticas públicas vem sendo substituída por ação pública, considerada mais adequada para definir os fenômenos de mudanças da sociedade atual.

Esta perspectiva situa muito bem o contexto da territorialidade das comunidades tradicionais, no que tange à participação dos atores sociais locais no processo da ação pública, como citado acima, nos Conselhos Deliberativos, nas associações locais ou em demais ações na própria comunidade, participando

da 'cogestão' da ação pública, contribuindo e aprendendo de forma coletiva junto a outros atores mais e não só sendo agentes passivos do processo.

Nesse contexto a cogestão ou gerenciamento colaborativo das áreas de Resex tem como principal referencial para sua definição o compartilhamento de poder e de responsabilidade entre governo e comunidades. Como ressalta Silva (2004):

O co-gerenciamento é geralmente descrito como um curso intermediário entre gerenciamento do Estado puro e controles de propriedade puramente comunais. O importante neste processo é o reconhecimento e a legitimação de sistemas de gerenciamento no nível local informal ou tradicional. O co-gerenciamento enfatiza a importância do governo descentralizado e a participação dos usuários no gerenciamento de recursos naturais. Gerenciamento participativo, gerenciamento baseado em comunidade, gerenciamento colaborativo ou co-gerenciamento são todos termos usados para descrever esses procedimentos.

No bojo das transformações liberais operadas no contexto global, Ribeiro (2016, p. 262), acentua a "valorização do desenvolvimento com participação, que tanto visa à solução dos conflitos sociais pela busca do consenso 'forçado', quanto refletem as lutas e conquistas dos movimentos sociais".

É especialmente no âmbito dos CD que essa participação se torna mais perceptível. As comunidades que têm representatividade no Conselho Deliberativo da Resex Caeté-Taperaçu ocupam este espaço, ainda que nem todos os participantes se manifestem oralmente nas ocasiões de reuniões. Alguns moradores da comunidade Cajueiro, por exemplo, não têm costume de sair com muita frequência de seu ambiente de moradia, que também é o local de trabalho, além de que tudo isso é uma realidade nova nos seus cotidianos. Porém, mesmo os que não se manifestam oralmente não deixam de ter suas percepções acerca das manifestações diversas que giram em torno de suas próprias vidas, enquanto principais atores deste cenário.

O Conselho Deliberativo, portanto, é um espaço de discussões e deliberações de diretrizes a serem seguidas em prol da conservação da biodiversidade, nos princípios da sustentabilidade ambiental.

Rech e Rech (2012) mencionam o desenvolvimento sustentável como processo, caminho pelo qual se busca a sustentabilidade, orientado pelas políticas públicas. Neste contexto, destaca o Zoneamento Ecológico-Econômico, o qual representa uma ferramenta jurídica federal (Decreto Nº 4.297, de 10 de

julho de 2002) de planejamento territorial de proteção do meio ambiente, de orientação ao desenvolvimento sustentável.

Esse documento representa, portanto:

Um norteador do processo de desenvolvimento sustentável, com foco na proteção do meio ambiente, e não um instrumento que tem por objetivo autorizar a exploração econômica das riquezas naturais [...] um instrumento de urbanização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras, atividades públicas e privadas, e estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (RECH; RECH, 2012, p. 101).

Vallejo (2009) também reforça o referido documento como um instrumento de ordenamento territorial utilizado para garantir determinados resultados no manejo de unidades de conservação, estabelecendo usos diferenciados para cada zona definida, de acordo com seus objetivos.

Desta feita, no contexto do território das unidades de conservação é feito um zoneamento a partir de alguns critérios, tais como: representatividade de recursos naturais, identificação de zonas de maior proteção, a presença de espécies em extinção, definição de zonas de uso público, a diversidade das espécies, as áreas de transição, áreas de alta sensibilidade ambiental, entre outros (VALLEJO, 2009).

Assim, Zona Populacional (ZP) de Resex é aquela área que compreende a moradia das populações extrativistas dentro da unidade. A ZP da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu compreende as comunidades: Vila dos Pescadores, Vila do Bonifácio e Castelo (PLANO DE MANEJO, 2013, v. 2).

Além da ZP está incluída também a denominada Zona de Amortecimento (ZA), que compreende as áreas que ficam nos seus limites, ou no entorno, onde estão localizadas a maioria das comunidades usuárias de UC, e suas áreas de uso, como roças, pastos, moradia e comércios (PLANO DE MANEJO, 2013, v. 2).

A Zona de Amortecimento é composta por áreas de terra/continentais e ambientes aquáticos/marinhos, que influenciam diretamente a qualidade ecológica e a resiliência⁵ dos ambientes das Resex. Devido à importância do rio Caeté para a manutenção de todo o equilíbrio da Resex Marinha de Caeté-

⁵ Resiliência: significa a aptidão de um determinado sistema, que em processo dinâmico, consegue recuperar o equilíbrio em contextos de grande adversidade. (MELILLO; OJEDA, 2005; NAIME, 2015).

Taperaçu, foi proposto também a inclusão das margens deste rio e suas matas ciliares, localizadas sobre terrenos de Área de Preservação Permanente, em um raio de cinquenta metros de entorno deste e seguindo 3 km a montante da área urbana de Bragança (PLANO DE MANEJO, 2013, v. 2).

Para Foucault (1979; 2003), o pano de fundo de toda ação de governo é o poder, a regulação, o controle. Poder este que permite que o Estado não se desagregue, mantendo-se unificado numa hierarquia dos poderes existentes no corpo social. Cabe lembrar, portanto, que o poder não é dado, ele compreende relações de poder, ou seja, é na convivência e nas relações concretas que ele aparece.

O Plano de Manejo da referida Resex não decreta, especificamente, sobre este espaço territorial (ZA), só sugere, porém, não foi percebido, na prática, nenhum indicador de diferencial quanto à relação da Resex com os que integram o seu próprio espaço territorial e os que moram em seus limites, pois tanto nos deveres quanto nos benefícios são todos incluídos por igual. Tanto que, a maioria dos moradores da comunidade Cajueiro aqui estudada, desconhece a existência desta divisão por zoneamento.

A participação dos extrativistas no Conselho Deliberativo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu acontece tanto com a representação da Assuremacata quanto como representantes das comunidades agrupadas em Polos.

Polo significa a representação política de extrativistas moradores de comunidades próximas geograficamente, que possuem representação na Resex. A Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu tem um total de oito polos - Polo Cidade, Polo Bacuriteua, Polo Acarajó, Polo Ajuruteua, Polo do Campo, Polo Tamatateua, Polo Caratateua e Polo Treme - como representação de base comunitária / extrativista no seu Conselho Deliberativo (PLANO DE MANEJO, 2013, v. 2).

Cajueiro faz parte desta chamada ZA, pois está localizada nos limites da referida Resex e, juntamente com mais treze comunidades compõe o 'Polo do Campo'. Assim, inserida no processo de cogestão da mesma, fazendo parte, de alguma forma, do contexto de socialização de saberes que se fazem presentes no âmbito das reuniões do Conselho Deliberativo.

Domingues (2008, p. 8) assinala que:

a cogestão ou gestão compartilhada pode ser definida como um acordo de parceria no qual a comunidade local ou os usuários de determinado espaço ou recurso, governo, outros agentes da cadeia produtiva (donos de barco, atravessadores, etc.) e agentes externos como ONGs, instituições acadêmicas e de pesquisa, dividem a responsabilidade e a autoridade de gerenciar determinado recurso.

Alguns pesquisadores têm reconhecido atualmente que os recursos pesqueiros, por exemplo, são gerenciados melhor, favorecendo a diminuição dos conflitos associados ao uso, quando estes e outros agentes envolvidos são incluídos no processo de gerenciamento e os direitos de acesso são distribuídos mais equitativamente. Portanto, tais formatos participativos dessa forma de gerenciamento de recursos no âmbito das comunidades tradicionais possuem potencial para promover a conservação e melhoria das condições dos estoques e demais estratégias de conservação ambiental (DOMINGUES, 2008).

No contexto deste processo de cogestão das Resex existe, além do Plano de Manejo, o Plano de Utilização (termo alterado para "Acordo de Gestão", pela Instrução Normativa Nº 29 de 2012, do ICMBio). Instrumento este que objetiva regulamentar a utilização dos recursos naturais e os comportamentos a serem seguidos pelos moradores e demais extrativistas. Junto com o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo, compõem instrumentos de gestão da Resex. O Plano de utilização difere do Plano de Manejo, por abranger em especificidades do dia-a-dia e as relações de conduta com a Unidade que o Plano de Manejo não detalha (PLANO DE MANEJO, 2013, v.1).

Até então foi elaborado um Plano de Gestão da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, ainda com a denominação de Plano de Utilização. Aprovado em Assembléia Geral da Assuremacata, no dia 29 de novembro de 2005, com a presença dos delegados dos comitês comunitários da referida Resex, além do apoio e acompanhamento da Secretaria Municipal de Economia e Pesca (SMEP), do Conselho Pastoral de Pescadores (CPP), da Prefeitura Municipal de Bragança e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos Naturais renováveis (IBAMA) (PLANO DE MANEJO, 2013, v. 1).

Este Plano de Utilização foi aprovado apenas cinco meses depois da criação da referida Resex, portanto, se fazendo necessária a sua atualização, visto que é um documento que, como o próprio Plano de Manejo, precisa estar sempre sendo atualizado.

No Brasil, especialmente na Amazônia, é neste contexto de Associação, Conselhos Deliberativos, Planos, Organizações, normas e regras que se configura o cotidiano atual das populações tradicionais e seus atores sociais. Populações estas que, até pouco tempo, não eram tão visíveis no cenário nacional, todavia, esta realidade não aconteceu de forma imposta de cima para baixo, mas foi fruto de enfrentamentos, confrontos e estratégias de resistência. Pois,

Atores sociais consistem na existência de uma situação favorável ao surgimento de sujeitos (lideranças comunitárias; diretores de serviços ou de agências de desenvolvimento; representantes institucionais; encarregados de funções; gerentes de projetos; empresários; operadores e representantes eleitos que sejam incentivadores ou não das políticas de desenvolvimento) cujo perfil de competência, em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes, os predestinam a representar um papel particular na realização das políticas de desenvolvimento (BRITO, 2006).

Desta feita, os acordos do manejo das unidades de conservação podem ser encaminhados de forma participativa e flexível. Pode acompanhar as mudanças que se fizerem necessárias, considerando a realidade de cada ambiente, com vistas a contribuir para viabilização de oportunidades criativas de convivência saudável, considerando a efetiva participação das populações tradicionais, sem comprometer os princípios de conservação.

Ter presente o enfoque de gênero neste processo significa valer-se de um conjunto de conceitos e métodos que visam integrar os saberes, necessidades e interesses estratégicos de gênero em todas as etapas do processo de planejamento. Significa abrir caminho para ver, avaliar e apoiar o trabalho efetivamente realizado por homens e mulheres, suas aspirações e potencialidades, considerando-as como protagonistas das estratégias a serem desenvolvidas em prol do manejo sustentável dos recursos naturais das Unidades de Conservação e de sua área de influência (KÜCHEMANN, 2000).

Questões estas que, quando incluídas no planejamento e nas práticas de manejo de Unidades de Conservação, ajudam a encaminhar procedimentos mais adequados em prol da conservação ambiental e ao mesmo tempo, favorecem relações de equidade entre homens e mulheres, fator este indispensável em qualquer contexto de relações humanas.

Diante o exposto e em sintonia com Mendonça (2016), creio que não cabe ser objetivo precípua incorporar as experiências de Resex às lógicas de mercado,

ao contrário, este modelo aponta para a busca do entendimento de que outras formas de se relacionar com a natureza são possíveis, favorecendo que homens e mulheres possam seguir outro paradigma de produção, organização social e moral, com outras perspectivas de consumo e de necessidades, as quais comportem conservação socioambiental.

As experiências de Resex são exemplos de como atuam as relações de poder, pois, mesmo sendo uma política pública, fruto do biopoder (FOUCAULT, 1988), o qual, direcionado mais diretamente a racionalidade do capitalismo, não cumpriu sua meta principal, ou seja, o ajustamento total das populações aos processos econômicos capitalistas globalizantes.

Este processo, entretanto, não é isento de tensões como acima descrito, pois o poder provém de todos os lugares. Não porque englobe tudo, subjugué a todos, ou porque assujeite tudo sobre sua implacável unidade, mas porque produz a cada relação e a cada novo encontro, de diferentes modos, em cada situação e em cada momento historicamente datado. Portanto, a biopolítica apontada por Foucault (1988) é, assim, atualizada e redefinida nas políticas de controle e regulação das comunidades e reservas extrativistas no Brasil. Nesse estudo, tal atualização, pode ser vista mais especificamente, na relação entre as comunidades e a Resex.

Como visto, o estudo sobre populações tradicionais requer a devida atenção ao espaço de UC, pois geralmente estão a ele vinculadas e, não obstante sucessivos casos de situações desfavoráveis seguem como sugere Rubem Alves (2014), na epígrafe inicial desta seção, resistindo “teimosamente como uma planta que nasce numa fenda de rocha”, a exemplo da comunidade em estudo, situada no contexto de uma Resex.

A seguir uma abordagem socioambiental - agroextrativista – mais especificamente do campo empírico da presente tese, a comunidade tradicional Cajueiro, no contexto da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

5 COMUNIDADE CAJUEIRO EM CONTEXTO DE UC

*[...] As folhas das árvores servem para nos ensinar a cair sem alardes. [...] Estudara nos livros demais. Porém aprendia melhor no ver, no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar. [...].
Se admirava de como um grilo sozinho, um só pequeno grilo, podia desmontar o silêncio de uma noite! [...].
Quem se aproxima das origens se renova.*

(Manoel de Barros)

A comunidade Cajueiro constitui o campo empírico de estudo da presente tese. Nesta seção são apresentados: o contexto de suas origens, suas principais características ambientais e socioambientais, as formas como seus moradores produzem e reproduzem a vida, os principais recursos naturais disponíveis e as formas de utilização destes, assim como as principais estratégias dos moradores para resistir a uma forma de viver peculiar, não obstante o contexto da globalização, com pressão para o aumento cada vez maior de consumo e renda monetária.

5.1 O ambiente natural

É reconhecido, inclusive legalmente, que as chamadas populações tradicionais vivem em função da natureza, daí a importância do conhecimento dos fenômenos naturais que influenciam o ambiente em que vivem e, conseqüentemente como lidam com estes fenômenos no contexto das atividades agroextrativistas, base do autossustento e de seus modos de vida.

Como ressalta Brandão (1981), o consistente conhecimento do ambiente, adquirido há séculos de experiências com práticas de manejo apropriadas, tem permitido a essa população se organizar e permanecer no ambiente em que vivem, não obstante as adversidades advindas do próprio meio natural, além das pressões externas do contexto global.

Cajueiro corresponde a uma comunidade tradicional, portanto, inserida no contexto de populações tradicionais, o que Diegues (2001, p. 107), ao se referir aos modos de vida destas populações, afirma:

Inúmeras comunidades de pequenos produtores, agricultores e pescadores vivem tradicionalmente da exploração dos recursos aí existentes. Algumas populações vivem quase que exclusivamente de

recursos renováveis de áreas de mangue, como os caranguejos e outros moluscos e crustáceos. Em alguns casos, essas populações humanas que vivem em simbiose com o meio natural criaram o que se pode chamar de “civilizações do mangue”.

Observa-se em Cajueiro um modo de vida comunitário em que as atividades econômicas, sociais e culturais estão intimamente ligadas ao ambiente natural, com ecossistemas de campos, que em determinados períodos estão secos e em outros alagados, manguezal, rios e mar, respeitando os ciclos biológicos que aí se desenvolvem, cada um no seu ritmo, das marés, dos peixes, da fauna e da flora, especificamente no contexto de uma das Reservas Extrativistas Marinhas, da região bragantina/nordeste paraense.

Modos de vida estes, típicos das chamadas populações tradicionais, com suas formas próprias de organização social, tendo o próprio território como base fundamental de existência, em todos os seus aspectos, sejam econômico, cultural, religioso e ancestral. Ademais, o próprio perfil do território em sua complexidade natural confere a Cajueiro a diversidade de atividades produtivas geradoras de renda e de autossustento aí presentes, impulsionando, inclusive, a forma de organização comunitária local com significativos princípios de sustentabilidade.

A comunidade Cajueiro tem os campos como a principal característica ambiental local, campos estes que se apresentam cheios no período chuvoso (de janeiro a junho) e secos no período sem chuva (de julho a dezembro). Conta com algumas ruas asfaltadas, especialmente na parte central, onde tem uma praça que costuma ser frequentada pelos moradores, com precariedade acentuada em termos de saneamento básico.

Tem abastecimento de energia elétrica, iluminação pública, mas esta não atende todos os moradores, por isso são frequentes muitos ‘gatos’, ou seja, ligações clandestinas na maioria das residências locais.

À diferença da maioria das demais comunidades estudadas da região bragantina, onde a pesca é a atividade econômica fundamental, nela a agricultura tem maior peso.

A região bragantina/nordeste paraense apresenta uma linha de costa de aproximadamente 40 km caracterizada por uma abundância de rios, canais e manguezais. Nela está situada a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu,

área protegida esta que abrange aproximadamente 42 mil hectares na planície costeira bragantina (BALLARINI, 2012).

Na área das Resex aí existentes e em seu entorno residem vários grupos humanos, comunidades que sobrevivem, basicamente, dos recursos naturais disponíveis.

Conforme Ballarini (2012), apesar de estarem inseridas em uma Unidade de Conservação Nacional, em contato direto com os recursos naturais deste espaço, especialmente daqueles advindos dos manguezais, além do cultivo da agricultura familiar em alguns casos, essas comunidades possuem pouca consciência sobre o que significa uma UC.

Porém, há alguns anos estas comunidades situadas no contexto da zona bragantina já vêm se envolvendo, de alguma forma, com os requisitos de sustentabilidade ambiental e UC, ainda que como interlocutores em programas de estudos e ou pesquisas aí desenvolvidos, pois uma reserva extrativista não surge de um dia para o outro. Uma dessas oportunidades de convivência com assuntos referentes à UC foi durante o desenvolvimento do 'Programa Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais' (MADAM).

O Programa MADAM foi concebido como um planejamento de pesquisa interdisciplinar voltado para a área costeira do município de Bragança, ou mais precisamente a península de Bragança. Foi efetivado por meio de um convênio entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Centre for tropical Marine Ecology (ZMT) da Universidade de Bremen, na Alemanha e desenvolvido durante o período de 1995 a 2005, ano este de criação oficial da referida Resex Marinha Caeté-Taperaçu. Esta área do nordeste paraense foi escolhida por ser considerada uma das mais 'intocadas' pelo impacto humano na costa do Brasil (GLASER, 2005).

Portanto, as comunidades da costa bragantina em geral estavam, a partir deste período, tendo contatos mais próximos com pesquisadores e técnicos do Projeto MADAM, assim como com outros profissionais e demais lideranças sindicais e de movimentos sociais que aí se inseriam neste contexto, inclusive de preparação para a criação oficial da Resex Matinha Caeté-Taperaçu que passou a existir oficialmente no ano de 2005.

Desta feita, a própria noção de reserva extrativista já implica num tipo específico de ordenamento territorial que certamente implicará em mudanças nos modos de vida das pessoas nela envolvidas. Portanto, creio que mais do que procurar saber sobre o significado de Resex para estes moradores é, como pesquisador(a), identificar as possíveis mudanças ocorridas a partir de sua instalação e o significado de tais mudanças na perspectiva dos atores sociais envolvidos.

Durante o processo de consolidação deste modelo de unidade de conservação, a gestão do território passou a ter como pré-requisito não somente a delimitação territorial, bem como preocupações com a preservação dos modos de vida de suas populações, as quais estão historicamente trançadas a redes sociais fortemente relacionadas com a conservação do meio ambiente. Isso significa que o território e seu ordenamento estão cheios de significados sociais construídos e repassados de geração a geração, e se refletem em costumes e tradições, práticas sociais, saberes e uso dos recursos naturais (DIEGES, 2008).

O próprio processo de criação da Resex envolve uma série de encontros, confrontos e desencontros, pois compreende um campo de mediação em construção, campo este, permeado de agentes externos e internos, com interesses diferenciados, envolvidos na cena. E apesar da existência de um espaço fértil a ser gerido por interesses comuns, requer o estabelecimento de um diálogo e encontro de linguagem, o que demanda tempo, implica também o reconhecimento, pelos mediadores, das posições e das distâncias sociais reveladoras de diferenciação econômica e social dos agentes locais (SIMÕES; SIMÕES, 2005).

Os moradores de todas as comunidades que constituem a Resex Marinha Caeté-Taperaçu passaram por este processo de inserção neste campo de saberes assimétricos, pois, o saber científico e o saber técnico em geral, tendem a ser considerados superiores aos saberes das populações tradicionais.

E, não obstante terem se passado doze anos de criação desta Resex, as comunidades que a circundam ainda estão em descompasso muito grande de informações necessárias para um bom embate com os agentes, especialmente técnicos e cientistas, que se fazem presentes no contexto do Conselho Deliberativo, fórum principal de discussões e deliberações.

Destaque-se que O Plano de Manejo da referida Resex foi aprovado através da Portaria 265, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 12.12.2013, publicado no Diário Oficial da União em 13 de dezembro do mesmo ano. Até então, uma das poucas UC amazônicas que contam com Plano de Manejo elaborado e aprovado.

Tanto a Resex Marinha Caeté-Taperaçu quanto a Resex Marinha de Tracuateua abrangem sistemas estuarinos que, no caso são os estuários do rio Caeté e do rio Taperaçu, os quais permeiam o município de Bragança.

Ambientes estuarinos estão distribuídos ao longo da faixa costeira dos continentes em todo o mundo, nos mais variados tipos de clima, abrangendo aproximadamente 15% das regiões costeiras do planeta. Funcionam como berçário para quase dois terços dos peixes e mariscos consumidos pela população mundial, e servem de habitat para milhares de aves e outros animais, além de serem ricos em matéria orgânica, sedimentos e nutrientes (MONTEIRO, 2009).

Segundo Freitas (2011), esses ambientes costeiros apresentam-se como um dos mais complexos e intrigantes alvos de estudos de pesquisadores de diversas áreas por todo mundo, sendo ainda hoje, objeto de uma série de discussões e divergências em torno de sua definição, classificação e subdivisões. Devido a uma série de processos que condicionam à origem e evolução dos estuários, a busca por um entendimento mais conciso é encaminhado de forma interdisciplinar. Cada estuário é único, uma vez que cada um tem suas próprias características intrínsecas que o tornam diferente de todos os outros.

Os recursos naturais oferecidos pelos ambientes estuarinos e de manguezais são de fundamental importância para a sobrevivência das populações humanas costeiras que se utilizam destes recursos através de atividades como a pesca tradicional e a coleta extrativista da fauna e da flora (FURTADO et al., 2006).

O clima da região de Bragança é caracterizado por uma marcada sazonalidade com a maior parte das chuvas acontecendo entre janeiro e junho. Na região estuarina prevalece vegetação de mangue.

A planície estuarina do rio Caeté é a unidade que apresenta menor representatividade geográfica da bacia, porém a que possui maior caráter

econômico. Revela-se como um centro de pesca e beneficiamento de pescado, comercializado no mercado interno e externo. Por outro lado, as comunidades ribeirinhas do baixo curso da bacia, ao contrário dos ribeirinhos do alto e médio curso, sobrevivem da pesca em alto mar e da captura de crustáceos e moluscos do manguezal (GORAYEB, 2008).

O estuário do rio Caeté está inserido no mais extenso complexo de manguezais do mundo com 8900 km², sendo localizado entre São Caetano de Odivelas, foz ao sul do rio Amazonas e baía de São Marcos, medindo 480 km e abrangendo parte do estado do Pará e parte do estado do Maranhão. As principais condições de contorno que controlam o cenário físico da região costeira do rio Caeté são: correntes de maré, descarga fluvial, ventos e total de sedimentos em suspensão (CAVALCANTE SEGUNDO, 2007).

O maior centro urbano da bacia do rio Caeté é a cidade de Bragança, localizada às margens do estuário do rio Caeté e tem nas atividades portuárias grande fonte de renda e circulação de bens, serviços e mercadorias, o que atrai investidores do Brasil e do exterior. Sua população estimada em 2016 era de 122.881 habitantes, considerada o maior polo pesqueiro do Estado do Pará, exportando sua produção principalmente para as capitais do Nordeste e do Estado do Pará (IBGE, 2016).

A bacia hidrográfica do rio Caeté, localizada na região bragantina está inserida na costa atlântica do Pará e banha parte do território de 7 municípios: Bonito, Santa Luzia do Pará, Ourém, Capanema, Tracuateua, Bragança e Augusto Corrêa. Possui uma área de 2.195 km² de extensão do rio principal de 149 km, das nascentes (município de Bonito) à foz (municípios de Bragança e Augusto Corrêa), desaguando na baía Caeté-Urumajó, dominada por macromarés semidiurnas (GORAYEB, 2008).

O estuário do rio Caeté vem sofrendo pressão desta forma de desenvolvimento, típicos de países como o Brasil, cujo processo de ocupação humana irregular/desordenado, tendo como principais fatores impactantes a precária condição de saneamento básico o que acarreta fortes impactos negativos, advindos, por exemplo, de lançamento de esgoto, descarga de efluentes domésticos, pesticida, herbicida, óleos e substâncias químicas em seu leito, o que contribui para a contaminação e diminuição de suas águas, e sua

degradação geral. Barragens, obras portuárias, pontos comerciais e residências se fazem presentes em seu entorno, com precárias condições de saneamento básico, o que acarreta sérios problemas sociais e ambientais.

Como enfatiza Gorayeb (2008), estudos locais de 1995 já constatavam degradação ambiental acentuada no rio Caeté, em especial no trecho da cidade de Bragança, haja vista a poluição hídrica, com grandes concentrações de habitações e comércios às margens do rio, o assoreamento do leito, devido à construção inapropriada de aterros urbanos e a disposição irregular dos resíduos sólidos.

A Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) é responsável pela retirada e tratamento da água para o fornecimento da população urbana de Bragança. A microbacia do rio Chumucuí também fornece água encanada para esta cidade, desde 1988 (GOMES, 2008; FERREIRA, 2013).

O abastecimento de água de uma cidade deve trazer, fundamentalmente, benefício à população residente e isso está intimamente relacionado à preservação da qualidade hídrica. Porém, a Estação de Tratamento de Água (ETA), localizada no município de Santa Luzia, e que serve a toda a região bragantina, está em condições extremamente precárias, com problemas operacionais constantes, devido ao fato de funcionar a quase vinte anos sem ser submetida a uma reforma (GORAYEB, 2008).

As análises de qualidade da água realizadas nos poços de monitoramento, nos igarapés e no rio Caeté revelaram que o lixão municipal de Bragança influi negativamente sobre a qualidade da água subterrânea e superficial do baixo Caeté, podendo gerar consequências drásticas para o meio ambiente e para saúde humana (GORAYEB, 2008).

Conhecimentos sobre os solos, clima, vegetação e dos animais, em seu caráter morfológico e dinâmico influenciam sobremaneira as decisões familiares na escolha do local para plantar, o que plantar e como plantar ou ainda realizar qualquer operação nos cultivos e nas criações. No contexto das comunidades tradicionais, como enfatiza Rocha e Almeida (2013, p. 896):

A percepção da situação do meio natural, assim como sua capacidade de renovação está enraizada neste conhecimento construído por meio da prática e das informações acessadas e mobilizadas, conformando a experiência individual e a transmissão para as futuras gerações.

Cajueiro faz parte deste território socioambiental permeado de conhecimentos e saberes, estes advindos de um convívio comunitário inteiramente integrado a natureza, não obstante as adversidades ambientais e socioambientais. Como lembra Silva Júnior, 2013, p. 31:

Habitar esses lugares requer do *caboclo amazônico* (homem e mulher), coragem, destreza, paciência e determinação. Atributos nem sempre percebidos pelo olhar de quem vem de fora ou mesmo de quem é da Amazônia, mas mora em outro habitat, posto que, quem mora na várzea, talvez não entenda/compreenda quem é do mangue; quem gosta de tucunaré, talvez não goste de sururu ou ostra.

A comunidade Cajueiro, portanto, é reflexo deste cenário ambiental e socioambiental aqui situado.

5.2 Aspectos sócio-históricos

As informações que se tem sobre o início da comunidade Cajueiro datam de aproximadamente 200 anos, portanto, do início do sec. XIX, quando da chegada, não se tem notícia de onde, de uma pessoa chamada João Bernardo Lima (lembrado pelos moradores como Bernardo) e sua companheira. Este casal teve muitos filhos e vários destes filhos também constituíram famílias na própria comunidade. O sobrenome Lima até hoje tem destaque. A moradora mais idosa nasceu em uma comunidade próxima e é casada com um dos netos deste primeiro morador. A família Lima é considerada, para os moradores locais, como os primeiros donos das terras em que hoje eles vivem (DI PAOLO; SILVA JÚNIOR; BARBOSA, 2016).

Os relatos dos moradores informam que as terras dos Bernardo Lima eram grandes, “tinham muita terra e muito gado. Bernardo era um a pessoa de bom coração”. Informam também que foram os filhos de Bernardo que doaram os terrenos para a construção da igreja (a primeira era de barro), do colégio e do posto médico local.

Os moradores atuais costumam mencionar o nome de Bernardo como primeiro morador, falam em seus filhos, destacam descendentes deste, presentes na comunidade ainda hoje (netos, netas), porém não mencionam o nome da sua companheira, com a qual teve seus filhos e filhas.

Quanto à forma de vida local ainda nos primórdios da comunidade os moradores mais idosos entrevistados falam que seus pais diziam que no início viviam mais da lavoura (tabaco, mandioca, feijão, arroz), também pescavam, mas a lavoura era mais forte. Tinham muito gado também, inclusive, costumavam tirar leite de vaca em abundância, que chegava a estragar. O gado sempre fez parte do cenário da comunidade.

Relato de um morador local:

Meu pai contava que aqui era muito farto quando ele era criança. Meu avô tinha gado e tiravam muito leite que não tinha quem tomasse tudo. Faziam coalhada, se quisessem comer um boi eles comiam, e do melhor, do maior, salgavam, secavam, não tinha para quem vender.

O nome Cajueiro, segundo os moradores, tem a ver com o grande número de cajueiros existentes. Relatam que, bem no centro da comunidade, onde hoje tem uma praça central, tinha um cajueiro bem grande e bonito, o qual acomodava toda a população da cidade em baixo dele. Em tempo da fruta, servia para toda a população local. Quando os moradores (homens) vinham do serviço, tomavam uma dose, ou melhor, 'dosezinha' (cachaça com caju) e se sentavam em baixo deste cajueiro para conversar. Esta árvore era referência para eles, uns diziam que era pela fruta, outros diziam que era pela 'dosezinha' ou pelas duas 'a fruta na dosezinha'; o fato é que era pretexto de encontro e descontração.

As famílias foram se constituindo a partir da ligação destes descendentes dos Lima com moradores e moradoras da redondeza, ou seja, de comunidades próximas, especialmente os Alves, Ramos e Moraes, que são os sobrenomes de maior evidência local, depois de Lima.

Inicialmente por meio de fugas, o casal combinava de fugir e fugia mesmo, causando inicialmente certo mal estar entre os familiares, porém, depois de alguns dias retornavam e passavam a morar juntos, geralmente com os pais de um ou de outro dos cônjuges e ficava tudo bem. Como diz uma moradora idosa, que quando jovem também fugiu para viver com o seu companheiro e até hoje estão juntos:

Naquele tempo, era uma felicidade, uma 'cangalha' a gente arranjar um homem e a gente ia; eu tinha 14 anos, ele disse que se eu não fugisse com ele iria levar outra e sumir e eu gostava dele mesmo, eu fui. Depois voltamos e fomos morar na casa dos meus pais até a gente ter a nossa casa, feita no terreno do meu pai mesmo.

Até trinta anos atrás, as famílias costumavam ter muitos filhos. Fala de uma moradora idosa, que foi parteira por muitos anos na comunidade:

Não se evitava filho não. Nunca pediram remédio para não ter, nem pra abortar. Se tivesse que vir, vinha 10, 12 ou mais. Minha mãe teve 15. Não tinha essa de prevenção. As pessoas não se preocupavam em ter filhos, tinham à vontade. Agora é injeção, é tudo! E nasciam todos normais, sem maiores problemas, tudo direitinho. Agora é nascendo de pés, é atravessado, é o que não quer sair, que não tem passagem, que não encaixa. Esses casos eram raros. Ai eu mandava ir para o hospital de Bragança e ia junto, isso quando eu não dava conta.

Antes não existia a estrada de terra entre Bragança e a comunidade. Como informa um morador idoso:

Antes era só caminhos mesmo, muito mato, lama, um atoleiro medonho, muitas vezes com água na cintura e era até 'visagento'. Tinha um tal de bode que se transformava em qualquer coisa, até em gente. Aparecia e ia crescendo, eu já vi, quando namorava com a minha esposa. Fui para encontra-la, ela morava longe, numa comunidade vizinha daqui, tinha que atravessar a lama, de pés. E ele apareceu, nem sei se era gente ou se era bicho, veio crescendo, me jogou na lama e se afastou, e eu corri. Minha roupa não prestou mais, ficou 'catinguenta', nem lavando por vários dias, tivemos que jogar fora.

Outro morador idoso acrescenta:

Antes era tudo mais difícil. A gente ia pra todo lado e voltava de pés, inclusive, de Cajueiro para Bragança. Não tinha sandálias naquele tempo, tinha tamancos, mas nem todo mundo podia comprar, nossos pés eram duros mesmo. Sapato era luxo, mas nem se podia andar com ele, porque molhava, destruía todo. Era tudo muito bruto, selvagem mesmo. Por um bom tempo a bicicleta era o único veículo. Até um dia desses não tinha carro nem moto por aqui [...]

Tem a história do bode sim, ele derruba quem mexe com ele, cresce, se transforma em gado, cachorro, gato e até gente, passa por aqui pelo nosso terreno, bate nos cachorros, o pessoal tem medo dele, A partir das 18:00 h ele pode aparecer.

Os entrevistados com mais de sessenta anos falam que, quando eles eram jovens, entre quinze e vinte e cinco anos existiam poucas casas na comunidade, mais ou menos entre dez e quinze, e uma distante da outra. O número de casas foi aumentando de acordo com as famílias que iam se formando. E passou a crescer mais ainda depois da chegada da luz elétrica em 2003. E, em 2005, a presença da Resex Marinha Caeté-Taperaçu também impulsionou o aumento de casas na comunidade.

Relatam que costumavam trabalhar desde crianças e o estudo era pouco, até a terceira série, as meninas costumavam estudar um pouco mais, até quando não formavam famílias. Tanto meninos quanto meninas, entre cinco e seis anos já

ajudavam os pais na lavoura, arrancando batata, cortando arroz e enchendo os paneiros de mandioca para carregar na cabeça, quebrando milho. A mãe dava uma faquinha e paneirinhos pra cada um dos filhos e filhas. “A batata quando estava madura espocava na terra e nós ia só beliscando a terra com a pontinha da faca, enchendo os paneirinhos de batata, aquelas batatas bem roxas, doce que era uma beleza” (entrevistada).

Por muito tempo não teve escola na comunidade. Fernando Homem de Brito foi o primeiro professor, era pago por Bernardo Lima, o primeiro morador, que o contratou para ensinar os seus filhos, e as aulas eram ministradas na casa deste morador. Este professor, no período das aulas, morava na própria comunidade, na casa da família Lima, e nas férias, ele retornava pra Bragança. Aos poucos passou a dar aulas também para os demais filhos de moradores. Hoje, o colégio público local leva o seu nome.

Depois do professor Fernando, uma moradora local chamada Arlinda Moraes, sua ex-aluna, passou a ensinar, sendo paga pela prefeitura de Bragança. Dona Benedita Lima, atualmente a mais antiga moradora, também chegou a ser professora na comunidade. Ensinavam na casa de seus pais. Quando elas casaram deixaram este encargo e a comunidade ficou sem professor(a) por algum tempo.

Na década de 1970 já conta com um espaço exclusivo para as aulas dos moradores, a partir de um terreno doado pela família Bernardo Lima. Este colégio teve como primeira professora Maria Moraes, também da comunidade. Iniciou as aulas também na casa de seus pais, depois no Colégio. Em 1976 ela precisou sair, pois foi morar em Boa Vista (comunidade próxima). Também dava aulas pagas pela prefeitura de Bragança.

A profa. Maria Moraes deixou em seu lugar um de seus ex-alunos, o prof. Manoel Oliveira Neto, na época com dezoito anos, também filho da comunidade, que já tinha morado alguns anos com familiares em Bragança, onde completou até a oitava série do primeiro grau. Até então as aulas iam até o terceiro ano do ensino fundamental, uma vez que ao campo havia sido destinado apenas esse grau de escolaridade, forçando os estudantes a interromper seus estudos devido a suas famílias não terem condições financeiras suficientes para mantê-los nos estudos fora da comunidade.

De acordo com relatos do próprio professor Manoel, entre os anos de 1976 a 1978 ele atuou como professor, pago pela prefeitura de Bragança. Ainda no ano de 1978 foi contratado pelo Estado, sem concurso, ganhando um salário mínimo. Em 1980 passou a trabalhar com a quarta série também, cuja primeira turma começou com seis alunos. Estes seis alunos estudavam junto com as turmas da segunda e da terceira séries. Ele juntava a 2ª, 3ª e a 4ª séries num espaço só, e a 1ª e 2ª séries em outro espaço, isto para poder dar conta de todos os alunos da comunidade, pois só tinha ele de professor. A partir do ano de 2002 se instala a 5ª série e em 2003 a 6ª, já com mais professores.

O referido professor, como os demais mencionados foram e são referências importantes na história da comunidade. Como relata um morador local:

Todos os professores que atuaram aqui, desde quando a gente tem notícia, foram muito importantes para a nossa comunidade, todos têm o nosso respeito até hoje. O professor Manoel era muito respeitado também, pelos alunos e demais moradores. Nesse tempo ainda existia a palmatória, a qual era muito usada na escola, especialmente na sabatina da tabuada, que na época era lei, e ele sabia fazer uso.

Ressalte-se que a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 211, o qual explicita “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” o que proporcionou a descentralização do ensino, especialmente correspondente entre a 5ª série e o 3º ano do 2º grau, sendo tais ciclos escolares levados, através da descentralização das escolas estaduais, às regiões mais afastadas dos centros urbanos do país (PEREIRA, 2016).

Porém, somente a partir do ano de 2003, com o apoio do Sistema Modular de Ensino (SOME), em colaboração entre Município e Estado, o processo educacional da comunidade passa a fazer parte, com maior abrangência, da Secretaria de Educação Municipal, com definição de professores para todas as séries do primeiro grau. E a partir do ano de 2006 foi efetivado também o segundo grau, com aulas à noite, e professores do Estado.

Os docentes que trabalham neste sistema de ensino são oriundos de diferentes municípios paraenses, sobretudo de Bragança. Existe uma casa na comunidade, alugada pela prefeitura do referido município, à disposição destes docentes. Porém, são poucos aqueles que costumam ficar na comunidade

durante suas aulas, a maioria retorna todos os dias para Bragança, ou de carros próprios ou de moto taxi, pois a estrada de acesso, apesar de não ser asfaltada, garante esta possibilidade, sobretudo no período sem chuvas. Já no período das chuvas fica mais difícil retornarem todos os dias, pois a estrada fica alagada, dificultando e, às vezes, até impossibilitando o acesso.

Desta feita, o acesso à educação básica e o ensino médio ficou mais facilitado, cuja oferta deste ensino é em seu próprio contexto social.

Hoje a comunidade conta com pré-escola e ensino fundamental da rede municipal, além do ensino médio, em sistema modular⁶. Também tem alguns jovens que fazem o Ensino Médio em Bragança, fato este que levou ao questionamento, por parte da direção do colégio, sobre a possibilidade de acabar com este nível de estudo na comunidade devido à diminuição do número de alunos, mas nem todos os pais e as mães gostam que seus filhos saiam para estudar fora, pelo menos até completar o segundo grau.

Os professores do modular que vêm pra cá são bons profissionais, concursados, não são qualquer um. Acho bom o segundo grau aqui, não deveria acabar. Com os filhos estudando aqui na comunidade fica mais fácil para os pais acompanhar, tem mais controle. Na minha tolice eu acho que deveria continuar (morador local).

Os moradores admitem que a conquista do estudo na própria comunidade só trouxe benefícios. Como expressa uma moradora:

o estudo modernizou a comunidade. Antes era mais rápido para formar família, com uns 14, 16 anos a menina já fugia ou ficava grávida e já grávida, casava; os meninos na mesma idade também. Hoje esta faixa está entre vinte e vinte e cinco anos.

Admitem que não obstante a fartura de peixes e demais frutos da terra, do mangue e do mar, não quer dizer que eles viviam em condições confortáveis, pois precisavam trabalhar bastante para garantir o seu sustento e de suas famílias, pois, nem todos possuíam as suas terras para plantar.

Dizem que costumavam trabalhar de meeiros⁷, numa 'parceria' com moradores da própria comunidade, em muitos casos, entre os próprios familiares.

⁶ Sistema Modular: Diferente do Ensino Regular que trabalha todas as disciplinas simultaneamente, neste, cada disciplina é trabalhada de forma individual (uma por vez), por um período de tempo que atende às exigências de sua carga horária anual (SANTOS, 1994).

⁷ Meeiros: aqueles que trabalham em terras que não são de sua propriedade. São responsáveis por todo o trabalho e repartem com o dono da terra a metade da produção.

Toda a família era envolvida no trabalho, como afirma um morador de mais de setenta anos:

Os homens se juntavam para dobrar a terra na enxada, quando eles terminavam, nós, as mulheres, iam acertar a terra, espalhar, bem espalhadinho. Depois da terra espalhada ia um cavando a terra, fazendo as covas, numa distância de uns 6 palmos longe uma da outra e a gente ia plantar os pezinhos de tabaco, bem pequenininhos. Dai há um mês a gente ia capinar, tirava todo o capim que crescia e cavava um buraco para enterrar todo esse capim que crescia e espalhava de novo o restante da terra que saía dos buracos. Depois de uns 2 meses a gente ia puxar a terra para os pés de tabaco e assim, cada pé de tabaco formava um murinho. Com 3 meses a gente ia quebrar o tabaco, sempre com toda a família junto nessa lida.

A vivência destes moradores nos espaços de suas casas de moradia e demais espaços da comunidade não é feita de forma separada e sim integrada, formado de um todo: a unidade familiar. Evidencia-se assim, que desde o início desta comunidade a junção terra, família e trabalho, é uma constante no seu cotidiano, tanto no trabalho de meeiro quanto em suas próprias terras.

Realidade também constatada na maioria das comunidades camponesas, nas quais “casa-roçado compõe o universo da vida familiar na qual se produz, consome, e se definem esferas de atuação, a partir de papéis sociais atribuídos aos gêneros, em alguns casos à gerações” (CANTARELLI, 2010, p. 282).

Outros relatos de entrevistados idosos:

Trabalhava de metade com meu sogro, por não ter outra forma melhor para viver. Às três da madrugada a gente já estava no batente. Costumava levar os filhos, junto com a mulher para o serviço, mulher trabalhava junto com a gente também e as crianças, quando bem pequenas, ficavam em caixas, perto dos pais; e quando grandinhas escola e roça também.

Trabalhava ‘de meia’ com os outros, escravo, né! A gente trabalhava e tinha que dar a metade do que produzia, só a metade era nossa, era muito triste, até hoje ainda tem gente que faz isso por aqui. Depois decidimos que não íamos mais fazer farinha pra dar pros outros. A gente fazia dois litros e dava um pro dono da terra e ele não fazia nada.

Assim trabalhando a gente não tinha era nada, os donos da terra tinham gado, terra cercada de arame e tudo, a gente trabalhava tanto pra essa gente, assim. Plantava feijão, tabaco, tudo o que eles queriam, por exemplo, quando a gente plantava feijão e não dava, a gente ia lá com eles e dizia que não deu; eles diziam que era assim mesmo, e ficava por isso mesmo, a gente já tinha trabalhado, né!

Quando trabalhavam como meeiros, eram eles que tomavam conta do terreno e cuidavam de tudo, faziam todo o serviço; os donos só apareciam quando sabiam que ia passar algum representante de órgão público, por exemplo,

a EMATER⁸. Representantes deste órgão passavam de vez em quando e pediam para que eles relatassem alguma coisa, mas eles não costumavam falar. Até que um dia:

resolvemos falar. Dissemos que a gente fazia o serviço lá, que tirava fiado pra comer, por conta do patrão e que até o material necessário para trabalhar na terra, por exemplo, terçado, enxada, o patrão não dava, vendia, às vezes dava algum dinheiro, comida, mas tomava nota de tudo. E quando o produto estava prontinho, a metade era deles. E a metade que nos restava, ele puxava o caderno dele e dizia quanto a gente estava devendo ainda. Logo mais chamavam de novo a gente pra trabalhar a terra, limpar, estrumar e ai lá a gente ia pro caderno de novo. A gente nunca saía do caderno. Depois que falamos isso tudo pro pessoal da EMATER, eles ficaram de falar com os patrões e ajeitar as coisas, mas que nada, depois disso, eles nunca mais voltaram por aqui, acho que porque não tinha jeito, né! Dai o pessoal foi largando, largando, procurando outras coisas pra fazer (entrevistado aposentado).

Depoimentos como o acima referido não deixa de denotar situações de poder, ou melhor, de relações de poder. Foucault (2010) acentua nesta relação o fato de que o poder não se direciona necessariamente a um sujeito, individual ou coletivo, mas sim a ações de sujeito(s).

Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando as caracterizamos pelo "governo" dos homens, uns pelos outros - no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só se exerce sobre "sujeitos livres", enquanto "livres" - entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas a escravidão, não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) - mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. (FOUCAULT, 2010, p. 289).

Portanto, possibilidades e escapadas de situações opressoras também se delineiam no contexto das relações de poder. Essa forma de trabalho como meeiros foi relatada em Cajueiro, por muitos entrevistados idosos que, aos poucos foram se engajando com mais intensidade em outras atividades extrativistas na própria comunidade, tais como a pesca, até conseguirem comprar um pouco de terra e plantar, ainda que pouco, mas deles mesmo. Ainda têm as suas terras até hoje, alguns conseguiram aumentá-las mais um pouco, sempre trabalhando até conquistar a aposentadoria.

Eu me aposentei como lavrador porque eu era mais lavrador do que pescador. Mas foi como pescador que eu comprei essa terra aqui,

⁸ EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.

quando eu trabalhava de meeiro eu não tinha terra nenhuma. Comprei essa terra, trabalhei muito como lavrador nela, comprei arame, cerquei, comprei uns gadinhos, porque a terra não era muito boa, as mandiocas vinham muito pequenas, mas com a compra dos gados melhorou muito. Depois não dei mais conta, meus filhos foram tomando conta e até hoje moram e trabalham por aqui também, plantam mandioca, fazem farinha, tiram caranguejo e pescam, graças a Deus [...]. Hoje ainda plantamos no nosso terreno, meus filhos, né! Porque eu não posso mais, também pagamos trabalhador para trabalhar. Agora tenho um confortozinho com a minha aposentadoria (entrevistado aposentado).

Até o ano de 2003 não tinha luz elétrica nem poço artesiano,

era poço cavado, no balde mesmo. No verão a água do poço acabava e a gente catava água nos poços que ainda davam um pouquinho de água. Do poço mais limpo trazia pra beber e dos menos limpos, para lavar a roupa. A 'boia' era cozida na lenha (entrevistada aposentada).

Com a energia elétrica vieram novas possibilidades. De princípio foi o rádio e muitos se reuniam nas casas daqueles moradores que o possuíam, principalmente para escutar o jogo de futebol. "A gente se juntava para ouvir um rádio que um morador trouxe do Rio de Janeiro. A gente não sabia nem o que era rádio" (entrevistado aposentado).

A energia elétrica proporcionou também a instalação de poços artesianos, fato este que proporcionou melhoria quanto ao uso da água no cotidiano, ainda que esta não possa ser considerada de boa qualidade, pois a precariedade de saneamento básico não possibilita tratamento adequado.

Neste contexto, a televisão também passa a fazer parte deste ambiente, inicialmente um ia ver na casa do outro, até esta se instalar na maioria das casas, como atualmente, inserindo-os numa relação mais próxima com o mundo global.

Certamente, não se pode dizer que a comunidade é isolada do mundo global. Até mesmos os moradores reconhecem que não, como é percebido em algumas de suas falas, por exemplo:

Nosso costumes estão mais perto do povo da cidade. A comunicação melhorou, tem tv. Os contatos com a cidade de Bragança é muito fácil. Com o telefone rural dá pra ligar fácil pra Bragança, Belém, daqui pra lá e de lá pra cá também. Nem todos têm, mas quem tem deixa o vizinho ligar. Acho que a nossa comunidade não é tão tradicional assim, ela tem muita relação com o novo, com a modernidade (entrevistado adulto).

Hoje já se tem mais conforto. Agora tem mosquitoireiro, ventilador, tudo melhorou.

Os moradores ressaltam que sentiram melhoria mais acentuada mesmo, na comunidade, especialmente a partir da criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, dois anos depois da chegada da energia elétrica. Já como integrantes desta Resex, consideram que conquistaram melhorias em termos de condições de vida.

Conseguiram casas, instalações de poços artesianos, material de pesca, eletrodomésticos, por exemplo, geladeira, fogão. Como afirma um entrevistado “passamos e ter mais conforto quando passamos a ‘ser’ Resex”. Informa um morador adulto:

A Resex só melhorou tudo aqui, deu rede de pesca, deu canoa, material de pesca, motorzinho. Antes era no remo mesmo e a cachoeira desce bem, mas pra subir é difícil com remo, agora tudo é de motorzinho e com motor vai mais longe. Só temos coisas boas pra dizer da Resex.

Os moradores se identificam de tal forma com a Resex que assumem ‘ser’ Resex, incluindo-a assim, como parte de sua própria identidade.

Castells (1999) ressalta que, do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída. Pois, identidades

constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Embora [...] as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais as internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização (CASTELLS, 1999, p. 23).

Portanto, não é simplesmente a criação da Resex em si; na sua forma jurídica e administrativa ou como Política Ambiental que garante o seu reconhecimento pelos atores envolvidos. A forma como estes se inserem nesta nova configuração é que vai determinar a sua existência enquanto parte efetiva, especialmente e territorialmente, da vida dos moradores locais.

Essa internalização, mencionada pelo citado autor, foi feita neste contexto, pelos atores locais, visto que a Resex está diretamente interligada / inter-relacionada à suas vidas, até porque não tem cercas nem outros indicadores que demarquem espaços específicos no contexto deste ambiente.

Como argumenta Silva (2014, p. 82): “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora [...]. Neste sentido, os moradores de Cajueiro, ao dizerem que “são Resex”, informam que fazem parte dela, incluem-se nela.

O que vai ao encontro do que sugere Hall (2014b) quando afirma que as identidades são produzidas em locais históricos e institucionais específicos e

emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2014b, p. 109/110).

Assim, a institucionalização de Resex, fruto de relações de poder, não deixa de ter sua importância no processo de organização das vidas dessas populações. Como sugere Foucault, 2010, p. 290:

é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém.

Dentre outros benefícios citados, os quais também advindos junto com a Resex, os moradores da comunidade destacam a Bolsa Família, a Bolsa Verde, mas as casas são consideradas o benefício mais significativo. Por conta do modelo das casas da Resex, que são de tijolos, as antigas, de taipa e palha ou de barro e palha, praticamente não existem mais nesta comunidade, foram transformadas, hoje é raro encontrá-las, são mais as ‘casas da Resex’. Isso fez mudar os modos de vida, eles adquiriram mais conforto, casas de piso, com lajotas. Fala de uma moradora jovem:

Antes da Resex não tinha essa vila que tem hoje aqui em Cajueiro, era uma casa ali, outra acolá. Muitos jovens, maiores de dezoito anos, casaram, pois ganharam as suas casas, a Resex deu. E a comunidade foi se transformando, não tem mais casa de chão batido, temos quase todos os eletrodomésticos, isso tudo é mudança e eu digo que pra melhor, agora está tudo *chic*.

Casados e solteiros receberam casas e mais R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), como benefício inicial para manterem-se nelas, não em espécie, mas poderiam tirar eletrodomésticos, tais como rede de pesca, isopor, fogão, geladeira, enxada etc., numa loja específica do município de Bragança.

A Resex trouxe mudanças nos costumes, pois os moradores puderam usufruir mais conforto em suas casas. E alguns jovens, entre homens e mulheres, que já tinham formado famílias e ainda moravam com os pais, também passaram a ter as suas próprias casas, adquirindo assim maior autonomia. As casas destinadas aos jovens da comunidade foram construídas nos próprios terrenos de

seus pais, portanto, a convivência próxima entre eles não foi alterada, só melhorou. Como fala uma moradora aposentada:

é muito bom ver meus filhos nas casas deles, antes eles eram obrigados a morar com a gente, porque não tinham dinheiro para fazer a deles. E eles moram tão pertinho e vêm todos os dias aqui em casa e estamos sempre juntos, a Resex foi tudo de bom. Hoje todos têm suas casas.

Na comunidade encontram-se vários tipos de casas. Em menor número ainda são encontradas algumas de modelos mais antigos, do início mesmo da comunidade, construídas em taipa barro, com coberturas de palha. A maioria é marcada pelo padrão de construção da Resex.

No início da Resex (2005), com a participação do Incra⁹, foram entregues casas de alvenaria, cobertas de telhas, com cinco cômodos (sala, dois quartos, cozinha, banheiro), de chão batido, sem calçadas e sem reboco, esse é considerado o padrão antigo de casas da Resex. A partir do ano de 2007, as casas já não eram mais entregues com chão batido e sim lajotadas, com calçadas, rebocadas e pintadas, também com os cinco cômodos, sendo este modelo considerado o padrão atual de casas da Resex. Mas ainda se encontram casas cuja metade ainda é de taipa, outra metade de barro ou de tijolos.

As regras que regem a Unidade de Conservação são muito sutis no que tange ao dia a dia dos moradores em relação ao ambiente em que vivem, porém, refletem mudanças, especialmente nos hábitos de lidar com os recursos naturais. Como menciona um morador local:

Antes a preocupação com a natureza até tinha, mas com a Resex ampliou, porque quem não tem cuidado corre risco de ser punido. Por exemplo, caça e criação de marrecas era comum, hoje são proibidas, entre outras proibições que venham causar danos ao meio ambiente. Com o Projeto de Bolsa Verde criaram-se ações ambientais, por exemplo, a proibição do uso de baladeiras para abater pássaros. Foi um processo lento, mas deu certo. Quem ganha a Bolsa Verde tem obrigação de cuidar do meio ambiente, por exemplo, evitar queimada, a caça, retirada de madeira. O defeso também foi muito bom, ajudou a diminuir a destruição.

A Bolsa Verde (BV) é destinada àqueles extrativistas que não são assalariados. Quem ganha BV deve ter compromisso e responsabilidade com a conservação ambiental. Seu valor atual é de R\$ 300,00 (trezentos reais) de três em três meses.

⁹ INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Quanto à fiscalização das normas estabelecidas no contexto da Resex é uma questão não muito bem resolvida. Teoricamente, é por conta dos Comitês organizados por moradores das próprias comunidades, porém, estes não têm poder para atuar devidamente, porque geralmente sofrem sanções por “dedurar”. Surgem até intrigas entre os moradores por conta disto, ameaças de morte e tudo o mais, daí, fica difícil fiscalizar. Mas admitem que, com a Resex, diminuiu muito a caça, o uso da ‘fuzaca’¹⁰ e as queimadas.

Informam que é necessária fiscalização adequada, não só em Cajueiro, mas em todas as demais comunidades vinculadas a áreas da Resex, porém, não acontece. Como informa um morador entrevistado:

A fiscalização não deveria ficar só nas mãos dos moradores porque gera brigas, quem é denunciado quer brigar com quem lhe denunciou. Isso gera insatisfação e um fica brigando com o outro. Dizem: o que tu tá ganhando pra isso? Já se discutiu muito no Conselho Deliberativo, hoje nem se discute mais, fica assim, solto. Deveria ter uma fiscalização mais rigorosa.

Em discussões sobre esta questão no CD da Resex já chegou a ser deliberado que aquelas pessoas da comunidade que fizeram cursos de agentes ambientais iriam ficar responsáveis, mas cada um faria fiscalização em comunidade que não fosse a sua. Mas isto, segundo os moradores, não foi pra frente, ou pela fraqueza das próprias Associações de produtores locais ou por falta de apoio dos presidentes da Associação Mãe.

Essa questão da fiscalização das normas da Resex envolve ações de uns que interfere nas ações de outros. Neste contexto, Foucault (2010) lembra que o exercício do poder também pode ser uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros. Assim, o que seria próprio a uma relação de poder é que ela seria um modo de ação sobre ações. Subtende-se, portanto, que as relações de poder se enraízam profundamente no contexto social.

Dos relatos dos moradores no que tange a situações de confronto com as normas vinculadas à Resex, mais uma vez se tem presente exemplos de biopoder e biopolítica (FOUCAULT, 1988) atuando em contexto de relações.

Dentre os pontos mais positivos com relação à vida na comunidade, considerados pelos moradores, tanto homem quanto mulher, o clima ‘ameno’ teve

¹⁰ Fuzaca: um tipo de técnica de pesca predatória, geralmente fabricada com restos de rede de pesca, inclusive de arrasto, em forma cônica e colocada na beira de canais ou rios. Predatória porque mata muito peixes, sobretudo os menores.

destaque, seguido de: paz, sossego e boa comunicação entre os vizinhos, além da fartura e riqueza em produtos naturais que o ambiente natural dispõe. Ressalta um morador entrevistado:

aqui a gente não precisa ter muito dinheiro, se quer comer caranguejo vai tirar ou sempre tem quem tire; se quer peixe sempre tem também, camarão a mesma coisa. Têm muitas frutas, manga, pupunha, caju, araçá, tucumã, cada um no seu tempo. Aqui, ninguém morre de fome e fica bem pertinho de Bragança.

Sobre os pontos negativos, a maioria dos homens alega o problema das chuvas, no seu período, porque dificulta o transporte para Bragança, pois, a estrada não deixa o carro passar. Dizem que as chuvas dificultam também o acesso ao caranguejo, devido o aumento de carapanãs do mangue. Já as mulheres acentuam a dificuldade com a qualidade da água, que não é confiável para qualquer uso humano.

Homens e mulheres comentaram também que a comunidade tem conquistado melhorias especialmente depois da criação da Resex, daí acharem importante estar a par das informações que são divulgadas nas reuniões do CD. Indagados(as) sobre que tipos de melhorias, respondem: casas de alvenaria e melhoria no trato ambiental.

A maioria dos relatos dos moradores destaca que todos os benefícios que a comunidade possui, tais como escolaridade, energia elétrica, estrada, aterros, tudo mais, tem sido em função da mobilização deles, em articulação com políticos da região, via, especialmente, a Associação local dos Produtores Rurais. Embora a referida associação esteja numa situação não muito atuante, segundo relatos de entrevistados.

Procuram se informar também sobre o que acontece no âmbito de atuação da Associação Mãe (ASSUREMACATA) mais para conhecer, entender e estarem inteirados sobre que benefícios podem ter e como adquirir tais benefícios. Admitem, porém que também esta Associação atualmente não está atuando a contento.

As argumentações dos moradores quanto à atuação da Associação de Produtores Rurais local e a Assurimacata, que os representa mais diretamente no CD da Resex não são expressas abertamente. Porém, entre eles sempre vêm à tona questões políticas sobre participação de membros que estão na direção e/ou representando-os, enfim, comentários sobre o que eles consideram ou não

correto, evidenciando que têm conhecimento de seus direitos, porém, sentem-se pouco confortáveis quanto a reivindicações mais abertas.

A referida Associação mãe é considerada muito importante para os moradores da comunidade. Eles sabem que o governo Federal atua mais junto à ela do que com as prefeituras.

O problema é que geralmente quem está na frente da Associação já começa a encher os olhos e se envolver com a política, vira vereador, aí, a causa da comunidade acaba ficando em segundo plano, assim, ficamos impedidos de usufruir melhor dos nossos direitos (morador entrevistado).

Admitem que esta Associação ‘está devagar’, o que não é bom nem para eles, nem para as demais comunidades vinculadas à Resex. Admitem ainda que muito do que conseguiram de benefícios para eles, como moradores da comunidade, foi por conta de estarem associados, inclusive à Associação local, de produtores rurais, que também ‘está devagar’.

Por conta destas questões, algumas melhorias que necessitam ser conquistadas ficam ainda mais difíceis, por exemplo, eles querem fazer um aterro no Portinho para escoar melhor a produção do que é pescado no mar. Para isto, o ICMBio deve fazer uma avaliação e dar o devido aval. É uma causa importante, pois, sem as condições necessárias para o bom funcionamento do porto, eles correm o risco de ter que ir buscar os produtos fora da comunidade, de outro porto, o que vai encarecer mais. Sem a força da Associação, tanto local, quanto da Associação Mãe, tais reivindicações ficam mais difíceis de serem conquistadas.

5.3 Agricultura familiar e relações sociais de gênero

Os recursos naturais locais constituem a base de produção e reprodução da vida dos moradores de Cajueiro. Base esta que se desenvolve por meio de estratégias criativas ao longo de sua história. Assim, praticam múltiplas atividades produtivas no âmbito dos recursos naturais existentes, profundamente vinculadas ao conhecimento tradicional dos chamados povos das florestas.

Tais atividades constituem o que se denomina agroextrativismo, isto é, a junção das atividades agrícola e extrativista, visto que cada uma destas possui significados diferentes, a partir da lógica de uso dos recursos naturais.

O extrativismo, que corresponde à coleta de produtos naturais de origem vegetal, animal e mineral constitui a base de sustentação da vida. Faz parte da história do Brasil desde os primórdios da colonização. Por exemplo, a extração do ouro, da borracha, o que ressalta a importância dessa atividade na história econômica brasileira, com consequências inevitáveis no contexto socioambiental (RUEDA, 1995).

Homma (1993) destaca que o extrativismo praticado sem os cuidados necessários de conservação da natureza tende a se extinguir visto o perigo dos produtos naturais renováveis desaparecerem por dificuldades de não renovação em longo prazo.

De fato, existem formas diferentes de perceber práticas extrativistas, as quais nem sempre acontecem de forma predatória, com coleta indiscriminada, sem os devidos cuidados com a conservação destes bens naturais, cruciais para a vida na terra. Especialmente, quando se leva em conta a ancestralidade das populações tradicionais no trato com esta realidade, pois as praticam a partir de racionalidades específicas, pois sabem que disto depende sua própria existência.

Diegues (2004), Nogueira; Fleischer (2005); Sayago; Bursztyl (2006) e Leff (2012) ressaltam que as populações tradicionais não costumam atuar de maneira predatória, pelo contrário, mantêm formas de manejo que contribui para a sustentabilidade socioambiental, portanto, suas práticas apontam possibilidades viáveis de outras racionalidades no trato com a natureza.

Vários são os autores que concordam com esta perspectiva de atuação dessas populações que, Brasil e mundo afora, utilizam os recursos naturais de forma racional, especialmente na Amazônia. Esse modo de produção extrativista, como enfatiza Simoni (2010):

tem contribuído para a preservação de vastas áreas naturais de floresta no Brasil e no mundo. Na Amazônia, o extrativismo de produtos da biodiversidade beneficia direta e indiretamente centenas de milhares de famílias, além de contribuir para a manutenção e conservação de sistemas ecológicos e serviços ambientais. O extrativismo pode ser considerado um componente vital à economia regional da Amazônia, pois promove o autossustento de famílias, movimentando mercados locais e regionais e causa baixo impacto em ecossistemas hídricos e florestais.

Este é o caso da comunidade Cajueiro, que já acumula dois séculos de existência e experiências com a utilização dos recursos naturais amazônicos, os quais têm garantido seu sustento, utilização esta ancorada nos seus conhecimentos tradicionais e ancestrais.

Diegues (2001) ressalta que o termo 'agroextrativismo' foi bastante acentuado no bojo dos movimentos sociais desencadeados na década de 1980, que ficou consagrado como "movimento dos povos das florestas", na tentativa de ressaltar a atividade extrativista desenvolvida no campo e seu diferencial de uso racional dos recursos naturais. Questões essas também inseridas nos discursos e ações pela criação das reservas extrativistas no Brasil.

A agricultura se insere no contexto do extrativismo, também com formas específicas perante a relação com a natureza e seus recursos, não significando simplesmente extrativismo vegetal, nela se tem a colheita daquilo que se plantou e cultivou.

Portanto, a agricultura e o extrativismo conjugados compõem o agroextrativismo, isto é, a conjugação da coleta de recursos da biodiversidade nativa com a geração de produtos por meio do cultivo florestal e da criação de animais, referências principais dos modos de produção que garantem o sustento dos moradores de Cajueiro.

A agricultura é mais forte, tendo a mandioca como ponto de referência e a produção da farinha advinda do processamento deste recurso natural. E como complemento fundamental deste sistema tem-se a criação de gado, a qual tem também uma importância especial.

A pesca sobressai no âmbito do extrativismo, da qual diversos tipos de peixes, assim como camarão e o caranguejo se destacam.

A atividade agrícola costuma se desenvolver sempre com o envolvimento do grupo familiar e/ou entre grupos familiares locais, o que configura a agricultura familiar. Lamarche (1998) acentua que é essencial, entre os pequenos agricultores, a relação dos membros da família com a terra e o gerenciamento da produção pela própria família que os explora. Fato este presente na comunidade estudada.

Scott (2010b) destaca que é na família rural camponesa que a idealização de união é mais fortemente ressaltada, mais do que em qualquer outro segmento social. Idealização esta que depende da intensidade de solidariedade das relações entre marido e mulher e entre pais e filhos. Esse destaque sobre a importância da família tem suas raízes mais profundas nas teorias do desenvolvimento, da modernização e dos modos de produção, especialmente dos meados do século XX.

Nesse período, a família camponesa é objeto de considerações sobre tradicionalismo que remete a atenção à adesão às noções de religiosidade popular e de solidariedade intragrupo que informa uma série de atitudes que limita o investimento do grupo em práticas que desprendem qualquer família individual do restante das famílias, e qualquer membro da família do grupo doméstico em si. A força da manutenção das relações entre pais e filhos na passagem das tradições é um fator que coloca a família como uma unidade conservadora do grupo, resistente aos fluxos de mudança dos projetos de desenvolvimento e avanço das sociedades nacionais (SCOTT, 2010b p. 254).

Com a intensificação da crítica explícita aos modelos de desenvolvimento que foram adotados por países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, e decorrente da avaliação negativa das tentativas destes em copiar os modelos dominantes, a importância das relações familiares ganha novo *status* teórico, fundamentando trabalhos diversos (SCOTT, 2010b).

Em Cajueiro sobressai a agricultura familiar, com destaque para a mandioca, com a qual eles produzem tanto farinha d'água, quanto a de tapioca. Além da agricultura, a pesca também tem o seu lugar, com vários tipos de peixes e também de camarão, além do caranguejo e siri.

Chamar uma agricultura de familiar levanta de imediato uma questão sobre a lógica de organização de grupos domésticos como força motriz orientadora para a vida social no campo. E não se pode refletir sobre essa lógica sem abordar a questão de gênero (SCOTT; CORDEIRO, 2010, p. 17).

Todavia, nem sempre a questão de gênero é levada em consideração no trato com questões de agricultura familiar, principalmente no que tange às políticas públicas voltadas para este segmento da população.

É comum a percepção de modelos tradicionais de compreensão de grupos de agricultores familiares, naturalizar, por exemplo, a divisão do trabalho e da vida cotidiana entre homens e mulheres (SCOTT; CORDEIRO, 2010). Porém, essa naturalização só contribui para mascarar uma realidade permeada de relações de

poder que precisam ser afloradas para serem vividas de forma mais equitativa possível.

Os processos que afetam as relações de gênero, de geração e de família em contextos rurais exigem uma atenção específica que permita desvendar a vivência de uma ruralidade cada vez mais emaranhada em complexas teias de poder e de significação (SCOTT, 2010a, p. 15).

Portanto, considerar a equidade social de gênero nos programas e políticas sociais é importante para um viver sustentável, pois as mulheres, juntamente com os homens, tanto na agricultura quanto nas demais atividades extrativistas são participantes ativas, o que se verifica na comunidade aqui estudada.

Com relação às atividades produtivas locais, destacam-se entre os moradores, sobretudo: agricultores, com destaque para a mandioca, pescadores de campo (de beira) e de mar, tiradores de caranguejo e criadores de gado, pois tem muitas áreas de pastagem. Vale ressaltar que, mesmo tendo uma dessas atividades com principal, todos se envolvem de alguma forma com cada uma delas, isto, de acordo com as respectivas épocas do ano, as quais correspondem também aos ciclos produtivos e reprodutivos dos recursos naturais existentes. Como relata um morador “quem mora aqui tem sempre uma atividade principal e várias complementares”. A criação de porco, galinha, peru e pato, também são comuns na maioria dos quintais das residências local, mais aos cuidados das mulheres.

É difícil ver alguém que atue em uma única atividade. Os moradores costumam se envolver com todas as atividades extrativistas, pois, quem tira caranguejo também costuma pescar, plantar, enfim, “cada coisa no tempo da natureza”. Fazem um pouco de tudo. Quem sabe fazer farinha, sabe tirar caranguejo e também sabe pescar. Isto é, tem trabalhadores que são mais voltados para a atividade agrícola, mas quando é necessário também se voltam para atividades outras, como por exemplo, a pesca; isso, de acordo com os períodos sazonais. Fala de um morador local:

Todos nós da comunidade já passamos um pouco por todas as atividades junto aos recursos naturais daqui. Na verdade, não tem atividade principal, todos fazem um pouco de tudo, mas tem atividade que a gente se identifica mais, que a gente gosta mais de fazer.

A principal atividade que gera renda na comunidade advém do trabalho com a terra, da qual o plantio da mandioca tem destaque. O preparo para o

plantio é constante e sempre tem mandioca para ser trabalhada, pois, todos os dias tem alguma família envolvida no fazer da farinha.

Quase todas as casas têm, por exemplo, a chamada 'casa da farinha' onde fazem a farinha de mandioca e de tapioca, local este onde a cada dia sempre uma ou outra família está reunida neste fazer, que representa o principal sustento da comunidade. De fato, observa-se que a grande maioria da terra cultivada é para plantação da mandioca. "A mandioca sempre teve por aqui, sempre fez parte da nossa vida, o tabaco já teve o seu apogeu, o feijão também, mas hoje a mandioca reina", ressalta um morador.

A mandioca é plantada em um ano para ser colhida no ano seguinte, mas isto não quer dizer que falte farinha para o consumo dos moradores, no decorrer do ano sempre tem farinha. Eles se organizam para o produto não faltar; sempre preservam uma área de terreno com plantações, para colher aos poucos durante o período de preparação da terra para o plantio. Então, vão tirando devagar as raízes da mandioca pra poder dispor da farinha o ano todo. E assim conseguem ter colheita e fabricação de farinha o ano todo. Como diz um morador: "antes da safra que estamos plantando amadurecer já preservamos algumas que foram plantadas no ano anterior, para mais tarde não passarmos necessidade. Pode até faltar farinha para a venda, mas pra nós é difícil faltar".

De Janeiro a junho ou julho dedicam-se mais ao preparo da terra para o plantio, no qual não pode faltar o esterco do gado para estrumar a terra, isto, a cargo dos homens. Como fala um morador que tem a agricultura como atividade principal:

Se não prepara direito a terra, com esterco de gado, a maniva morre. O estrume protege a maniva e fica muito bom o resultado tanto no tamanho das raízes quanto no gosto do produto final. E têm vários tipos de mandioca, a gente nem conhece todos os tipos. Tem gente que conhece alguns pelas árvores. A nossa plantação aqui é mais do tipo 'jaboti', mas a ajuda do gado é fundamental, se não, não tem maniva boa.

O período mais forte do plantio são os meses de maio e junho, porém se estende até agosto. Alegam que em outros períodos tem muito capim e dá mais trabalho. A árvore da mandioca não tem sementes, o caule é cortado em vários pedaços miúdos, de mais ou menos um palmo e plantados.

A partir de setembro inicia a colheita. A maior safra da mandioca é entre os meses de setembro a dezembro, a mais rendosa.

No preparo da terra trabalham todos os adultos da família, homens e mulheres. Antes era tudo na enxada para mexer e virar a terra, atualmente é também mecanizado, utilizam o trator, apesar de que alguns moradores ainda fazem todo este serviço na enxada e/ou com a ajuda de bois para o arado.

Os homens inicialmente se encarregam de preparar a terra, providenciam a vinda de um trator, junto à Secretaria de Agricultura, para a devida limpeza do terreno e virada da terra, geralmente em forma de mutirão.

O trator fica apenas um dia na comunidade. Eles se organizam, e definem quantos hectares da comunidade precisam ser arados de forma mecanizada. Um dos moradores se encarrega de levar esta informação até a Secretaria da Agricultura e assim conseguem o trator para esta tarefa a um custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a hora, valor este que é dividido entre os donos dos terrenos a serem arados. Ressalte-se que o pagamento das referidas horas é feito antecipadamente, pois o trator só é disponibilizado para as horas já pagas.

Homens e mulheres participam deste processo. Depois de plantadas é tirado o excesso de mato do terreno, por duas vezes, até a mandioca chegar ao estágio de colheita, serviço este em que homens e mulheres participam. A mulher participa também da colheita da raiz da mandioca, igualmente com os homens, apesar disto ser um serviço que exige muita força e técnica adequada.

Depois de virada a terra vem os homens e as mulheres, dão uma ajeitada com a enxada, e começa o plantio. Depois de um mês mais ou menos após o plantio, começa a limpeza para o mato não encher o terreno. No sexto mês de plantio é feita mais uma batida, roça a plantação para tirar um pouco do mato novamente. Depois disto é só esperar mais um pouco para colher (moradora local).

Depois de todo o trabalho com a terra, arrumar, plantar, colher, eis a mandioca pronta para o começo de um novo trabalho: a confecção da farinha.

Todas as atividades correspondentes à fabricação da farinha são realizadas na casa da farinha, homens e mulheres trabalham em conjunto, ainda que cada qual em atividades específicas ou em conjunto numa mesma atividade. É comum, nestas ocasiões, de fabricação do referido produto se verificar famílias inteiras (pais, mães, avôs, avôs, e demais familiares de ambos os sexos) todos envolvidos nesta fabricação.

A mandioca é colocada em recipientes grandes com água para a primeira lavagem, depois é descascada (a retirada da casca é mais a cargo das mulheres)

e colocada em outro recipiente com água onde fica no molho por quatro ou cinco dias.

Depois disso é retirada, lavada, amassa e colocada na peneira para ser bem espremida e coada e por fim, jogada no forno. O líquido que sai da mandioca - o tucupi - não costuma ser aproveitado. O forno fica a cargo dos homens, pois, segundo eles e elas, é uma atividade que exige muita força para mexer até virar farinha e muita exposição à queimadura. Isso tudo exige muito atenção e cuidado porque, como fala um entrevistado “precisamos ficar atentos para ela não azedar, não torrar muito, ficar especial, bem torradinha e não queimar”.

É um processo muito trabalhoso. Diz uma moradora entrevistada:

No caso da farinha lavada, ainda tem que retirar o excesso de tucupi, que contém uma substância chamada ácido cilíndrico, que não é bom para o estômago, então se tira a acidez, este é o maior benefício da farinha lavada. A farinha d'água tem uma concentração maior de tucupi, a lavada não, mas dá mais trabalho pra fazer, passa pelo processo de peneira fininha, já a farinha d'água é feita com peneira maior.

As mulheres têm participação significativa, especialmente, nos afazeres relacionados ao trabalho dos diversos tipos de farinha que são produzidos e seu trabalho costuma ser valorizado pelos homens, por exemplo, a forma de produzir manualmente os grãos de farinha de tapioca, alguns homens dizem que só as mulheres sabem fazer de forma tão primorosa. E elogiam também as mulheres que ajudam a tirar as próprias raízes de mandioca das plantações, o que é um trabalho muito árduo, pois exige bastante força física. Como relata um morador entrevistado:

Se não tiver, pelo menos uma mulher, a farinha não sai boa não. Tem que ter a mão de uma mulher. A mulher é parceira do homem no trabalho, ela sabe mesmo. Ela participa desde a plantação. Também na colheita trabalham homens e mulheres, por igual e é um trabalho que exige força. Mulher está no plantio, colheita e preparação da farinha, especialmente na farinha de tapioca. A mulher vai com as mãos, fazendo as bolinhas da farinha de tapioca, tudo igualzinho, tudo manual, isso nenhum homem não sabe fazer não, é com a mulher mesmo, eu já até tentei, mas não consegui.

As mulheres estão presentes em todo o processo, muitas vezes trabalham até mais que os homens. Geralmente é o homem quem coloca a mandioca na água e é ela quem vai tomar conta. Ela descasca, coloca no paneiro, leva pra casa do forno, amassa e coa. Quando a mandioca está pronta para ir para o forno, aí já é com os homens.

Costumam fazer dois tipos de farinha d'água, a 'normal' e a 'lavada', além da farinha de tapioca. Todos estes tipos são para consumo dos moradores e para a comercialização. A farinha d'água normal é a mais consumida interna e externamente. A farinha lavada, que segundo os informantes, dá mais trabalho para ser feita, pois, exige mais tempo para eles retiraram o máximo possível de tucupi, deixando-a menos ácida, em geral é feita sob encomenda, porém, costuma ser bem vendida. A farinha de tapioca é até consumida internamente, mas é mais para venda. Independente dos tipos, a farinha da mandioca é o produto mais comercializado, tanto internamente, para as comunidades vizinhas, para o município de Bragança e até para fora deste. Fala de um morador local:

Até 2004 a farinha era quase só pra consumo. Hoje ela é bem vendida, especialmente para Bragança. Mas pode-se dizer que até hoje é mais para consumo nosso mesmo. Farinha de tapioca vende também, já tem plantador que só faz farinha de tapioca, é mais para a venda.

Ainda que a comercialização dos produtos advindos da mandioca esteja mais a cargo dos homens, isso não quer dizer que as mulheres não participem. Elas costumam vender sim, tanto para pessoas da própria comunidade quanto para as de fora, pois, quando alguém vai comprar na 'casa da farinha' que fica na maioria das residências locais, e o homem não se encontra, então elas também vendem.

Segato (2009) ressalta que as atividades mais públicas, especialmente as comerciais, costumam ser realizadas mais pelos homens e as privadas, mais pelas mulheres. Na comunidade em questão, as mulheres também atuam na comercialização, especialmente quando esta não exige deslocamentos para outros locais além da comunidade. Algumas vezes a produção é feita sob encomenda para compradores de fora também. Não tem atravessador na comercialização da farinha, que é muito procurada e valorizada, quase todos os moradores vendem farinha, os homens vendem mais pra fora da comunidade.

Conforme Torres e Rodrigues (2010), a instituição familiar e as relações dela resultantes constituem-se no elemento fundamental da organização da economia nas comunidades tradicionais da Amazônia. E ainda que as mulheres desempenhem um papel social importante na organização da economia doméstica, o seu trabalho não é reconhecido em algumas destas comunidades.

Em Cajueiro, de fato toda a família costuma se envolver no trato com a terra e seus recursos, todavia, no decorrer da pesquisa não foi percebida a falta de reconhecimento do trabalho das mulheres perante o trabalho dos homens, especialmente no contexto do trabalho conjunto da agricultura familiar. Relato de uma moradora local:

Na roça homem e mulher sempre estão juntos. Se o marido vai pra roça ela vai também. Elas se levantam bem cedo, fazem almoço, ajeitam tudo o que precisa e vão junto com os maridos pra roça. Poucas mulheres não vão. Só quando os filhos estão muito pequenos, de colo mesmo, que elas não vão. Quando mais crescidinhos, com uns seis meses, elas levam os filhos também, amarram rede na casa da farinha ou deixam os pequenos com parentes. Mas a mulher está sempre junto do homem, juntinho mesmo.

Por outro lado, em muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia as diferenças entre os gêneros são bem demarcadas, como demonstra Vieira, Siqueira e Di Paolo (2014) em estudos realizados em comunidades também do nordeste paraense.

Em Cajueiro é difícil ver alguém trabalhando sozinho. E sempre estão criando e recriando formas de trabalhar juntos e ajudarem-se uns aos outros. Por exemplo: se organizam em grupos de familiares; de três a cinco famílias, geralmente entre aquelas que possuem terreno com plantação, sobretudo de mandioca. Cada um destes grupos pode dispor de 2 a 4 pessoas ou até mais. Então, se o grupo for formado por cinco famílias, num determinado dia ou dias, por eles definido (s), quatro destes grupos vão trabalhar para uma família específica, pertencente a este grupo.

O trabalho pode ser colher mandioca, cuidar da mandioca que já foi colhida, fazer a farinha, assim como limpar a terra, plantar, enfim, será de acordo com a necessidade desta família para a qual estarão trabalhando. Depois de todo o trabalho pronto, é entregue o resultado à família em questão.

Na semana seguinte, já será outra família que vai ser atendida. E assim vai, uma família de cada vez. Quando todas forem atendidas, volta para primeira família que foi beneficiada e começa tudo de novo. Como ressalta uma moradora local:

Uma vez uma pessoa do grupo precisou viajar, foi pra São Paulo, participar de um casamento. Ele tinha muita mandioca pra plantar então nós plantamos, sem ele, plantamos tudo. Quando ele voltou ajudou também. A gente planta, colhe, capina, tudo a gente faz. Quando é a vez

daquele do grupo familiar a gente faz, não importa se não tem ninguém da família dele presente, a gente faz! Arranca mandioca, planta, lava, descasca, limpa. Não pode passar a vez. Esse comboio não é só pra plantação da mandioca, é geral, casa do forno, tudo. Já fizemos até mutirão pra plantar açaí. O que uma pessoa deste grupo decide fazer, os demais do grupo ajudam. Se alguém diz que precisa que limpem o seu quintal por estar sem tempo, todos vão limpar, roçar. Se tem uma árvore quase caindo na casa de um, vamos serrar, cortar. Se alguém do grupo precisa de reparos na sua casa, os demais vão ajudar a reparar. Se precisa cavar um poço na casa de um, se um está doente e precisa de ajuda, agente ajuda, é assim! Sempre estamos ajudando alguém ou trabalhando para nós.

Esta forma de organização dos moradores garante o trabalho em grupo, além de que propicia a interação entre os participantes, possibilitando ganho de tempo e descontração, pois, são comuns as conversas, as brincadeiras e lanches nestas ocasiões, ao mesmo tempo em que trabalham para seus sustentos. Assim, cada um ajuda cada um e todos ficam satisfeitos, isso acontece muito.

Tal forma de organização comunitária Canto (2007) também identifica na comunidade varzeira amazônica por ele estudada. Nesta comunidade:

O “*puxirum*” ou “*puxirão*” consiste essencialmente na reunião convocada ou espontânea, de parentes e vizinhos, com objetivo de ajudar a efetuar um determinado trabalho que beneficia diretamente um membro ou a comunidade como um todo. Nesse tipo de ajuda não existe remuneração direta de espécie alguma, embora o beneficiário fique com a obrigação moral de retribuir seus companheiros no momento que lhe for solicitada ajuda. Geralmente não há quebra desse “*contrato social*”, tendo em vista que as unidades familiares mais cedo ou mais tarde precisam recorrer a esse tipo de auxílio (CANTO, 2007, p. 67).

De fato é uma forma importante de conviver, especialmente no contexto dos vínculos sociais, sobre os quais Paugam (2006) destaca duas dimensões importantes: a proteção e o reconhecimento, pois que os vínculos proporcionam ao mesmo tempo, proteção, defesa e reconhecimento necessários à existência social. A proteção tem a ver com o conjunto de suportes acessados pelo sujeito diante das vicissitudes da vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais etc.); e o reconhecimento refere-se à interação que o estimula, ao lhe fornecer a prova de sua existência e de sua valorização pelo olhar do outro ou dos outros.

O ‘contar com’ resume bem tanto o apoio que o sujeito pode esperar de sua relação com os outros e as instituições em termo de proteção, quanto à sua expectativa de reconhecimento, também vital. Daí o investimento num ‘nós’ seja como apoio, seja como expectativa (PAUGAM, 2006).

De fato, pode-se dizer que os vínculos constituídos na comunidade Cajueiro asseguram aos moradores uma certa proteção, pois assim eles sabem que podem 'contar com' quando isto se faz necessário. E o reconhecimento também advém neste processo de relações, numa dimensão afetiva que reforça as interdependências entre eles.

Dessa feita, o trabalho conjunto nunca para. Tem casos em que um comunitário doa produtos, como mandioca, côco, ovos e não participa da produção, e o resultado é dividido também com ele. Em épocas festivas, como Páscoa e Círio, por exemplo, isto é mais comum, são os arranjos familiares em prol da convivência e permanência da comunidade desta forma peculiar de existência.

Além da farinha, outros produtos também são trabalhados na comunidade, por exemplo, o tabaco, o qual já foi referência econômica local, mas com o advento da industrialização do fumo, deixou de ser. Agora só uma família é produtora na comunidade, que o planta no período de maio e junho. Dois meses e pouco já está bom pra colher. Levam um mês colhendo, geralmente o mês de agosto. Outubro em diante já é para fabricar, até dezembro, antes das chuvas. O 'mole do tabaco' é como é chamado o produto final, quando pronto para a comercialização ou consumo. Costumam vender nos portos e para compradores de comunidades vizinhas, pouco para moradores locais. Na comunidade quem mais consome são os tiradores de caranguejo, pois seu fumo serve como repelente para espantar os insetos, especialmente carapanãs grandes que estão no manguezal, "com a fumaça do tabaco eles vão embora", diz um morador.

A corda utilizada na cobertura do produto final é chamada tarrixa, feita do olho do burutizeiro, depois de torcida e colocada ao sol pra secar. Segundo o produtor, com estes cuidados "o tabaco pode durar anos e anos e é tudo feito sem química, costume este que está cada vez mais raro. É um serviço que também envolve toda a família, homens e mulheres".

A cultura do feijão e do milho também está presente, mas só para o consumo local, "o milho é mais para dar para as galinhas", diz uma moradora.

Percebe-se nas falas dos moradores a consciência com relação aos cuidados tanto com a natureza quanto com o preparo dos produtos advindos dos recursos naturais, por exemplo, quando dizem não usar produtos químicos na

confeção do tabaco, mostram que sabem o valor desta forma de produção e o diferencial que isto tem no mercado, apesar da distância em termos de competitividade comercial diante das grandes empresas que permeiam o setor.

Aliás, o descompasso da comercialização entre os pequenos produtores e as grandes empresas envolvidas com o manuseio de produtos naturais não se limita a esta atividade, pois, vai além, envolve todas as demais atividades extrativistas desenvolvidas no contexto da realidade amazônica.

Em geral, tanto na agricultura quanto nas demais atividades extrativistas, desenvolvidas pelos moradores, costumam ser feitas em grupo, entre familiares e amigos. Ressalta uma moradora local:

Por aqui todos gostam de estar juntos, uns com os outros. Quem é muito egoísta fica isolado mesmo, discriminado. Têm o caso de um senhor, por exemplo, que tem mulher e filhos, ele é ignorante mesmo, quem sofre é a família dele. Mas a gente fica atento, procuramos ver como ajudar a família, já houve até denuncia. Ele, na verdade morava em Belém e voltou, pois é filho daqui. Os que moram aqui mesmo não têm disso.

A violência é uma realidade vivida por muitas mulheres, tanto no meio urbano quanto rural e marcada historicamente por ações que visam minimizá-las.

Caracteriza-se com um fenômeno que perdura ao longo do tempo, quer seja por fatores simbólicos, sociais e/ou culturais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é datada de 1948. É somente em 1993, entretanto, na Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, que a violência contra a mulher teve reconhecimento formal com sua tipificação como uma violação dos direitos humanos. Esta tipificação faz parte de um processo que busca incluir a violação dos direitos na vida privada entre as agressões reconhecidas publicamente, oferecendo uma oportunidade de combater um aspecto até então pouco visibilizado da dominação masculina (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010, p.64).

Várias medidas têm sido encaminhadas para orientar ações relacionadas a esse tipo de violência. Uma delas foi a aprovação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como a Convenção de Belém do Pará aprovada na Comissão Internacional de Direitos Humanos / Organização dos Estados Americanos, em seu Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, que se deu no dia 19 de junho em Belém do Pará (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010).

As citadas autoras afirmam a importância do movimento feminista nesse processo de atenção a questões de violência contra a mulher, pois vem se articulando com movimentos sociais, sindicais, de mulheres rurais e de agricultoras para pensar as condições de trabalho e de vida de homens e

mulheres, especialmente no contexto da agricultura familiar e no trabalho rural. De qualquer forma, afirmam que os estudos apontam para um empoderamento das mulheres rurais, ligadas à participação pública em movimentos sociais.

Entrevistadas e entrevistados da comunidade Cajueiro informam que esta não costuma ser tolerada. Não quer dizer que os casais vivam em absoluta harmonia. Há separação, por exemplo, por conta de casos extraconjugais na própria comunidade. Isso acontece entre mulheres e homens. Brigam, separam, voltam, não voltam. Fala de uma moradora local:

Violência doméstica, essa de marido bater em mulher é muito raro. Já aconteceu, teve até um caso em que os moradores chamaram a polícia e tudo, mas foi só um caso mesmo e o moço sabe que se precisar a gente se mete de novo. Geralmente a família dos envolvidos e os vizinhos interferem, dão conselhos. As próprias pessoas da comunidade também conversam, é assim.

Em casos de outros tipos de violência, como bebidas, drogas, os moradores costumam intervir também. “A comunidade dá em cima mesmo. Fala com eles, chama atenção, denuncia. Se um faz alguma coisa por aqui todos logo sabem e não deixam por isso não”, diz uma moradora local, e acrescenta:

Violência está começando a aparecer e já sabemos que é mais por parte de alguns rapazes que não foram criados aqui, estão chegando de fora. Vieram da cidade e gostam de bebidas alcólicas e até drogas. Geralmente são parentes de alguma família daqui que cresceram na cidade e voltaram. Mas já houve denúncias e a polícia já esteve por aqui pra ver isso. E eles já ‘pegaram beco daqui’, o principal deles já foi embora, mas acostumou mais gente a fumar antes de ir, né!

Os moradores têm um convívio bem integrado, onde todos se conhecem e interagem uns com os outros, o que favorece com que o controle social seja mais presente e facilite a busca solução aos problemas mais graves que poderiam afetar de forma drástica a convivência entre eles, convivência esta que ainda mantêm valores morais interessantes, especialmente com relação aos mais idosos e as mulheres. Relato de uma moradora entrevistada:

As mulheres idosas são respeitadas aqui. Toda comunidade, do novo ao velho, tomam benção e beijam a mão delas. São convidadas para todas as reuniões e aniversários. Seus maridos também entram nessa. Inclusive os mais velhos tomam benção deles. São chamados de vó e vô. Aqui as mulheres dão palpites e são respeitadas. Não tem desrespeito com mulheres aqui não.

Ademais, tem órgãos públicos que de vez em quando promovem palestras, especificamente para as mulheres. São técnicos (as) da Secretaria de Saúde, da Bolsa família, do Conselho Tutelar.

Os agentes comunitários avisam e a gente vai. Vem mulheres de outras comunidades também pra cá. A gente aprende sobre prevenção de câncer, planejamento familiar, sobre doenças infectocontagiosas, direitos das mulheres, tem vídeos educativos, tudo. Às vezes vem o enfermeiro do Posto Médico, vinha também a médica cubana que atuava aqui. Dão livrinhos para as mulheres, elas sabem dos direitos delas. Nem todas vão, mas vão. E a gente costuma conversar e passar também para aquelas que não participaram. As mulheres daqui têm conhecimento, se elas se sentirem prejudicadas com seu companheiro, elas denunciam o 'caboco' (moradora entrevistada).

Cordeiro (2010) adverte que as pesquisas sobre agricultura familiar tendem a assinalar o padrão rígido e assimétrico das relações de gênero, ao ressaltarem que as mulheres são confinadas ao espaço da casa, do roçado e da comunidade onde moram e se defrontam com ordens morais de gênero que impõem duras restrições ao seu ir e vir. Assinala ainda que este tipo de análise transformou-se em quase em um modelo ideal para pensar as relações de gênero na área rural e particularmente na agricultura familiar.

Concordo com a referida autora, sobretudo, quando ela ressalta que esta maneira de perceber esta realidade acaba deixando de fora as tensões, as fissuras, e como homens e mulheres negociam e barganham novas posições e lugares. Lembrando Foucault (1988), poder significa relação e relação requer movimento, portanto, cada realidade é única não sendo aconselhável generalizar.

Ademais, como ressaltam Rosa e Ferreira (2013) e Coutinho et al. (2013), a discussão sobre rural e urbano hoje geralmente deixa de situar um marco histórico importante, o processo de modernização do campo, intensificado no Brasil nos últimos anos, em que as relações entre tais categorias tornam-se mais intensas tanto em termos de atividades econômicas quanto sociais, logo, de gêneros.

Cajueiro é exemplo deste *continuum* entre rural e urbano, portanto, campo e cidade devem ser concebidos em suas relações. A percepção de *continuum* aqui mencionado, como sugere Rosa e Ferreira (2013), não para reforçar a dicotomia urbano/moderno versus rural/atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo, quanto a cidade são partes de uma mesma sociedade.

A maioria das mulheres da comunidade Cajueiro é consciente de seus direitos e costuma se posicionar na comunidade, manifestando sua opinião no que quer que considere importante, se sente participante da produção e de tudo mais que respeita aos interesses comunitários. Em termos de participação social,

elas têm destaque em todas as iniciativas de mobilização comunitária que visam reivindicar alguma melhoria local. Ressalte-se que muito do que foi alcançado até hoje, por exemplo, escolaridade, energia, estrada (comunidade-Bragança), aterros localizados, dentre outros benefícios conquistados, as mulheres sempre estiveram presentes, junto com os homens. Como fala uma moradora entrevistada:

Nada do que a gente tem aqui hoje foi dado pra gente de graça, não foi não, foi tudo fruto do nosso empenho mesmo, a gente se juntando, indo com a nossa Associação, falando com políticos. Foi tudo fazendo muita onda mesmo e assim a gente foi conseguindo.

As mulheres também costumam atuar na Associação de produtores local, participando das discussões, fazendo Atas das reuniões, copiando o que estão falando, enfim, elas estão sempre prontas para participar e contribuir no que for preciso.

É no Centro Comunitário local onde acontecem as reuniões da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade e outros tipos de reuniões, por exemplo, religiosas e outras mais. Nestes espaços, a mulher também tem voz ativa, assim como junto aos companheiros e filhos, especialmente dentro de casa, onde as decisões passam por ela. E costumam ser respeitadas tanto na sua família quanto na comunidade.

A opinião das mulheres se manifesta em todas as circunstâncias no cotidiano da comunidade. Inclusive, as intervenções das mais idosas são importantes no contexto social local, exprimem com desenvoltura em suas manifestações.

Muitas delas administram até mesmo o dinheiro da renda familiar, para a qual também contribuem de alguma forma. E a lida com o dinheiro da renda familiar historicamente foi mais a cargo os homens, como enfatiza Fischer (2010, p. 203):

O dinheiro sempre foi uma mercadoria de domínio masculino, no qual o homem se manteve na administração, no controle e no planejamento. As mulheres foram mantidas fora do circuito sob o pretexto de serem potenciais consumistas e não saberem lidar com recursos financeiros.

Por outro lado, os serviços domésticos e a criação e educação dos filhos e filhas é mais diretamente a cargo das mulheres, assim como a criação de galinha, pato, peru e demais aves e/ou animais, estes mais presente nos quintais das casas. Relata uma moradora entrevistada:

A maioria dos homens não ajuda em casa. Tem uns que não lavam nem a tigela que tomam café, louça, roupa, nada, tudo é a mulher. Ela que compra o material escolar, cadernos, roupas, sapato, tudo. Poucos levam os filhos pra escola.

Isto só reforça o que a literatura sobre a questão de gênero tem acentuado, que, não obstante os avanços na relação entre homens e mulheres, o espaço público continua sendo prioridade do homem e o privado, das mulheres. Apesar de todas as conquistas das mulheres e as mudanças trazidas pelo movimento feminista, ressalta Bruschini (2007, p. 542):

muita coisa continua igual: as mulheres permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

Desta feita, é muito importante a articulação entre o chamado espaço produtivo e o espaço reprodutivo, pois, “para as mulheres, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pela articulação, seja pela superposição, tanto no meio urbano quanto no rural” (BRUSCHINI, 2007, p. 542).

Ante o exposto, não é possível assegurar que a divisão de trabalho entre homens e mulheres da comunidade em estudo seja rígida. Porém, é possível suportar a sobrecarga a qual a mulher está exposta, visto que ela também está inserida, junto com os homens nas atividades econômicas locais. Portanto, o lugar das mulheres no contexto das atividades geradoras de renda familiar ultrapassa pelo lugar que elas ocupam junto às suas famílias.

Neste contexto, Foucault (2010) lembra que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência,

há uma “insubmissão” e liberdades essencialmente renitentes, pois, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor (FOUCAULT, 2010, p. 295).

Portanto, neste cenário, as relações de poder aí inseridas não são estáticas, pelo contrário, estão em constante movimento.

5.4 Demais atividades extrativistas no contexto de gênero

A **pesca** é a segunda atividade geradora de renda na comunidade, atividade esta mais específica dos homens, mulher não participa, a não ser, como diz alguns moradores, para fazer “avoado” (peixe assado na brasa), em ocasiões específicas, por exemplo, de vez em quando elas se juntam e marcam uma ida para a maré, para pescar, com seus respectivos maridos, vão pela manhã e retornam à tardinha, início da noite; ficar cinco, seis dias pescando, “isto é serviço dos homens, mulher até pesca de vez em quando, ‘de beira’, mas é raro”, dizem eles e elas.

A diferença é que a gente não vai pescar pra maré, que nem eles vão, pra passar semanas, meses. Só vão de manhã e voltam a tardinha ou a noite. Mais pra diversão. Eles levam a gente pra gente se distrair, mas é nós quem decide de ir. A gente faz a turma das mulheres, se convida e se combina com os homens. Não é uma decisão dos homens, é nossa e eles acatam. Durante o dia que a gente está lá a gente pesca. Eles botam a rede e agente vai pegar os peixes na rede. Pesca de curral só vão os homens. A gente vai com eles e volta com eles. Mas a gente ajuda nos remendos das redes de pesca (moradora entrevistada).

Torres e Rodrigues (2010) em estudos sobre clivagens de gênero em comunidades tradicionais da várzea amazônica, mais especificamente na comunidade de São Francisco do Parauá, em Manacapuru, Amazonas, identificaram esta forma de participação das mulheres na pesca, isto é, apenas por diversão, visto também ser um trabalho mais específico do homem.

Os moradores que lidam mais diretamente com peixe dizem que o que é pescado na comunidade é mais para o consumo local. A venda é mais interna, para fora é pouca. Os locais de pesca costumam ser abertos, com exceção do período do defeso. De alguma forma todos os homens da comunidade costumam pescar e demonstram conhecimento precisos quanto aos tipos de peixes, locais e períodos de safra.

Como ressalta Diegues (2004) o conhecimento tradicional dos pescadores produzido e transmitido oralmente tem mostrado sua importância crucial nos papéis que estes desenvolvem, fornecendo informações importantes para os programas de manejo de recursos pesqueiros locais, o que tem recebido atenção especial dos pesquisadores de várias regiões do mundo.

Esse conhecimento e as práticas associadas, orienta e sustenta o funcionamento do sistema de manejo comunitário e está na base das decisões e estratégias de pesca dos pescadores artesanais. Neste

sentido, ele é empírico e prático, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, taxonomias e classificações de espécies, e habitats, assegurando capturas regulares e, muitas vezes, a sustentabilidade, a longo prazo, das atividades pesqueiras (DIEGUES, 2004. p. 195).

Os entrevistados mais idosos falam da importância de trabalhar na pesca, da qual o sustento da família sempre foi garantido e de trabalhar por conta própria, sem depender de patrão. Dizem que na pesca eles conseguiam ganhar dinheiro de forma menos difícil do que hoje. Por exemplo:

Eu passei a ser pescador, com rede e tudo melhorou, passei a ter o meu dinheiro, meu peixe, vender e não trabalhava mais para os outros, era pra nós mesmos. Nesse tempo ainda não tinha atravessador, a gente vendia para os próprios moradores, depois o movimento foi crescendo e aí chegaram os atravessadores (morador aposentado).

Informam que os atravessadores chegaram poucos anos antes da RESEX, em 2002, “quando começou a crescer a comunidade e aumentar os números de casas”. Hoje já tem atravessador na atividade pesqueira, ainda que poucos. Fala de um morador idoso:

Hoje o pescador não tem mais direito, é o marreteiro quem toma conta, se pesca e entrega tudo pra ele, antes não tinha marreteiro. Antes era mais farto, quem pescava num dia dividia com os demais, quem pescava no outro dia fazia a mesma coisa, não vendia, se dava e ninguém ficava sem peixe.

Por outro lado, tem morador, sobretudo entre os mais jovens, que admitem que a presença de atravessador seja positiva, pois “a gente consegue ganhar um dinheirinho”, dizem eles.

Os peixes da água salgada são mais para a comercialização; caíca (pratiqueira) é o peixe mais vendido. Os mais consumidos entre os moradores são os peixes da água doce, os menos procurados para compra. A maioria pesca (de tarrafa) em água doce, para consumo.

Os moradores falam também no turú, um molusco, cuja safra maior é no período de outubro a dezembro. Dizem que é afrodisíaco; muito consumido internamente, assim como muito procurado. É vendido tanto na comunidade quanto em Bragança.

Dizem que há dez anos tudo era mais farto, como afirma um morador aposentado:

antes tinha muito mais peixe do que hoje, muita fartura, hoje não tem mais. Aumentou o povo, aumentou a tirada e o peixe foi se acabando,

também vinha muita gente de outras localidades pescar aqui. Aqui a gente tira tudo da natureza mesmo.

Informam que não tem morador que vai para o mar como empregado, todos são pescadores autônomos e uma minoria trabalha para atravessador.

Tem casos de pescador que não tem recursos financeiros suficientes para a pescaria, então pesca em grupo, com outros pescadores autônomos da própria comunidade. No final da pescaria o produto é pesado na frente de todos os que participaram e é tirada uma parte para consumo de cada um. A parte da venda é dividida entre eles, ou seja, o pescador autônomo paga a parte de cada um em dinheiro. Esta forma de organização da atividade de pesca é muito utilizada.

E tem casos de pescador que vai pescar só pra uma pessoa, no caso, para o atravessador, porque geralmente não tem fundo de reserva para comprar o gelo, farinha, café, açúcar e tudo mais que precisa e tem pessoas que podem bancar essas despesas. Os que costumam pescar admitem que “de aproximadamente uns cinquenta que costumam pescar, tem no máximo uns oito que fazem isto, são poucos”. Consideram, assim, que “a comunidade é pouco atrelada aos marreteiros, a maioria é autônoma mesmo”. Tem aqueles que pescam por conta própria e comercializam também, mais na própria comunidade.

Tem curral nas marés só em ‘tempo das águas’ (das chuvas), quando costuma encher os currais e peixes durante a lua nova e a lua cheia. Depois de uns dois ou três dias da lua eles voltam pra pegar os peixes. “Quem empurra os peixes pra dentro dos currais é a correnteza”, diz um pescador.

Os peixes de água doce, mais comuns e mais consumidos são: piaba, giju, traíra, jacundá, acará, tamuatá, sarapó, muçum. De setembro a dezembro é a maior safra de peixes de água doce.

Do salgado, os mais comuns são: gó, corvina, bandeirada, palio, gurijuba. Estes até são consumidos na comunidade, mas são mais para consumo. Já para o peixe miúdo não tem mercado, é só para o consumo mesmo.

No período de janeiro a maio o peixe gó é mais frequente, mais de curral. “A partir de janeiro a gente já começa a colocar os currais e no mês de maio a gó está ovada e dá bem para perceber”, dizem os pescadores.

No período de junho a dezembro, a safra maior é da caíca (pratiqueira), “mas todo tempo ela tem, é um peixinho que está sempre ‘agoniando’ nas águas,

se pesca com caiqueira (malha ou rede). Por aqui, peixe todo tempo tem”, diz um pescador.

O peixe de água doce é mais para consumo, vende também, não tem tanto comércio. Os mais pescados são traíra e jacundá. Pesca-se mais na rede. Joga a rede de um dia pro outro, de manhã vai puxar e está bem sortida de peixes, mas se pesca de anzol também. Usa-se também a tarrafa, mais pra pesca do giju. Porque ele é um peixe mais esperto.

O principal porto da comunidade, isto é, o local que dá acesso ao mar, portanto, de embarque e desembarque dos pescadores fica na divida Tracuateua/Cajueiro: o chamado Portinho. É a referência principal de pesca - peixe, camarão, caranguejo, siri. No período das chuvas ele enche e a água doce invade, fora disso é salgado.

Têm pescadores só dos campos os de água salgada, os que saem do Portinho. Tem também os que pescam tanto nos rios quanto no mar.

A pesca do **camarão** também é serviço só de homens. A safra maior é de agosto a outubro. Também é de livre acesso.

Tem camarão grande aqui, o da Malásia, de água doce, que se pesca nos campos, muitos ovados. É mais pra venda, mais para atravessador, é ele que arrecada a produção. Há uns dez anos ele chegou por aqui, se pesca até na mão e também de tarrafa, até ovados, mas não se vê quando eles desovam. Bateu a chuva já começam a aparecer. Isso é natureza! (morador entrevistado).

O camarão da Malásia, dizem que começou a aparecer na comunidade devido a um açude que tinha na redondeza. Alguém trouxe de fora e fez um criatório no açude. “O açude se esbandalhou e os camarões saíram e vieram para cá e passaram a reproduzir por aqui mesmo por conta da própria natureza. E é muito camarão que dá” (morador entrevistado).

Tem também outro tipo de camarão, o camarão branco, este, mais para o consumo local.

O **caranguejo** é outro recurso natural característico da comunidade, devido, sobretudo, a significativa faixa de manguezal que lhe permeia, na qual o caranguejo tem destaque.

Para os povos das comunidades costeiro-estuarinas que vivem no entorno dos manguezais, os caranguejos representam um dos grupos de relevância econômica, em especial, o caranguejo-uçá, espécie importante para a economia doméstica dessas comunidades (CUNHA; SANTIAGO, 2005; OLIVEIRA, 2015).

Em Cajueiro não é diferente, esta espécie faz parte tanto dos hábitos alimentares dos moradores quanto na aquisição de renda destes.

Tirar caranguejo também é serviço específico dos homens, é tirado tanto no braço quanto no gancho. De outubro a janeiro é mais no braço; de fevereiro a junho, mais no gancho, pois o barro está mole e eles ficam mais no fundo e o braço humano não alcança. O uso do gancho, inclusive, é proibido pelas regras da RESEX. Costumam respeitar o período do defeso ou, como eles costumam chamar “da andata”, são quinze dias, entre os meses de fevereiro e março. É tirado mais pelos moradores da comunidade, apesar de ser aberto. Fala de um morador local:

Pessoas de outras comunidades não costumam tirar caranguejo aqui, só os daqui mesmo. De vez em quando a gente deixa alguns de fora tirar, mas quando a gente vê que está demais, tem que negociar, mas sem confusão, não tem isso. Durante o período da andata vinha gente de fora tirar, porque fica mais fácil de pegar, mas agora está mais controlada a tirada neste período. Hoje, na andata, só pode tirar pro consumo. Hoje tem a lei que ampara o caranguejo.

Não tem mulher tiradora de caranguejo na comunidade, atividade esta que eles consideram muito penosa e que exige muito esforço, “não é para mulher”. Diz um morador local, que tem a tiragem de caranguejo como atividade principal:

O serviço no mangue é um dos mais brabos, realmente o mais pesado. No mangal só se trabalha duas horas, no máximo três, não mais. Se começa às sete horas, nove, dez horas já está parando, porque não vai aguentar mais, dá uma fraqueza mesmo e o ‘cabra’ tem que parar. Nesse tempo dá pra tirar até cinquenta pencas de caranguejo, conforme a ligeireza, vai lá e tira. Já tirei até cinquenta e cinco pencas. São poucas horas, mas pesadas, o cara entra na lama, quase se afoga e tem uns maruins, carapanãs grandes que aperreiam muito, mas esse tempo é suficiente para terminar o serviço. No geral a turma tira por dia de vinte a vinte e cinco pencas.

Também não há sistema de beneficiamento de caranguejo. Catar é só para consumo imediato ou para armazenar, serviço este mais a cargo das mulheres. É um produto natural que está presente o ano todo, mas tem sua safra maior no período de junho a outubro. Vende mais do que peixe.

A venda é com os homens também. Eles tiram e fazem as cambadas ou pencas (junção de quatorze caranguejos) pra vender, e geralmente já tem os carros que vêm pegar, pois tem atravessador neste processo.

Bem pouco se vende para os consumidores da comunidade. A maioria é vendida para os atravessadores ou marreteiros, pois os tiradores não possuem os recursos necessários pra transportar para outros locais fora da comunidade. Em geral o pessoal que tira já sabe para quem vai vender. “É bom porque eles (os atravessadores) pagam e a gente não se preocupa de sair vendendo, só se preocupa em tirar mesmo e todo dia se tira”, diz um entrevistado. Para os moradores, qualquer hora é hora para pescar e de tirar caranguejo.

O **siri** também é muito consumido e bem vendido, inclusive em Bragança. Dizem que atualmente não é tão abundante quanto antes, pois, diminuiu a produção. É mais pescado no mês de abril e maio (neste mês estão ovados), com o gancho, ainda que proibido pelas normas da Resex. Tarefa só de homem também.

Tem ainda o sururu, pouco frequente, cada vez mais longe de se achar, segundo os moradores/pescadores.

Ante o exposto, pode-se concluir que a vida na comunidade Cajueiro, não obstante articular hábitos tradicionais e modernos ao mesmo tempo, não se entrega facilmente aos princípios consumistas da globalização que lhe circunda e pressiona em seu território agroextrativista. Como pondera Scott:

A família do agricultor é tratada como a família do atraso, das práticas produtivas indesejáveis e alvos de mudança, sendo fadada pela sua secundarização nas prioridades governamentais a assumir cada vez mais o seu papel de modelo imaginário de uma união familiar do passado. É nas próprias práticas de resistência que mostra a tenacidade de ocupar os interstícios deixados por essas políticas e impedir que a agricultura familiar e as relações familiares solidárias acabem de vez (SCOTT, 2010b, p. 260).

Não obstante as pressões que lhe comprimem, suas estratégias de poder têm garantido historicamente sua força de continuar seguindo em frente com seu saber e fazer ancestral no trato com os recursos naturais em suas práticas socioambientais que compreendem sua própria existência. Portanto, neste jogo de forças a que está inserida, aquela que lhe impõe respeito e atenção é a força da natureza.

5.5 O gado: terra e vida

De acordo com Thomas (2010), de uma visão antropocêntrica, a partir da qual o ser humano era considerado o centro das atenções, tendo o ambiente natural como espaço disponível para todas as suas exigências e desejos, o relacionamento do homem com outras espécies foi se redefinindo; e o seu direito de explorar tais espécies, sem nenhum controle, em benefício próprio, se viu fortemente contestado e ameaçado, sobretudo a partir dos fins do século XVII.

De fato, a sobrevivência dos seres humanos está intimamente ligada à exploração dos recursos naturais que o ambiente natural oferece e os demais seres vivos também são parte destes recursos naturais. Estudar a relação entre seres humanos e não-humanos, sobretudo, junto às chamadas populações tradicionais requer a devida identificação do contexto socioambiental e cultural em que tais relações se desenvolvem.

A presença de gado bovino na comunidade Cajueiro é prioritariamente para o tratamento da terra, como dizem os moradores “para estrumar a terra”, quesito este necessário na localidade, devido, sobretudo, às plantações de mandioca. Portanto, quem tem um pouco de terra e a usa para plantar, logo, tem algumas cabeças de gado. Quem não tem gado próprio o pega emprestado ou aluga por dez, quinze dias ou até um mês para este serviço. Por conta disso é muito comum encontrar bois e vacas soltos na comunidade. Ressalte-se que, além desta prioridade no âmbito da agricultura local, a função do gado vai além, pois, constitui também possibilidade de fonte de poupança e fonte financeira, explicado mais adiante.

Cavalos também se fazem presentes, mas em bem menor quantidade. Os cavalos, segundo os moradores, não têm substância para a terra, os poucos que existem na comunidade são criados mais para montar, pra fazer viagens ou pra carregar carga. Dizem que o cavalo até vende, troca, mas não é como os bois e as vacas.

Dizem que os búfalos são muito bons fornecedores de estrume para a lavoura, mas devastam muito a área, destroem o campo, por isso não costumam criá-los, são mais presentes em comunidades próximas.

Tem todo um tipo de trabalho voltado para a manutenção do gado na comunidade. Segundo os moradores, especialmente aqueles que lidam mais diretamente com estes animais, o gado é naturalmente brabo, mas precisam ser “educados”. Este processo que eles chamam de “educação” do gado é prioritariamente desenvolvido pelos homens e começa desde o nascimento do bezerro.

Logo que o bezerro nasce é afastado da mãe por quinze dias, em que fica amarrado. A mãe só se aproxima para alimentá-lo, e fica bastante valente também, por aproximadamente uns cinco dias, depois vai se acostumando. Tudo isso para o gado não ficar agressivo, para amansá-lo. Só depois de quinze dias de nascido o bezerro é solto, pois já vai estar bem domado. Dizem os moradores que quem não fizer isto vai ter trabalho com gados agressivos, assim, eles ficam mais ou menos domesticados. Com um ano ele já está adulto e com três ou quatro anos a vaca já está apta para ter bezerrinhos.

Quando estão na faixa de dez a doze anos precisam ser renovados antes de serem perdidos. São geralmente, vendidos, trocados ou abatidos. Tem vacas que com uma ou duas crias já ficam fracas, isso depende da alimentação e também da genética, pois nem todos são de raça forte. Quem pode compra garrote melhorzinho; o marreteiro diz que é de sangue bom e a gente acredita, no olhar a gente sabe se o gado é bom mesmo (um criador de gado local).

Não tem mulher trabalhando diretamente com o gado porque, dizem os moradores homens e até algumas mulheres, “é uma tarefa que exige muita força mesmo”. Porém, se necessário, as mulheres participam, no preparo da ração ou outra ajuda, como fala um morador: “curral, prender gado, soltar, estrumar, isso é com o homem, mas a mulher é parceira mesmo, se brincar, ainda tem umas que fazem também isso, quando não tem homem a mulher o substitui”.

Durante o dia a maioria do gado é solta na natureza, bois e vacas costumam pastar livremente por diversos cantos da comunidade, em manadas, sem distinção de quem são seus donos, uma vez que os campos não têm donos. O campo ‘é da natureza’, qualquer gado pode pastar. Mas à tardinha, antes que o dia escureça, seguem cada manada para o seu lado, como diz um morador, “para os seus donos, porque eles sabem onde está a ração deles, não dorme um gado solto. De dia eles são livres, mas à noite é cada um no seu quadrado”.

Este ‘quadrado’ a que eles se referem diz respeito aos espaços feitos no terreno de plantação da mandioca. O terreno é dividido em partes iguais,

chamadas ‘quadras’, ‘caixa de curral’ ou ainda ‘curraizinhos’, cada uma destas partes é cercada, uma de cada vez, para que os gados possam dormir à noite. São cinco noites com os gados dormindo em cada quadra. Cada oito quadras fecham uma tarefa, ou seja, um terreno fica pronto para ser trabalhado o plantio. Se limpa uma quadra, a cerca e já passa os gados pra lá, para esta parte do terreno cercado e assim vai, de quadra em quadra até fechar o terreno todo. Quando todos estes espaços já estão devidamente estrumados aí sim começa o trabalho do plantio. O tamanho destes curraizinhos depende do tamanho dos terrenos e da quantidade de gado (ver Figura 2).

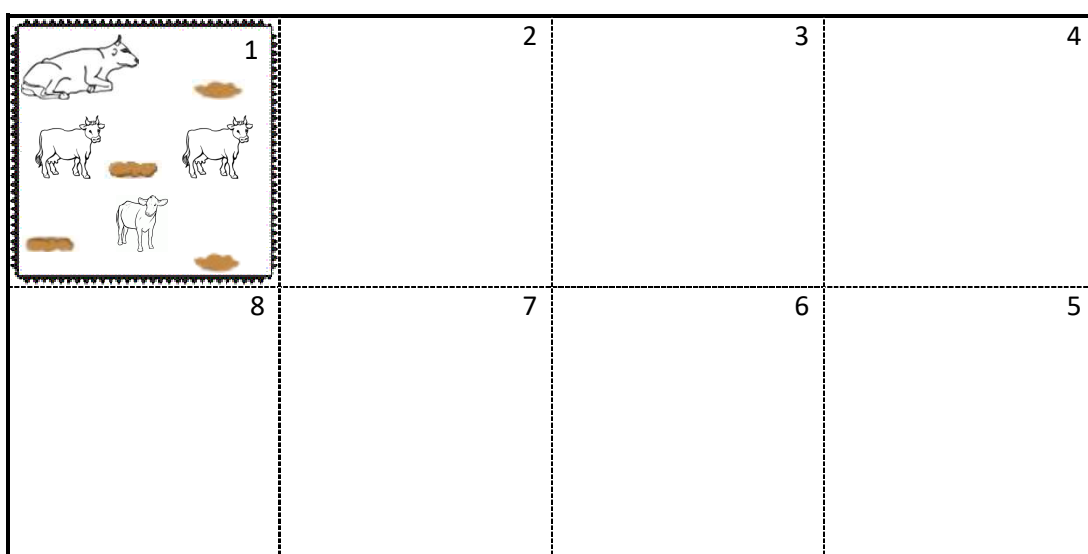


Figura 2: Terreno sendo estrumado para o plantio da mandioca.

Fonte: Própria Autora, 2017.

Este sistema acima descrito denomina-se ‘parcagem’, considerada uma prática alternativa agroecológica para a integração agricultura/pecuária da produção familiar, comum em algumas comunidades paraenses. Consiste na aplicação localizada de esterco de gado para fertilização do solo, a partir do confinamento de animais durante a noite, numa área reduzida e destinada ao cultivo. Pode ser utilizada para a recuperação de pastagens degradadas, formação de capineiras, cultivos agrícolas, entre outros. A aplicação de esterco de curral no solo, além da adição de alguns macro e micronutrientes, melhora a estrutura física edáfica, funcionando como condicionador de solo, retendo umidade e estimulando a atividade microbiana (ALVES, 2005).

O gado de Cajueiro que pasta à vontade durante o dia na comunidade, costuma se misturar entre si, porém não se misturam com os gados de outras comunidades. Como afirma um morador local:

a principal divisa dessas comunidades daqui são os campos, permeados de córregos. Então, essas questões naturais mesmo, acabam definindo os limites de pastagem do nosso gado, dificultando eles de irem além, o que até facilita as coisas pra nós, que cuidamos deles.

Uma minoria do gado, porém não são soltos, costumam ficar nos terrenos de seus donos, em pastos particulares, cercados, onde só pastam os seus, mas são poucos estes pastos particulares onde os gados ficam o tempo todo na cerca. A maioria dos moradores que criam gados tem pastos pequenos, não suficientes para os seus gados se manter, por isso os soltam durante o dia para a pastagem.

Os bois e as vacas gostam muito da folha e da raiz da mandioca, que são venenosas, se comidas cruas, por isto os terrenos de plantação são cercados com cerca e arame farpado, para dificultar a entrada destes animais, pois, se eles comerem estas folhas ou raízes eles podem morrer. Geralmente o gado da comunidade é manso, não costumam ultrapassar tais cercas, aqueles que insistem em ultrapassá-las podem ser vendidos, trocados ou até sacrificados.

Quem mais tem gado na comunidade chega a ter uns vinte animais ao todo, o suficiente para fazer o serviço da terra, geralmente não passa deste patamar, devido à necessidade de espaço para pastagem, quantidade esta definida entre os próprios criadores. O bezerro macho costuma ser vendido, bem procurado no mercado, se vende pra não ultrapassar o patamar, para não superar o limite definido. Todo tempo o gado está trabalhando, nunca para. Eles vendem, trocam, matam, quando acham necessário. Em festas, aniversários ou dias de festividade, como o Círio, costumam matar gado também.

Sempre vão dando um jeito de renovar o gado, por exemplo, uma vaca de quatro crias já não vai mais prosperar muito, ai é renovada, ou seja, vendem, ou trocam. A venda pode ser feita tanto na própria comunidade como para fora, Bragança, por exemplo.

Carvalho (2000), em uma obra em que analisa detalhadamente comunidades que sobrevivem do nomadismo pastoril, os Kuvale, povo de pastores de bois do sul de Angola, aponta características singulares de modos de

vida desses grupos que contrastam de tal forma com modos de vida urbanos, que chegam a ser considerados 'indomáveis pela ordem natural das coisas'.

Esse contraste referido pelo autor, também se revela no contexto de comunidades tradicionais e sociedades urbanas. O que evidencia uma contínua pressão que incide diretamente sobre a vida destas comunidades, suas práticas de vida e em sua relação com o meio.

“Sempre que é preciso trabalham, o que precisam para gastar é daí que sai. E quem é que dispensa força muscular para benefício exclusivo dos outros, que é esse o trabalho que lhes pediriam” (CARVALHO, 2000, p. 25). Percepção esta que apesar de realidades tão distantes, também se situa no âmbito da comunidade Cajueiro, onde pude observar o trabalho em termos de produção familiar, trabalho em grupo em benefício do próprio grupo, diferente do trabalho assalariado do meio urbano, com horários fixos e outras exigências diferentes das que eles estão acostumados.

Carvalho (2000) ressalta ainda sobre as comunidades que ele estudou estão sempre esbarrando em estruturas político-administrativas que, em geral tendem a deplorar a sua existência e pressioná-los no sentido de alteração do seu modo de vida. Pressões estas, sobretudo, de sociedades modernas que consideram esses grupos como uma afronta para a ordem que se pretende dominante, pois, contrasta com a afirmação do progresso, por isso atrasadas. Comparando suas observações com a realidade aqui estudada, conclui-se também traços semelhantes.

Ainda que não possa ser possível a existência de sistemas que não comportem regras e que não se atenha a elas para poder funcionar, as regras a que eles seguem de fato, contrastam com as regras do ambiente urbano, nem por isto significa que sejam atrasados. Pelo contrário, seus saberes ancestrais no manejo de recursos da natureza os colocam em sintonia com as exigências de sustentabilidade ambiental, exigência esta da sociedade moderna.

Em Cajueiro, a função do gado, apesar de ser prioritária na agricultura, como já mencionado, para estrumar a terra, é também um fator importante da economia local.

Uma boa parte deste gado serve também de fundo de reservas para um contingente significativo de trabalhadores/moradores local, tanto para aqueles que

têm na agricultura a sua atividade principal como para aqueles que têm outras atividades como principal fonte de sustento e renda. Como revela um morador adulto entrevistado:

Tem muitos pescadores que têm suas vaquinhas, uma ou duas, mesmo não mexendo com a terra como atividade principal. Ele tem que ter um ou dois bichinhos ali, porque no dia que ele precisar ele tem um fundo de reserva para qualquer eventualidade. O gado aqui é também uma fonte de renda. Por exemplo, eu tenho gado e sou pescador. Já mexi com roça, já mexi com o tabaco, já mexi com a farinha, já fui empregado. Hoje eu trabalho na pesca, de curral, na maré e também lido com comércio.

Geralmente, quem trabalha principalmente na agricultura tem o seu terreno, nem sempre muito grande, para plantar e onde deixar os seus gados. Por outro lado, têm aqueles moradores que se ocupam mais da pesca, por exemplo, possuem gado, mas não possuem terreno suficiente onde deixá-lo, assim, recorrem aos vizinhos para deixar estes gados em seus terrenos, mesmo pagando algum valor em dinheiro para isto, como explica um dos moradores:

Geralmente tem um pai de família que é pescador, ele planejou e comprou uma vaquinha. Por quê? Uma vaquinha que ele tenha quer dizer o quê? Se um dia ele quiser fazer um exame ou ir para o hospital, comprar um remédio ou em qualquer outra dificuldade e não tem de onde tirar dinheiro, ele diz: bora vender um bichinho? Bora? Bora vender um bichinho pra pagar nossas dívidas? E é fácil vender, o comprador geralmente compra pra criar, pra matar, pra trocar, pra fazer negócio. Então ele vende a vaquinha e está resolvida a questão.

Como a maioria dos moradores não têm salários, o que ganham é fruto do trabalho que desenvolvem como extrativista seja na lavoura ou na pesca, o gado passa a ser uma possibilidade de garantia de reforço de seu sustento, junto com o da sua família. Assim, como eles dizem “quando a coisa tá pegando a gente vende um boi, uma vaca”, quando precisam de dinheiro.

Uma realidade parecida com esta é situada por Canto (2007) ao estudar uma comunidade varzeira amazônica, a Vila Vieira, localizada no município de Óbidos/Pará, onde “a maior parte das unidades familiares mantem a criação de gado bovino como uma espécie de poupança, apesar do considerável crescimento da atividade pesqueira” (p. 92).

Assinala ainda o autor:

Na vila Vieira é comum a unidade familiar tratar algumas cabeças de gado como uma espécie de poupança, que na linguagem corrente é chamada de gadinho. A posse do gado segundo seus moradores é uma

garantia, assim, esse animal é mantido para responder às situações de necessidade, como em caso de doenças, uma dívida inadiável. Também pode ser usado em ocasiões festivas ou para pagar promessa à nossa Senhora de Sant'Ana, padroeira do lugar (CANTO, 2007, p. 91).

No que respeita à assistência destes animais, constata-se uma grande precariedade. Apesar do grande número de gado na comunidade, não contam com assistência de veterinário. Depoimentos dos próprios moradores expõem claramente esta precariedade, por exemplo:

quando tem uma vaca que a gente vê que está triste, com algum problema, está doente. Então a gente chama uma pessoa que tem experiência, que mexe com gado e ai ficamos sabendo qual é o remédio que precisamos dar para essa vaca. Entre os próprios moradores daqui tem pessoas experientes nisso. Algumas vezes a gente leva a informação sobre o estado do gado para um veterinário que tem um comércio de coisas de animais, vacinas, remédios, vários produtos, lá em Bragança; o dono do gado vai até ele e diz que o gado está assim, assado, então ele passa o remédio e a gente mesmo aplica no bicho. E a gente paga pra este veterinário. E tem vezes que a gente nem encontra o veterinário lá, é o próprio vendedor que atende a gente. E na EMATER tem veterinários, pagos pelo governo e não atendem a gente. Nem a EMATER nem a ADEPARÁ. Não temos assistência nem fiscalização destes órgãos por aqui, isto não acontece. A gente é que tem que se virar para manter a saúde dos nossos gados.

Os dois órgãos públicos mencionados pelos moradores, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) são direcionados para atenção e fiscalização respectivamente, à agricultura e pecuária, no que respeita a essas atividades.

A Emater visa prestar serviços especializados nas áreas de ciências agrárias e humanas, difundindo conhecimentos e informações tecnológicas no meio rural, sob princípios norteadores de equidade, eficiência e sustentabilidade, com representação em todos os municípios do Estado do Pará. E tem como missão “contribuir com soluções para agricultura familiar, com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisas baseadas nos princípios éticos e agroecológicos” (EMATER, [2016]).

A Adepará tem por finalidade executar a política de Defesa Agropecuária em todo o Estado do Pará. Visa planejar, coordenar, normatizar, fiscalizar e executar ações que promovam a sanidade e a qualidade da produção agropecuária, (quanto à política de saúde animal, vegetal e de defesa sanitária)

contribuindo para o desenvolvimento sustentável e competitivo do agronegócio no Estado do Pará (ADEPARÁ, 2017). Ademais,

A defesa agropecuária é uma obrigação estatal definida pelas constituições federal e estadual como atividade indelegável e de relevante importância estratégica na implementação de uma política de desenvolvimento sustentável para o Estado, uma vez que no mercado global a certificação sanitária de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal é fator limitante para a comercialização, sendo ao mesmo tempo um diferencial de competitividade (ADEPARÁ, 2017).

Portanto, é pertinente a referência a tais órgãos, indica que os moradores da comunidade em questão são cientes e conscientes das responsabilidades de tais órgãos, porém, informam que já estão cansados de recorrer a eles, sem serem atendidos adequadamente.

A EMATER deveria dar assistência devida aos animais daqui, mas não faz. Nossos animais são todos cadastrados lá, mas ela não dá o apoio que a gente precisa. Ela poderia orientar a gente, mas ela nem vem por aqui. Por exemplo, ela informa sobre o período de vacinação, pelo rádio, nós sabemos que todo ano tem que vacinar, mas o nosso gado é vacinado por nossa conta, quem vacina é um morador daqui mesmo. Ela não dá e nem vende a vacina, nós é que compramos no Posto de Saúde Veterinária que tem em Bragança. A gente faz um cadastro e quando chega no tempo de vacinar a gente vai buscar, através de pessoas experientes que a gente já conhece (morador local entrevistado).

Informam também que a ADEPARA indica onde comprar a vacina para aftose e para raiva, uma loja de produtos adequados, em Bragança. Só compra quem é cadastrado neste órgão. E todos os donos de gado devem ter o comprovante de compra destas vacinas, como ressalta um morador local:

O importante para este Órgão é saber que a vacina foi comprada, mas se foi aplicada ou não, não sabem. Em 2014 um morador não comprou a vacina e a ADEPARA descobriu e foi atrás dele, multou em R\$ 350,00, depois ele foi liberado da multa, após comprar as vacinas. Isso é a fiscalização?

Os moradores entrevistados garantem que nunca deu aftosa¹¹ no gado, mas admitem que não são todos que aplicam todos os anos esta vacina, alguns aplicam ano sim e ano não. Costuma ter duas campanhas de vacinação do gado, por ano.

A gente até compra, mas aplica só uma vez, no mês de maio, porque em novembro os campos estão secos e o pasto é fraco. Com a vacina o

¹¹ Aftosa ou febre aftosa é uma doença viral altamente contagiosa provocada por vírus da família Picornaviridae, gênero Aphthovirus. É uma das enfermidades animais mais contagiosas e pode causar importantes perdas econômicas (SOUZA, 2015).

gado sofre, emagrece, alguns incham, às vezes infecciona, então precisam se alimentar bem neste período (morador local entrevistado).

Sabem que é proibido abater gado clandestinamente, mas isto também acontece na comunidade, apesar de não ser muito comum. O custo é a justificativa maior. Informam que o local para o abate fica muito longe e a prefeitura de Bragança não ajuda. Pra levar para o matadouro custa R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) o frete, mais R\$ 70,00 (setenta reais) para abater e R\$ 50,00 (cinquenta reais) para a entrega. O boi bom custa em média R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e quem sofre com isso é a comunidade e o consumidor, dizem eles. A sugestão dos moradores é que a referida prefeitura venha buscar o(s) animal(s) e o(s) leve para o abate, o que não acontece.

Costumam saber mais ou menos o mês que as vacas prenhas vão parir, porque sabem o mês da 'cruza', mas não o dia exatamente. Ficam atentos para elas não parirem sozinhas, o que às vezes acontece.

Costumam saber quando a vaca 'cobriu' (cruzou), pois, marcam a data, e assim ficam sabendo, mais ou menos, quando ela vai parir, quando 'vai ter o dever dela'. E tratam de garantir o parto da melhor maneira, sob o controle dos donos. Colocam a vaca nas pastagens mais próximas, cercadas, e ficam atentos até o dia do parto.

Mas de vez em quando uma ou outra vaca escapa à vista do dono e acaba parindo nos campos mesmo, sem a assistência devida, sobretudo as 'novilhas', de primeira cria. Estas costumam se esconder para parir. Escondem-se no mato, no capinzal, em lugares difíceis de achar, onde não vão ser incomodadas, pois 'têm ciúme da cria, do bezerro novo'. Isto é perigoso, pois o bezerro pode passar mal, pode ter cobras e até cachorros que costumam come-los, pois, quando bem novinhos eles são moles. Às vezes os donos só acham quando as seguem. E quando localizadas ficam ferozes, na ânsia de defenderem a cria chegam a machucar pessoas. O dono que se encarrega de retirá-la, tratá-la e lavar o bezerro para os devidos cuidados, não pegar chuva, horário certo para mamar, curar o umbigo, passar remédios adequados para não inflamar e tudo o mais. Da segunda cria em diante a vaca já vem com o bezerro, quando este nasce fora das vistas do dono, já passa a confiar.

5.6 Alimentação e saúde

Os cajueiros fazem parte de toda a paisagem da comunidade, tanto plantam quanto nascem à vontade, são as árvores mais presentes nos quintais e nos campos em geral. A castanha de caju costuma ser vendida mais para fora da comunidade, Bragança, principalmente, “são sacas e sacas de castanha de caju que saem daqui”, dizem os entrevistados. O açaí também é bem consumido entre eles e muito vendido (em latas grandes) para fora também.

Porém, outras variedades de árvores frutíferas também se fazem presentes, tais como cupuaçu, bacuri, manga, goiaba, muruci, côco, banana, graviola, melancia, acerola, tucumã, etc. Todas são bem aproveitadas pela maioria das moradoras, pois homem não participa no aproveitamento das frutas; costumam fazer sucos destas frutas e guardar em poupas também. É comum verificar a venda de “chope” (sucos de frutas congelados, em saquinhos plásticos) em muitas residências e vendas locais. Algumas frutas também se estragam.

A maioria dos quintais tem hortas, onde plantam caruru, maxixe, quiabo, cebola, pimenta, cheiro verde, cebolinha, salsa, tomate e alface, tudo para consumo local. E ainda melancia, jurumum, feijão, mandioca, também para consumo interno, exceto a mandioca, recurso este mais importante tanto para o consumo interno quanto para a comercialização.

O esterco do gado, que é encontrado pelos espaços por onde os animais costumam passar durante o dia, é recolhido e levado para as plantações, especialmente para as hortas caseiras, pois consideram adubo fértil, por isso não os desperdiçam.

A alimentação diária tem como base o peixe com farinha d'água. Antes da energia elétrica consumiam mais o peixe salgado, porque não tinham onde armazenar o alimento fresco. O enfermeiro que atua na comunidade considera como problema a grande quantidade de farinha consumida. Além de que o tipo de farinha que eles mais gostam de comer é a considerada normal, em detrimento da farinha 'lavada', esta, menos ácida, pois, contém menor quantidade de tucupi. É mais direcionada para comercialização.

São poucas as famílias que consomem arroz e feijão todos os dias. A galinha caipira costuma fazer parte da alimentação local, criadas nos quintais da

maioria das casas, algumas são vendidas, sob encomenda. Criam também pato, porco e peru, os quais são mais para consumo local, poucos para venda. Como diz um morador: “o pobre, se não tiver um quintalzinho, um terreninho para criar um pato, uma galinha, está passando mal. Viver na cidade só pra cheirar fumaça da panela dos outros não é bom não”.

Costuma ter frango resfriado todos os dias (vindo de Bragança) nas vendas locais. Aos sábados tem venda de carne de gado, trazida de Bragança por um morador local. Usam bastante o sal e muitos alimentos com conservantes, por exemplo, enlatados e mortadela, além de refrigerante. O açai é mais comercializado (o caroço, para Bragança), do que consumido pelos moradores. A energia elétrica amenizou bastante o uso acentuado do sal, mas entrou os alimentos industrializados.

O pessoal da Secretaria de Saúde costuma dar palestra na comunidade, duas a três vezes por ano e falam, dentre outras coisas, sobre perigo dos enlatados, por isso estão, segundo o enfermeiro local, consumindo em menor quantidade estes tipos de produtos alimentares, há algum tempo atrás eram consumidos em maior quantidade.

Os moradores consideram a comunidade farta em termos de recursos naturais, fontes principais de sua alimentação. Alguns relatos:

Aqui a gente pode ficar por muitas semanas sem um tostão no bolso, almoça, come, tem fartura. - Somos abençoados porque aqui não dependemos de ninguém tudo tem e em quantidade. A gente vê gente na cidade correndo atrás de um pedaço de carne, aqui não, sempre tem o que comer e à vontade. - Fui em Belém um dia desses e prestei atenção: os comerciantes lá é tudo dentro de grades, tudo cercado de grades, com medo de bandidos que estão soltos, aqui não tem isso não. - Tem peixe, caranguejo, camarão, temos tudo, pouco se compra para comer aqui.

Murrieta (2001) destaca que ainda são poucos os estudos sobre escolhas e hábitos alimentares entre as populações nativas da Amazônia.

No que se refere especificamente às populações camponesas “tradicionais” da Amazônia, ou caboclas, o nosso conhecimento sobre hábitos alimentares é ainda mais precário. As poucas etnografias existentes seguem a dicotomia [...] enfatizando aspectos socio-estruturais e simbólicos dos sistemas de restrições alimentares [...] ou mais exclusivamente, aspectos econômicos e ecológicos [...] e seus impactos nutricionais e epidemiológicos (MURRIETA, 2001, p. 40).

O citado autor informa que um dos aspectos mais evidenciado, a partir de estudos já realizados sobre hábitos alimentares na Amazônia é a grande

diversidade de estratégias de captura, de produção e consumo alimentar. No entanto, a questão das motivações sociais que se diferenciam, de acordo com os padrões ecológicos e avaliações mais profundas dos processos históricos subjacentes às relações das sociedades nativas com o meio ambiente físico, com o mercado e com as mudanças político-econômicas da região, tornaram-se obrigatórias.

Todavia, Antônio Candido já apresenta um minucioso relato sobre hábitos alimentares, a partir de estudos feitos no período de 1948 a 1954, sobre alguns grupos humanos, mais especificamente no município de Bofete, os quais denominados “caipiras” (CANDIDO, 2010).

No referido estudo, o autor aponta que “o fim do regime de autossuficiência econômica não permite ao pequeno agricultor prover por inteiro as próprias necessidades alimentares” (CANDIDO, 2010, p. 161). E ressalta que os habitantes do meio rural dependem cada vez mais das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos.

Em Cajueiro é possível observar esta relação mais próxima entre a comunidade e a cidade, sobretudo, com o município de Bragança, no que se refere a produtos de consumo diversos e também a complementos alimentares. A base dos hábitos alimentares ainda continua fortemente ligada aos recursos naturais disponíveis na própria comunidade, porém, as vendas locais existentes disponibilizam também produtos adquiridos fora da comunidade, especialmente de Bragança, como já mencionado.

O Posto Médico foi inaugurado em 1990, conquistado também a custa de mobilização dos moradores, no início contava apenas com uma técnica de enfermagem que só fazia curativos. Em 1996 passa a contar com dois agentes de saúde, entre esses, a mesma pessoa que já era técnica de enfermagem passa a ocupar um destes cargos, no qual atua até hoje.

Antes disto não tinha nenhum programa de saúde voltado para a população local, nenhum médico atendendo de forma mais frequente,

O médico era ‘itinerante’, aparecia apenas de três em três meses, e às vezes só uma ou duas vezes no ano, e enfermeiro comparecia uma vez

por mês e isto, só a partir do ano de 2002, ou seja, mais de uma década depois da inauguração do Posto, era bem mais difícil (Agente de saúde local).

Moradores entrevistados informam que quando não tinha Posto de Saúde local eles recorriam a um senhor que morava na Chapada (comunidade próxima). Ele era considerado o 'ensinador dos remédios', sr. Raimundo Zebú, assim era chamado.

Era uma pessoa bem simples, não tinha luxo nenhum, era analfabeto, não sabia ler nem escrever, os filhos deles que escreviam o que ele dizia. Ele ficava sempre sentadinho numa cadeira. Ele olhava pra você e contava a sua vida todinha. Muitas pessoas doentes o procuravam. A casa dele era sempre cheia de gente. Ele indicava remédios e dizia "não tenha fé em mim, tenha em Deus". Quando ele via que não estava ao alcance dele, ele recomendava ir para o hospital, ou quando achava que não tinha mais jeito ele dizia: "não tem mais nada pra ele ou ela, está nas mãos de Deus". Ali era experiente! Ele tinha esse dom de cuidar das pessoas. Até quando ele mesmo estava doente atendia as pessoas. Ele ajudava muito a comunidade no trato com a saúde. Várias vezes ele me socorreu. Depois que ele se foi, há uns oito anos, não teve mais nenhum assim como ele. Deixou muita falta! (moradora idosa entrevistada).

Tem mulheres na comunidade que mexem com ervas para fazer remédios e são reconhecidas por isto, especialmente duas senhoras, uma com mais de setenta anos e outra mais jovem, perto dos cinquenta, são consideradas boas benzedadeiras, indicam chás e remédios caseiros. Costumam ser consultadas pelos moradores, que dizem que as mesmas "têm dom, só elas sabem". Mas não são muitos que as procuram.

Em geral as moradoras também costumam plantar algumas ervas medicinais nos seus quintais: arruda, catinga de mulato, aipo, cidreira, capim santo, pois, têm conhecimento para que essas ervas podem servir. "Pra tudo tem um remedinho caseiro, mas com a atual facilidade de transporte para Bragança, se compra lá mesmo, isso quando não tem no posto médico", diz uma moradora.

Não tem farmácia local. Quando não tem no posto médico, o remédio que o morador precisa, eles dão um jeito de ir comprar ou pedem para alguém trazer de Bragança mesmo. "É proibido vender remédio em vendas por aqui, só em farmácia, o que por aqui não tem", enfatiza um morador.

Atualmente o Posto Médico atua com quatro profissionais envolvidos no atendimento da saúde dos moradores, que são: um enfermeiro, dois agentes de saúde e uma pessoa responsável pela limpeza.

Os dois agentes de saúde dividem o atendimento aos moradores, sendo cada um responsável mais diretamente por metade das 130 (cento e trinta) famílias local, de acordo com a localização das casas destes moradores. Como cada um destes agentes reside em pontos extremos da própria comunidade, então dividiram seus atendimentos mais diretos às famílias que moram mais próximos às suas residências.

Até novembro de 2016 contava com uma médica cubana, do “Programa Mais Médicos”, que teve início em 2013. Esta médica atuou por uns três anos na comunidade, saindo em outubro de 2016, quando retornou a Cuba e até agora não foi substituída.

O enfermeiro é concursado do Município, atua na comunidade desde o ano de 2008 e atende toda a região do chamado ‘Campos de Baixo’, da qual a comunidade Cajueiro faz parte, além de outras comunidades vizinhas: Tamatateua 1, Tamatateua 2, Trapeval, Ponta da Areia, Cotia, Santa Helena e São Bento. Durante a semana se divide entre todas estas comunidades, em algumas delas o atendimento não é semanal. Por exemplo: todas as segundas-feiras atende Ponta da Areia, São Bento, Tamatateua 1 e Tamatateua 2, cada segunda-feira em uma destas comunidades.

Todas as terças-feiras atende em Cajueiro, sempre junto com os demais componentes da equipe de saúde definidos acima, só que atualmente sem médico(a). Assim, a cada terça-feira atendem grupos específicos: crianças até 1 (um) ano, gestantes, hipertensos e diabéticos e demais moradores que aparecem com alguma necessidade de assistência.

Nos dias de quarta e quinta atendem os moradores de Trapeval e Cotia, no Posto Médico de Carpará, pois estas comunidades são muito próximas.

As sextas-feiras ficam reservadas para atendimentos especiais e eventos específicos, por exemplo, campanhas de saúde, vacina do HPV, que está sendo feita agora e demais necessidades que vão surgindo.

Todos os anos tem Campanha da hanseníase e da verminose, quando todos os moradores recebem remédios, diz o enfermeiro local, acrescenta também;

Sempre estamos pedindo exames e, quando identificado verminose em algum destes exames, é logo providenciado o devido tratamento, pelo

Posto Médico mesmo, depois de dois meses é repetido o exame novamente.

Quanto a isto, também informa uma moradora:

Saúde a gente cuida por aqui mesmo, quando não é muito sério. Quando é mais sério a gente vai pra Bragança, pra Belém. Quando a gente precisa de exame marca no posto médico e a gente vai fazer em Bragança, até hospital é encaminhado por aqui, hoje a gente não se atrapalha muito quanto a isso.

A equipe de saúde considera a água utilizada pelos moradores como um problema crítico, pois não existe tratamento adequado. De vez em quando é feito teste de qualidade da água do poço do posto médico e do poço do colégio. Quando tem estoque de cloro no posto médico os agentes de saúde distribuem para os moradores, mas nem sempre tem. Alegam que não se tem conhecimento de como é essa água.

Os Agentes de Saúde afirmam que sempre estão passando nas casas verificando os poços, a questão da higiene e dando as orientações devidas aos moradores, mas nem sempre é cumprido do jeito que deve ser.

Inclusive a verminose pode ser da água, aliada a falta de higiene, também, pois, a gente vê criança pegando fruta ali e acolá, comendo sem lavar. Além de que essa região dos campos é muito contaminada, porque têm muitos animais, muito gado, cavalo, cachorro, gato. Então tem crianças que aparecem com coceira, o que chamamos de micose, têm muitos casos, no Posto Médico costuma ter remédio para dar para os moradores, para estes casos (Equipe de saúde).

Entre as doenças mais frequentes estão verminose, alergia (de pele e garganta), hipertensão (sendo já identificados vinte e sete casos dentre os aproximadamente seiscentos moradores) e diabete, esta, inclusive, identificada em um morador de quarenta anos, mas é mais frequente na população idosa, levando em consideração a hereditariedade também, afirma o enfermeiro local.

Ultimamente a tendinite está aparecendo com mais frequências, temos registros de muitas queixas entre o pessoal daqui, talvez pelo tipo de serviço na roça, no manguezal, na pesca, estes serviços exigem muitos movimentos repetitivos. Queixas de dores nos braços e nas pernas (Equipe de saúde). Todos os moradores da comunidade em geral são atendidos no Posto Médico, todas as queixas são ouvidas, tem atendimento de pré-natal, se colhe exames e o que não se pode tratar por aqui é encaminhado para Bragança, às vezes, diretamente para um especialista ou para o hospital, quando é o caso (Equipe de saúde).

Até o no de 2002 a malária era frequente; tinha morador afetado por esta doença até mais de quatro vezes. Aos poucos foi diminuindo. “Trabalhamos muito a questão da educação e prevenção com os comunitários, no Programa

Educação e Saúde. Nosso trabalho é de promoção e prevenção”, informa a agente de saúde local. Acrescenta ainda que “é uma comunidade bem sadia, não costuma ter surtos de doenças por aqui, costuma ter casos bem simples de tratar”.

Uso de Drogas até tem, mas a incidência é pequena, dizem que foi trazido recentemente por pessoas de fora da comunidade. No manguezal, dizem que alguns fumam, mas não é abertamente.

A equipe de saúde diz não serem frequentes casos graves de saúde, às vezes acidentes não muito graves mesmo, com terçado, dor abdominal que acomete a um ou a outro, cortes pequenos de faca, mas geralmente são tratados na própria comunidade, pois tem material para isto no Posto Médico.

Não tem estoque de vacinas no Posto Médico local, só no chamado ‘Posto Mãe’, que fica na comunidade Carpará, por ter uma localização estratégica, de fácil acesso para todas as comunidades atendidas por esta equipe de saúde. O Posto Médico de Cajueiro é uma extensão deste ‘Posto Mãe’. Nem todas as comunidades comportam posto médico com uma estrutura maior, diz o enfermeiro local.

O movimento feminista tem contribuído no enfrentamento das questões de saúde, tanto no contexto urbano quanto rural. Entre as feministas é comum a percepção de que a área de saúde é hoje a mais bem estruturada no movimento. Como ressalta Werthein (2005, p. 102):

O Estado não tem cumprido a sua função na área da saúde. A saúde é grave em todos os sentidos, em um país em que nunca foi implantado um sistema de saúde eficiente. É como se estivéssemos falando de uma questão menor. Os melhores grupos [do movimento de mulheres] estruturados no Brasil hoje estão na área da saúde, em direitos reprodutivos. É a rede mais forte que se tem no Brasil.

Nos relatos das mulheres entrevistadas sobre atenção à saúde na comunidade, foi perceptível a importância que elas dão às palestras recebidas em diversas ocasiões, ministradas por profissionais da saúde, na própria comunidade, em articulação com setores da administração pública. Práticas como estas são também frutos do movimento feminista em suas reivindicações por direitos sociais e equidade gêneros e qualidade de vida.

O enfermeiro ressalta que a maior dificuldade no seu trabalho é o transporte, que no inverno fica ainda mais complicado, porque a estrada vira rio. A

prefeitura até oferece um carro para transportar o pessoal da saúde para as comunidades onde trabalham, porém, não tem hora certa pra sair e fica difícil chegar cedo pra trabalhar e às vezes o carro está quebrado. Ele usa o seu carro particular mesmo, pois não gosta de depender do carro da prefeitura. Mas o carro quebra e atola muito no inverno, pois as condições da estrada também não são das melhores. E tem muitas áreas que nem carro pode trafegar, precisa ir a pé mesmo, de bermuda, atravessando água, lama, às vezes atende até na beira de manguezal, junto com os demais da equipe de saúde.

Outra coisa é a falta de material no Posto Médico, se trabalha com material bem restrito, muitas vezes me sinto desprovido, sobretudo de medicamentos que não está sendo suficiente e sabemos que os moradores não têm dinheiro para comprar, mas vai se levando (Enfermeiro local).

No trato com a saúde os homens são mais relaxados, tomam menos cuidados. As mulheres procuram mais, estão sempre no Posto Médico, são mais cuidadosas com elas, com seus filhos e com os próprios maridos, estão sempre pedindo exames para elas, para eles, pedem para repetir exames, buscam sempre mais.

Tem mulheres que pedem para que eu ir falar com seus maridos e a gente procura atender, manda chamá-los no Posto para conversar com eles, nem todos costumam vir, os que vêm a gente conversa (Enfermeiro local).

Segundo os agentes de saúde local não tem casos de deficiência física e/ou mental entre os moradores, apesar do grande número de famílias serem formadas entre primos e primas. Obesidade também não é frequente, não chega a dez pessoas obesas. O que confirmei no decorrer da pesquisa.

As preocupações do governo com relação à saúde não chegam a atender as reais necessidades das populações. Entre idas e vindas, as políticas públicas voltadas a esta questão vão sendo encaminhadas no contexto das políticas governamentais.

Por exemplo, em 1993 foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no governo do presidente Itamar Franco, sendo extinto em 1994, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2003 foi recriado pelo presidente Luiz Inácio da Silva. É um Conselho de assessoramento da Presidência da República, o qual tem como atribuição

principal a proposição de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para os diversos segmentos da sociedade brasileira (CONTI; COELHO-DE-SOUZA, 2013).

Nestes termos, os desafios continuam no sentido de avançar no aprimoramento das bases e das condições de diálogo entre os atores institucionais e os atores sociais. Isto, para garantir avanços na criação de condições estruturais para que os povos e comunidades tradicionais vivam e utilizem seus territórios de acordo com suas condições culturais (CONTI; COELHO-DE-SOUZA, 2013).

Cada grupo de atores sociais envolvido neste processo de ambientalização e compromisso com a vida individual e coletiva, a exemplo da comunidade aqui estudada faz parte desta realidade não isenta de relações de poder e resistência. Como denota Foucault (1988) é na relação que o poder se faz presente. E no contexto do biopoder, ou seja, do poder sobre a vida, a resistência também tem seu lugar.

Resistências que se traduzem em estratégias comunitárias, frutos de uma forma de viver ancestral. Retomando Manoel de Barros, 2006a e 2006b, nas epígrafes iniciais desta seção e da seção seguinte, respectivamente, aprendendo na experiência do viver em comum, na relação direta com a natureza que se faz livro, o qual lido/vivido página por página na prática da vida cotidiana.

Pontuados os itens mais relevantes, os quais dizem respeito aos objetivos direcionados à comunidade em estudo, cujo conteúdo foi possível documentar até aqui, concluindo...

6 CONCLUINDO ...

Das pedras ainda não sumiram os orvalhos. [...]. Eu bem recebia as pétalas do sol em mim. Queria saber os sonhos daquelas garças às margens do rio. Mas não foi possível. Agora não quero saber mais nada, só quero aperfeiçoar o que não sei.

(Manoel de Barros)

O estudo sobre modos de vida de uma comunidade tradicional amazônica, em contexto de Unidade de Conservação aqui apresentado, sugere reflexões sobre a identificação dos impactos humanos sobre o meio ambiente e suas implicações quanto à conservação da natureza, especialmente diante da crise ambiental atual. Remete também a uma histórica e atual realidade amazônica: a vida de muitos seres humanos que sobrevivem da relação direta com os recursos vivos encontrados no meio natural em que vivem. Relação esta que representa a base de sua dinâmica econômica, cultural, enfim, de sua existência, marcando, inclusive, a sua própria identidade.

A comunidade Cajueiro é apenas um exemplo de muitas outras que constituem as populações tradicionais na Amazônia, as quais insistem na resistência em seus modos de vida ancestrais. Modos de vida estes, que estão sempre sendo solicitados a se reinventar, em suas ações locais, diante dos constantes desafios presentes no âmbito das exigências sócio-políticas, econômicas e históricas.

O estudo, a partir das práticas produtivas desenvolvidas pelos moradores no contexto de uma Resex, evidencia um processo que favorece a permanência dos modos de vida tradicionais, com indicadores de fortalecimento do equilíbrio da relação destes, com outros modos de produção econômica e humana.

A própria criação das Reservas Extrativistas já aponta novas configurações neste espaço brasileiro e amazônico, onde a inter-relação dos moradores com os recursos naturais é mais próxima, mesmo em um contexto que suscita práticas especiais de relações antrópicas, as quais refletem sobremaneira quanto à conservação socioambiental, o que configura o quanto a natureza é social e culturalmente determinada.

O desenvolvimento de Resex no contexto do litoral brasileiro, especialmente na linha de costa do Estado do Pará, tem contribuído de maneira

significativa para a conservação do ambiente estuarino e do ecossistema manguezal nele existente, bem como para o fortalecimento das comunidades tradicionais que historicamente tem neste espaço um ambiente de reprodução dos seus modos de vida.

As Resex acentuam novas práticas socioambientais, pautadas em regras e normas que por si só já fazem emergir uma nova dinâmica no território, especialmente no trato dos recursos naturais, recursos estes base da economia e da sociabilidade das denominadas populações tradicionais. Portanto, passa a ser uma alternativa possível de viabilizar práticas sustentáveis de manejo de recursos naturais, aliado à manutenção e/ou resgate da cultura destas populações que são detentoras de um saber acumulado sobre o ambiente/natureza.

Não é exagero afirmar que a prática do modelo de Reserva Extrativista Marinha traz consigo certa autonomia e valorização desses povos e de seus saberes ancestrais, adquiridos na relação direta e próxima a natureza, passados de geração a geração. O que pode ser percebido na medida em que reconhece nos acordos de uso dos recursos e de acesso aos territórios, debatidos e sugeridos por estes, especialmente na formatação dos Planos de Utilização e dos Planos de Manejo instrumentos estes necessários no contexto de cogestão do espaço e dos recursos naturais disponíveis, ainda que não isentos de conflitos.

Não obstante a necessidade ainda de aprimoramento, este modelo tem proporcionado a abertura de espaços possíveis para um novo tipo de ação, em que diferentes atores sociais envolvidos possam dialogar, em meio a variadas estratégias, na busca de soluções aos problemas socioambientais vigentes.

O estudo específico na comunidade Cajueiro aponta que não é a distância geográfica de centros urbanos que os diferencia no que tange ao contexto sociocultural, pois, isto não é argumento para o diferencial de organização de vida, a qual não se adequa ao contexto da globalização atualmente vigente, porém não deixa de sentir a influência deste em seu território.

A comunidade Cajueiro, como todas as demais que se enquadram como populações tradicionais, abarca em seus modos de vida a existência dos três modelos - o tradicional, moderno e o pós-moderno - que não são independentes, porém, intercalam-se no contexto da realidade amazônica. Tem sua cultura profundamente marcada pelo ambiente natural característico desta região, cujas

condições ambientais influenciam sobremaneira tanto a distribuição espacial quanto as atividades econômicas e de autossustento dos seus moradores, onde natureza e comunidade constituem uma unidade que tem como base o trabalho familiar aliado à solidariedade nas diversas atividades aí desenvolvidas.

Cajueiro é, portanto, exemplo de um *continuum* entre rural e urbano, desse modo, campo e cidade devem ser concebidos em suas relações. *Continuum* entendido não para reforçar a dicotomia urbano/moderno versus rural/atrasado, mas para salientar a perspectiva de que tanto o campo, quanto a cidade são partes de uma mesma sociedade.

Ademais, na percepção de rural e urbano torna-se necessário considerar um marco histórico importante, o processo de modernização do campo, intensificado no Brasil nos últimos anos, em que as relações entre tais categorias tornam-se mais intensas tanto em termos de atividades econômicas quanto sociais, logo, de gêneros.

Quanto aos fatores socioculturais entrelaçados às relações sociais de gênero, o estudo revela que a mulher na comunidade pesquisada tem uma participação ativa no contexto das atividades agroextrativistas ali presentes, estando sempre envolvida junto aos demais membros da família, sobretudo no âmbito da agricultura familiar.

As mulheres, especialmente as mais idosas, costumam se manifestar em todas as circunstâncias no cotidiano da comunidade. Inclusive, as intervenções das mais idosas são consideradas importantes no contexto social local. Por outro lado, os serviços domésticos e a criação e educação dos filhos é mais diretamente a cargo das mulheres, assim como a criação de galinha, pato, peru e demais aves e/ou animais de pequeno porte, estes mais presente nos quintais das casas.

As mulheres também afirmam que os homens não costumam colaborar nos serviços do lar. Fato este que só reforça o que a literatura sobre a questão de gênero tem acentuado, que, não obstante os avanços na relação entre homens e mulheres, o espaço público continua sendo prioridade do homem e o privado, das mulheres, apesar de todas as conquistas das mulheres e as mudanças trazidas pelo movimento feminista. Acredito que esta realidade não seja específica do

campo, pois estudos revelam que esta tendência também é frequente em contextos urbanos.

Todavia, ante a pesquisa realizada, não é possível dizer que a divisão de trabalho entre homens e mulheres em Cajueiro seja rígida. Porém, é possível supor a sobrecarga a qual a mulher está exposta, visto que ela também está inserida, junto com os homens nas atividades econômicas local. Portanto, o lugar das mulheres no contexto das atividades geradoras de renda familiar perpassa pelo lugar que elas ocupam junto as suas famílias.

O desafio do nosso tempo, portanto, parece ser exatamente o de encontrar a maneira de entender, aceitar e viver as diferenças sem conflito, sem hierarquização e sem subordinação, isto é encontrar formas para transcender às múltiplas expressões de uma sociedade ainda dominada por valores machistas.

O estudo em tela evidencia também a necessidade de Políticas Públicas mais eficientes que possam atender as necessidades de melhorias no que tange, especialmente, a infraestrutura e saneamento básico, fatores estes considerados mais críticos pelos moradores locais, entre homens e mulheres, o que se considera também para a maioria das demais comunidades tradicionais amazônicas.

Neste contexto, o espaço da universidade se faz importante na difusão de estudos interdisciplinares, envolvendo, por exemplo, biólogos, sociólogos, antropólogos e demais profissionais das diversas áreas da ciência que favoreçam práticas tradicionais de viver em Unidades de Conservação. Fortalecendo, cada vez mais, a proximidade de saber tradicional e saber científico, visto que importantes na perspectiva de sustentabilidade socioambiental.

A complexidade dos problemas socioambientais exige análises interdisciplinares no âmbito da natureza, análises estas que promovam não apenas a sistematização de conhecimentos técnico-científicos, mas que revelem também dimensões históricas, culturais, políticas e institucionais, capazes de contemplar a pluralidade socioambiental.

A luta pela proteção da diversidade biológica deve estar intimamente ligada à defesa da diversidade cultural, ao respeito aos seus conhecimentos tradicionais e à preservação dos habitats naturais destes povos e comunidades. E, nesse processo de reconhecimento dos territórios, a mobilização em torno da

identidade, simbolizada no 'saber' e no 'fazer' tradicionais torna-se uma estratégia de legitimação na luta pelos direitos dessas populações.

Não obstante as condições adversas que lhes são impostas, suas estratégias de poder têm garantido historicamente sua força de continuar seguindo em frente com seu saber e fazer ancestrais no trato com os recursos naturais em suas práticas socioambientais, cujos habitats naturais compreendem sua própria existência.

Todas as unidades de conservação, especialmente Resex Marinha, por serem um fenômeno recente na realidade brasileira, enfrentam dificuldades em seu processo de gestão e organização, e ainda como parte de um mesmo cenário litorâneo apresentam características singulares em vários aspectos, configurando, de alguma forma, o processo contínuo de recomposição e reconfiguração territorial brasileiro e amazônico.

Retomando o recorte teórico foucaultiano situado, especialmente no que comporta ao biopoder e a biopolítica, sem desconhecer o potencial de possíveis conflitos advindos das relações de forças inerentes ao contexto, conclui-se que no âmbito da comunidade estudada, a territorialidade, em contexto de unidades de conservação, mais especificamente em torno de uma Resex Marinha, tem se configurado como um importante componente no fortalecimento da construção da identidade dos atores sociais envolvidos.

A presente pesquisa possibilitou a compreensão da necessidade cada vez mais presente da prática interdisciplinar no contexto da busca de identificação e compreensão dos problemas socioambientais, o que conclama a interconexão de conhecimentos das várias áreas do saber, sem a primazia de um sobre outro, pois, sociedade e natureza constituem uma unidade orgânica e como tal deve ser percebida e vivida.

Neste contexto, biologia e sociologia, assim como as demais áreas da ciência são desafiadas a superar o paradigma que limita esta interconexão de saberes, abrindo horizontes para um saber compartilhado, a partir do qual novas práticas de pensar e fazer sejam a floradas. Foi esta a principal inquietação que esta pesquisa deixou em forma de desafio a ser encaminhado em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. Introdução. As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 15-32.
- AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. Portal institucional. Belém: PRODEPA, 2017. Disponível em: <<http://www.adepara.pa.gov.br/>>. Acesso em 02.02.2017.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 17-47.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Vol. 6, n. 1. maio/2004a. p. 9-32. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/site/revistas/ANPUR_v6n1.pdf>. Acesso em 04.04.2013.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direito à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **RBCS**. Vol. 19, n. 55, junho/2004b. p. 33-56.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de; PANTOJA, Mariana Ciavatta. Justiça local nas reservas extrativistas. Campina Grande: **Raízes**, n. 1/2, v. 23, jan/dez/2004. p. 27-41.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.
- ALVES, Raimundo Nonato Brabo. **O Método de Parcagem como Alternativa Agroecológica para a Integração Agricultura/Pecuária da Produção Familiar do Sudeste Paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/407346/1/Doc220.pdf>>. Acesso em: 5.05.2017.
- ALVES, Rubem. **Cape Diem: as anotações essenciais de Rubem Alves**. Campinas, SP: Papirus, 2014.
- ANDERY, Maria Amélia et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo: EDUC, 1988.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa qualitativa coordenada por Uwe Flick).

AQUINO, Maria Jose da Silva; ROSA, Benilde de Nazaré Lameira. Uso e Proteção Ambiental no Litoral Atlântico Amazônico: contribuição ao debate sobre práticas e saberes em unidades de conservação. **Revista Ciências Sociais**. v.6. n.12, 2009. p.131-144.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BALLARINI, Dante Hadad. **A percepção dos moradores de Caratateua em relação à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu – Bragança/Pará/Brasil**. 2012. 55 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos). UFPA/Campus de Bragança, 2012.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Tradução Marcelo Figueiredo Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2009. Coleção Pesquisa Qualitativa coordenada por Uwe Flick.

BARRETO FILHO, Henyo. Sustentabilidade e políticas de desenvolvimento. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.

BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas: a segunda infância**. Iluminuras de Martha Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006a.

_____. **Memórias inventadas: a terceira infância**. Iluminuras de Martha Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006b.

_____. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BENTO, Berenice. **Estudos de gênero: o universal, o relacional e o plural**. In: **A reinvenção do corpo**. Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BICUDO, Maria Aparecida Vigianni (Org.). **Pesquisa qualitativa: segundo a visão fenomenológica**. São Paulo, Cortez: 2011.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Educação e Realidade. **Gênero e Educação**, Vol. 20, n. 2. Porto Alegre. jul/dez. 1995. p. 133-184.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro; Graal, 1981.

_____. Uma antropologia militante (Entrevista com Carlos Rodrigues Brandão). Por: LIMA, Roberto; RODRIGUES, Cintya Maria Costa. **Sociedade e Cultura**. Vol. 10, n. 1, 2007. p. 145-149.

BRASIL. Decreto Nº 4.297, de 10 de julho de 2002. Estabelece critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm>. Acesso em: 15.05.2017.

_____. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 10.04.2014.

_____. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em 10.04.2012.

_____. Decreto s/nº, de 20 de maio de 2005. (Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no município de Bragança, no Estado do Pará). Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/quemquem>>. Acesso em 20.03.2015.

_____. Portaria Nº 17, 24/09/2007, publicada no Diário Oficial da União- seção I, Nº 206, de 25 de outubro de 2007. ICMBio. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/534_20101026_155010.pdf>. Acesso em 19.06.2016.

_____. Decreto Lei Nº 4340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em 18.08.2014.

BRITO, D.M.C. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/10/n1Daguinete.pdf>>. Acesso em: 19.04.2015.

BRITO, Lydia. Maria. Pinto. Desenvolvimento Local - alternativa de desenvolvimento sustentável no capitalismo? In. XXVI ENEGEP. **Cadernos de Resumo**. Fortaleza. Ética e Responsabilidade Social. Rio de Janeiro: Oficina das Letras, 2006. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_6797.pdf>. Acesso em: 04.04.2014.

BRITO, Lydia Maria Pinto; RIBEIRO, Edinelza Macedo. Desenvolvimento local sustentável e o fenômeno cultural dos bois-bumbás de Parintins. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa: UFV, Vol. 1, n. 3, jul./set. 2009. p. 1-22. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/12#U5vmtNJOVLM>>. Acesso em 10.04.2014.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Vol. 37, n. 132, set./dez., 2007. p. 537-572.

BURSZTYN, Marcel (Org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**: desafios ao novo século. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANTARELLI, Jonhny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. 2 ed. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2010. p. 279-299.

CANTO, Otávio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Coleção Eduardo Gomes Belém: MPEG, 2007.

CARVALHO, Ruy Duarte de. **Vou lá visitar pastores**: exploração epistolar de um percurso angolano em um território Kuvale (1992-1997). Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

CARTA DA TERRA. 2000. Disponível em:
<www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>. Acesso em: 09.06.2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Vol. II. Tradução Klauss Brandinni Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE SEGUNDO. Geórgenes Hilário. **Processos oceanográficos na região costeira e estuarina do rio Caeté, Pará, Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Geociências - Geoquímica Ambiental)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CONTI, Irio Luiz; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Povos e comunidades tradicionais: a produção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. In: BARROS, Flávio Bezerra; SIQUEIRA, DEIS; SILVA, Hilton Pereira da. (Orgs.). **Amazônica: Revista de Antropologia**. Belém: UFPA, Vol. 5, n. 3 – Especial / dez., 2013. p. 781-804.

CORDEIRO, Rosineide de L.M. Empoderamento e mudanças das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no sertão central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. 2 ed. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2010. p. 145-171.

COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP. n. 19, 2002, p. 59-90. Disponível em:
<<http://www.culturaegenero.com.br/wp-content/uploads/2012/05/COSTA-CI%C3%A1udia-O-sujeito-no-feminismo.pdf>>. Acesso em 20.11.2016.

COUTINHO, Caroline Marci Fagundes; CARVALHO, Maria do Carmo dos Santos; PAULA; FERREIRA, Maria da Luz Alves. O rural está no urbano, o urbano está no rural: considerações a partir do espaço. **Revista Desenvolvimento Social**, Vol. 3, n. 10, 2013. p. 63-73. Disponível em: <http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/viewFile/107/92>. Acesso em 04.05.2017.

CUNHA, Francisco Dyanês Rocha; SANTIAGO, Tatiana da Silva. Organização social e representatividade política dos tiradores de caranguejo no município de Bragança. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 155-166.

DI CIOMMO, R. C. Pescadoras e Pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, X, n. 1, jan/jun., 2007. p. 151-163.

DIEGUES, Antônio Carlos. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais**. In: Serrano, C; Bruhns, H. (Org). Campinas: Papirus, 1997.

_____. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**. Vol. III, n. 2, 1999, p. 361-375.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). **Espaços e usos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB, 2001a.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: NUPAUB/USP, Editora UCITEC, 2001b.

_____. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB/USO, 2004.

_____. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. 2 ed. São Paulo: Nupaub-USP, 2008.

DI PAOLO, Darcy Flexa; SILVA JÚNIOR, Sebastião R. da; BARBOSA, Roberta S. Leitão. Práticas socioambientais e relações de gênero em uma comunidade tradicional amazônica. In: CALDAS, Raimunda Benedita Cristina; ALENCAR, Larissa Fontinele de; SILVA JÚNIOR, Fernando Alves da. **Tradução e interculturalidade: pontos de convergência**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016. p. 173-185.

DI PAOLO, Darcy Flexa. Socioambientalismo e relações sociais de gênero em unidades de conservação: a contribuição de Michel Foucault. In: **Desmantelando as fronteiras dos saberes na Amazônia**. Coleção Sustentabilidade, Impacto, Direito, Gestão e Educação Ambiental. Curitiba: Editora APPRIS, 2017. [no prelo].

DOMINGUES, Denis. **Análise do conhecimento ecológico local e do sistema produtivo como subsídio para gerar instrumentos de gestão da atividade de exploração do caranguejo-uçá (*ucides cordatus linneaus, 1763*) nos manguezais da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Bragança-PA**. 2008. 60 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos). UFPA/Campus de Bragança, 2008.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ. Portal institucional, Ananindeua, [2016]. Disponível em: <<http://www.emater.pa.gov.br/>>. Acesso em 02.02.2017.

ESTERCI, Neide; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Introdução. In: ESTERCI, Neide; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Introdução. **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Letras, 2014. p. 11-19.

FERREIRA, Claudete Bezerra. **Variação espacial e temporal da velocidade de corrente e material particulado em suspensão no rio Chumucuí**. 2013. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA/ Faculdade de Ciências Naturais do Instituto de Estudos Costeiros/Campus Bragança, 2013.

FISCHER, Izaura R. Relações de gênero na agricultura familiar no acampamento de sem terra no Engenho Prado. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2010. p. 193-204.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009. Coleção Pesquisa qualitativa coordenada por Uwe Flick.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro; Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 10 ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 6 ed. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. Da natureza humana: justiça contra poder. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 87-132.

_____. Perguntas a Michel Foucault sobre geografia. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 175-188.

_____. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 223-240.

_____. Poderes e estratégias. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera

Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 241-252.

_____. Diálogos sobre o poder. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 253-266.

_____. A sociedade disciplinar em crise. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 267-269.

_____. Posições sobre o poder. Respostas a certas críticas. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 270-280.

_____. Foucault. Conversação sem complexos com um filósofo que analisa as “estruturas do poder”. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 306-316.

_____. M. Foucault. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978.. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos IV, 2003. p. 334-351.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. 2 ed. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense universitária. Coleção Ditos e Escritos V, 2004. p. 264-287.

_____. Gerir os ilegalismos. In: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault: entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006. p. 41-52.

_____. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção Trópicos).

_____. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b (Coleção Trópicos).

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. [Apêndice]. Tradução Vera Portocarrero; Gilda Gomes Carneiro 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

FREITAS, Paulo Tadeu Amorim de. **Distorção e atenuação da maré em um Tidal Rive**: feitos da Sazonalidade da Vazão Fluvial e Geomorfologia (Sistema Guamá-Capim). 2011. 180 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) UFPA, 2011.

FURTADO, L.G.; NASCIMENTO, I.H.; SANTANA, G.; MANESCHY, M.C. Formas de utilização de manguezais no litoral do estado do Pará: casos de Marapanim e São Caetano de Odivelas. **Amazônia**: Ciência e Desenvolvimento, 1/2, 2006.

GADOTTI, Moacir. Prefácio: Um olhar sobre gênero e meio ambiente. In: CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 7-9.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 12 ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2014.

GEHLEN, Vitória; BRYON, Eliane. Conflitos na produção do espaço: um estudo de caso em Gaibu, PE. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2005. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/gehlenbryon.pdf>>. Acesso em 5.05.2012.

GLASER, M. Introdução. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. **Gente, ambiente e pesquisa**: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 17-19.

_____. Inter-relação entre o ecossistema manguezal, a economia local e a sustentabilidade social no estuário do Caeté, Norte do Brasil. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. **Gente, ambiente e pesquisa**: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 37-49.

GOMES, João Carlos; SATO, Michèle. **Mulheres e homens**: partes diversificadas da terra. In: VI Seminário Integrador: gênero, desenvolvimento e meio ambiente. Maceió, 2001.

GOMES, Jean Neves. **Avaliação do sistema de abastecimento público e análise da qualidade do rio Chumucuí como fonte hídrica para o município de Bragança/Pará**. 2008. 54 f. Monografia (Especialização em Gestão de Recursos Hídricos). UFPA/Instituto de Geociências, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2015. (Coleção Caminhos da Geografia).

GORAYEB, Adryane. **Análise integrada da paisagem na bacia hidrográfica do rio Caeté Amazônia Oriental-Brasil**. 2008. 203 f. Tese (Doutorado em Biologia Ambiental)-PPGBA/UFPA, Bragança, 2008.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho M.; MARTINS, Daniela de Almeida; GUIMARÃES, Patrícia Magalhães. Os métodos qualitativo e quantitativo: similaridades e complementaridade. In: GRUBITS, Sonia; NORIEGA, José Angel Vera (Orgs.).

Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004. p. 79-92.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014a.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b. p. 103-133.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVEREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (Orgs.). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber e Bruno Latour**. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: UNESP; Brasília: UNB, 2014. p. 343-357.

HOMA, A. K. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e potencialidades**. Brasília: EMBRAPA/SPI. 1993.

IBGE. Cidades@. 2017. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150170>>. Acesso em 4.01.2017.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. **Enfoque de gênero nas relações com populações do entorno das unidades de conservação**. Brasília: Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre / IBAMA, 2000. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto_Berlindes.pdf>. Acesso em 10.03.2013.

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. **Revista do Ceam**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2015. p. 63-81.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1998.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Ed. Relume/Dumará, 2001.

LASCOUMES, Pierre; LE GALES, Patrick. **Sociologia da ação pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.

LEFF, Enrique. La insoportable levedad de la globalización: la capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**. v. 7, nº 1, jan-abr/2001, p. 149-160.

_____. **Racionalidade Ambiental**: A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2006.

_____. Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Estudos Feministas**. Florianópolis: 16(3): setembro/dezembro. 2010. p. 871-887. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a13.pdf>>. Acesso em 5.06.2017.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Territórios ocupados: um ensaio de reflexão sobre política pública de desenvolvimento nacional e desenvolvimento territorial. In: TEISSERENC, Pierre; ROCHA, Gilberto de Miranda; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. (Orgs). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008. p. 231-243

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua**: uma comunidade pesqueira ameaçada. Belém, UFPA, 1993.

_____. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia. Belém, v. 11, n. 02, 1995. p. 145-166.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e Gênero. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.222-231.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. Florianópolis: **Estudos feministas**. Setembro-dezembro/2008. p. 809-840.

MELILLO, Aldo; OJEDA Élbio Néstor Suárez. (Orgs.). **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Tradução Valério Campos. Porto Alegre; Artmed, 2005.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. A natureza da conservação: RESEX, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. In: TEISSERENC, Maria José

da Silva Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. ESTERCI, Neide. (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 163-185.

MONTEIRO, Marcela Cunha Monteiro. **Aspectos hidrodinâmicos, hidrográficos e microbiológicos do estuário do rio Caeté-PA (Brasil)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental)-PPGBA/UFPA, Bragança, 2009.

MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Editora Europa-América. 1992.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Rev. Antropologia**. Vol. 44, n. 2 São Paulo, 2001. p. 39-88.

NAIME, Roberto. **A resiliência ambiental**. Portal Eco-Debate, 2015. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2015/01/13/a-resiliencia-ambiental-artigo-de-roberto-naime/>>. Acesso em 19.09.2016.

NASCIMENTO, Dilson Gomes; COSTA, Luís Fernando; ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos. Mudança e resistência nos modos de vida em comunidades rurais: um estudo da comunidade de Vila Manaus, no município de Parintins-Am-Brasil. In: *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, ago. 2013. Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/25/resistencia.html>. Acesso em: 9.05.2017.

NASCIMENTO, Dilson Gomes; COSTA, Luís Fernando; ANDRADE, Francisco Alcicley Vasconcelos. Mudança e resistência nos modos de vida em comunidades rurais: um estudo da comunidade de Vila Manaus, no município de Parintins-AM-Brasil. In: *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, ago. 2013. Disponível em: <www.eumed.net/rev/cccss/25/resistencia.html>. Acesso em: 9.05.2017.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis do; BARBOZA, Roberta Sá Leitão; DI PAOLO, Darcy Flexa. Os conflitos socioambientais na reserva extrativista Marinha de São João da ponta (Pará): desafios na gestão dos recursos pesqueiros em unidades de conservação de uso sustentável no litoral paraense. In: V CONGRESSO NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO DELTA DO PARNAÍBA UFPI - Parnaíba (PI), 10 a 12 de junho de 2015. *Revista Saúde e Ciência online*. ISSN 2317-8469. Vol. 4, n. 2, suplemento, out. 2015. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/revistasaudeeciencia/index.php/RSC-UFPG/article/viewFile/284/220>>. Acesso em: 10.09.2016.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**. A divisão sexual do trabalho na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Conceição. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. 2001. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/>>

1822/4117/1/feminismo%20e%20discurso%20do%20g%C3%A9nero%20na%20psicologia%20social.pdf>. Acesso em: 10.04.2014.

NOGUEIRA, M.; FLEISHER, Entre a tradição e a modernidade: potenciais e contradições da cadeia agroextrativista no cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Vol. 3, n.1. Rio de Janeiro, 2005. p.125-157.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Marcos de Jesus. **Confissões da carne**: uma experiência clínica de atendimento psicoterapêutico a transexuais. 2012. 260 f. Tese de Doutorado em Sociologia (Doutorado em Sociologia). UFPA: Belém, 2011.

OLIVEIRA, Francisco Pereira. **Análise da percepção dos extrativistas estuarino-costeiros sobre o zoneamento da extração do caranguejo-uçá (*ucides cordatus*) e da madeira nos manguezais da Resex Marinha Caeté-Taperaçu/Pará, costa amazônica brasileira**. 2015. 164 f. Tese (Doutorado em Biologia Ambiental), UFPA, 2015.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

OPITZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: KLAPISCHZUBER, C. (Org.). **História das mulheres no Ocidente**: a Idade Média. Tradução de Ana L. Ramalho et al. Porto: Afrontamento, 1990. p. 353-435.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2006.

PELLIZZARO, Nilmar. Michel Foucault: um estudo do biopoder a partir do conceito de governo. **Revista Peri**, Santa Catarina. Vol. 05, n. 01, 2013. p.155-168. Disponível em: <<http://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/view/888>>. Acesso em 02.01,2017.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antônio Carlos: Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba: UFPR. n. 22, jul./dez. 2010. p. 37-50.

PEREIRA, Rosenildo da. Sistema de organização modular de ensino (SOME) e a inclusão social dos jovens e adultos do campo. **Margens** - Revista Interdisciplinar Versão Digital. Dossiê: Formação Docente. Abaetetuba, Vol.10, n. 14. jun. 2016. p. 187-198. Disponível em: <periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/download/4257/4128>. Acesso em: 02.03.2017.

PERES, Ariadne da Costa. **Estudo antropológico de uma comunidade na abrangência da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu Bragança/Pará/Brasil**. 2011. 297 f. Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Doutorado em Ciências Sociais). UFPA: Belém, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista Sociologia Política**, Vol.18, n. 36. Curitiba junho, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>>. Acesso em 10.06.2014.

PINTON, Florence; AUBERTIN, Catherine. O extrativismo entre conservação e desenvolvimento. In: CASTRO, Edna; PINTON Florence. **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997. p. 263-284.

PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACÚ/PA. ICMBio/MMA/Instituto Chico Mendes. Vol. I, 2013.

PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERACÚ/PA. ICMBio/MMA/Instituto Chico Mendes. . Vol. II, 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: origens da nossa época. 4 ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PROST, Maria Thereza; MENDES, Amílcar Carvalho (Orgs). **Ecosistemas costeiros**: impactos e gestão ambiental. 2 ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**. Revista Sociologia. São Paulo: USP, v. 7, n.1/2, out./1995. p. 67-82.

_____. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RECH, Adir Ubaldo; RECH Adivandro. **Zoneamento ambiental como plataforma de planejamento da sustentabilidade**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012.

RELATÓRIO BRUNDTLAND: Nosso Futuro Comum. 1987. Disponível em: <<https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>>. Acesso em 06-5.2014.

RIBEIRO Tânia Guimarães. Limites e Desafios da Participação em Processos Decisórios numa Unidade de Conservação. In: TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. ESTERCI, Neide. (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 261-284.

RIOT-SARCEY, Michèle. Michel Foucault para pensar o gênero: sujeito e poder. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; DESCOUTURES, Virginie; DEVEREUX, Anne-Marie; VARIKAS, Eleni (Orgs.). **O gênero nas ciências sociais**: releituras críticas de Max Weber e Bruno Latour. Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: UNESP; Brasília: UNB, 2014. p. 553-567.

ROCHA, Carla Giovana Souza; ALMEIDA, Jalcione Pereira de. Conhecimentos locais e práticas de gestão da fertilidade do meio natural entre agricultores familiares da microrregião de Altamira, Pará, Brasil. In: BARROS, Flávio Bezerra; SIQUEIRA, DEIS; SILVA, Hilton Pereira da. (Orgs). **Amazônica: Revista de Antropologia**. Belém: UFPA, Vol. 5, n. 3 – Especial / dez., 2013. p. 893-908.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 186-201.

RUEDA, P. R. Evolução histórica do extrativismo. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Org.). **Reservas extrativistas**. Brasília: CNPT/IBAMA, 1995.

SACHS, Ignacy. De volta à mão invisível: os desafios da segunda cúpula da terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, Dossiê Sustentabilidade, Vol. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a02v26n74.pdf>>. Acesso em 08.06.2017.

SAFFIOTI, H; ALMEIDA, S. A. **Violência e gênero**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Abramo, 2004.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaio / Ciências Sociais / FLACSO-Brasil – jun. 2009. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleith_Saffioti.pdf>. Acesso em 10.09.2016.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo, Petrópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Wladir. **Ensino Modular**: uma resolução brasileira na educação. Campinas: Edilap, 1994.

SARDENBERG, Cecilia M. B., COSTA, Ana Alice Alcântara. Feminismo no Brasil: enunciando e canalizando demandas das mulheres em sua diversidade. **Estudos Feministas**, jul./dez. 2011 / jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/cecilia.htm>>. Acesso em 10.06.2014.

SAYAGO, Doris; BURSZTYN, Marcel. A tradição da ciência e a ciência da tradição: relações entre valor, conhecimento e ambiente. In: GARAY, Irene; BECKER, Bertha. (Orgs). **Dimensões humanas da biodiversidade**: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis, Vozes, 2006. p. 89-109.

SAWICKI, Jana. Estranhando: Foucault e o sujeito do feminismo. In: GUTTING, Gary (Org.). **Foucault**. Tradução André Oídes. São Paulo: Ideias e Letras. 2016. p. 450-473.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, Vol. 20, n. 2, jul./dez., 1995. p. 71-19. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em: 2.02.2016.

_____. Perguntas no respondidas. **Revista Debate Feminista**, ano 20, Vol. 40, out. 2009. México: UNAM. p. 100-110.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. Introdução. Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e atores. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2010. p. 17-27.

SCOTT, Parry. Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catrina: Editora mulheres, 2010a. p. 15-33.

SCOTT, Parry. Mensagens cruzadas: políticas públicas e relações familiares no meio rural. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: Ed, Universitária da UFPE, 2010b. p. 243-262.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeíza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catrina: Editora mulheres, 2010. p. 63-93.

SEGATO, Rita Laura. **Uma Agenda de ações positivas para as mulheres indígenas do Brasil**. Biblioteca do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, Artigos Eletrônicos. Brasília: Agende, 2002. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/outros/Acoes%20para%20mulheres%20indigenas.pdf>. Acesso em 10.05.2012.

_____. **Análise de gênero e elaboração de uma proposta para a estratégia de gênero do Programa da Cooperação Técnica Alemã para a Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais**. Brasília, 2009. Mimeografado.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: v.1, n.1, já./mar. 2000. p. 61-71.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da. **Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. 2013. 129 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). UFPA, 2013.

SILVA, Patricia Pinto da. Da propriedade coletiva ao co-gerenciamento: lições da primeira reserva extrativista marinha brasileira. Tradução João Francisco Bezerra. **Marine Policy**. Vol. 28, 2004. p. 419-428. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/patricia.pdf>>. Acesso em 22.08.2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 73-102.

SILVA, Vinícius da. LONDERO, Josirene. Cândido. A marcha das margaridas: política de gênero em busca da eficácia dos direitos e garantias fundamentais das trabalhadoras rurais. In: XI Seminário Nacional. Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. I Mostra Nacional de Trabalhos Científicos. Porto Alegre: UNISISC, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID48_17042016155613.pdf>. Acesso em 05.04.2017.

SIMÕES, Aquiles; SIMÕES, Lourdes Henchen Ritter. Os desencontros dos diversos agentes sociais na gestão dos recursos naturais: um campo de mediação a ser construído. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: NUMA/UFPA, 2005. p. 167-187.

SIMONI, Jane. A revitalização do extrativismo: práticas de economia solidária e sustentabilidade. **Boletim do Mercado de Trabalho**. n. 42, fev. 2010. p. 49-53. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5748>. Acesso em 15.05.2017.

SIQUEIRA, Deis Elucy. **Relações de gênero em contexto de região de conservação costeira: a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Amazônia Paraense** (Projeto de Pesquisa / Edital 2010 CNPq-MDS-SPM; processo 402300/2010-6). Disponível em: <<http://estudoscosteiros.wordpress.com/2010/12/14/projeto-relacoes-de-genero-em-contexto-de-regiao-de-conservacao-costeira/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SOUZA, Vanessa Felipe de. **Febre aftosa, estamos no caminho certo**. Brasília: Empresa de Pesquisa Agropecuária do Pará. Notícias, maio/2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/3095798/artigo-febre-aftosa-estamos-no-caminho-certo>>. Acesso em: 20.05.2017.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. In: **Psicologia & Sociedade**; 15 (2): 18-42; jul./dez. 2003.

TEISSERENC, Pierre. **As políticas de desenvolvimento Local, abordagem sociológica**. Coleção Coletividades Territoriais. Paris: Editora Econômica, 1994.

_____. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**. Niterói, n. 29, 2º sem. 2010. p. 153-179.

_____. Governança territorial em reservas extrativistas. **Rev. Pós Ciências Sociais**. São Luís: UFMA, v.11, n.22, jul/dez. 2014a.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da S. Aquino. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. **Revista Sociologia & antropologia**. Rio de Janeiro. Vol. 4, n. 1, jun./2014. p. 97-125.

TEISSERENC, Maria José da Silva. Atores não governamentais, relações, representações e desafios do desenvolvimento sustentável (na Amazônia brasileira). In: ESTERCI, Neide; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva. **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014b.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; TEISSERENC, Pierre. Dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia brasileira. In: TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. ESTERCI, Neide. (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 31-60.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TORRES, Iraíldes Caldas; RODRIGUES Luana Mesquita. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Orgs.). **Gênero e Geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora mulheres, 2010. p. 233-252.

TOURAINÉ, Alain. **A sociologia pública e o fim da sociedade**. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 56, p. 245-254, Maio/Ago. 2009.

_____. **O mundo das mulheres**. 2 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, Egberto Ribeiro. A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária. In: GRUBITS, Sonia; NORIEGA, José Angel Vera (Orgs.). **Método qualitativo**: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação. São Paulo: Vetor, 2004. p.17-51.

VALADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 22. n. 63. São Paulo, fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012>. Acesso em 10.08.2016.

VALLEJO, Luiz Renato. Os parques e reservas como instrumento de ordenamento territorial. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (Orgs.). **Ordenamento territorial**: coletânea de textos com deferentes

abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.157-193.

VIEIRA, Norma; SIQUEIRA, Deis; EVER, Marcela; GOMES, Maria. Divisão sexual do trabalho e relações de gênero em contexto estuarino-costeiro amazônico. In: BARROS, Flávio Bezerra; SIQUEIRA, DEIS; SILVA, Hilton Pereira da (Orgs). **Amazônica**: Revista de Antropologia. Belém: UFFPA, Vol. 5, n. 3 – Especial / dez., 2013. p. 807-835.

VIEIRA, Norma; SIQUEIRA, Deis; DI PAOLO, Darcy. O que é de mulher e o que é de homem: relações de gênero na pesca artesanal comunidade de Bonifácio, Amazônia Oriental, Brasil. Revista Raízes, v. 34, n. 1, jan.-jun./2014. p 8-23. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_326.pff. Acesso em; 19.03.2015.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Tradução Clotilde da Silva costa. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977.

WERTHEIN, Jorge. Apresentação. In: CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-29.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO DAS QUESTÕES GUIAS 1
MORADORES MAIS ANTIGOS

- 1) Como chegou na comunidade Cajueiro? Há quanto tempo?
- 2) O que é morar em Cajueiro?
- 3) Que conhecimento tem sobre o início da comunidade?
- 4) Quais foram os primeiros moradores?
- 5) Como era a vida no início da comunidade?
- 6) Quais as atividades extrativistas que mais se destacam na história desta comunidade?
- 7) Como era a organização das atividades extrativistas inicialmente? E como é atualmente?
- 8) O que significa a presença da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu no contexto da comunidade?
- 9) Como é a relação entre homens e mulheres no cotidiano da comunidade?
- 10) Quais os pontos positivos e negativos desta comunidade?

APÊNDICE B
ROTEIRO DAS QUESTÕES GUIAS 2
GRUPOS FOCAIS (Homens)

- 1) Quais as principais atividades extrativistas locais?
- 2) Como é a participação dos moradores nas atividades extrativistas?
- 3) Como são processados os recursos naturais para fins de fontes de alimentação e de renda local?
- 4) Quais as épocas do ano mais propícias aos produtos naturais existentes?
- 5) Qual o recurso natural mais comercializado?
- 6) Como é feita a comercialização dos produtos naturais?
- 7) O que significa a RESEX Marinha Caeté-Taperaçu no contexto da comunidade?
- 8) As normas da referida RESEX influem nas atividades extrativistas? De que forma?
- 9) Existe divisão de tarefas entre homens e mulheres nas atividades extrativistas?
- 10) Quais os principais pontos positivos e negativos da comunidade?

APÊNDICE C
ROTEIRO DAS QUESTÕES GUIAS 3
RODAS DE CONVERSAS (Mulheres)

- 1) Como é viver na comunidade Cajueiro?
- 2) Participa das atividades extrativistas? Como?
- 3) Onde homens e mulheres mais estão presentes?
- 4) Quanto à comercialização dos recursos naturais: como é a participação de homens e de mulheres?
- 5) Como percebe a presença da mulher no contexto da comunidade?
- 6) O que significa a presença da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu no contexto local?
- 7) Existe divisão de tarefas entre homens e mulheres na comunidade?
- 8) Quais os pontos positivos e negativos da comunidade?

APÊNDICE D

ROTEIRO DAS QUESTÕES GUIAS 4

INFORMANTES-CHAVE (lideranças locais e moradores mais envolvidos com uma das atividades extrativistas)

- 1) Como é viver na comunidade Cajueiro?
- 2) Como se relaciona no contexto das atividades extrativistas local?
- 3) Costuma se envolver com alguma das atividades extrativistas em especial? Por quê?
- 4) Costuma se envolver com questões de interesses coletivos? Por quê?
- 5) O que significa a presença da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu no contexto local?
- 6) As regras da RESEX influencia no cotidiano dos moradores locais?
- 7) Existe divisão de tarefas entre homens e mulheres na comunidade?
- 8) Quais os pontos positivos e negativos da comunidade?

APÊNDICE E
MEMÓRIA FOTOGRÁFICA DA PESQUISA
(FOTOS DA AUTORA)



Foto 1: O colégio de primeiro e segundo graus (2014).



Foto 2: A Igreja católica (2014).



Foto 3: O Centro comunitário (2014).



Foto 4: A praça central (2014).



Foto 5: Gado na praça central (2015).



Foto 6: Pastagem do gado (2016).



Foto 7: Uma casa de farinha (2016).



Foto 8: O trabalho no forno (2016).



Foto 9: A farinha de tapioca (2016).



Foto 10: No preparo da farinha de mandioca (2016).



Foto 11: Caminhos internos da comunidade (2016).



Foto 12: Caminhos por entre a plantação de mandioca (2016).



Foto 13: Um quintal de morador(a) (2015).



Foto 14: Espaços de proteção das aves (2015).



Foto 15: Cultivo de hortaliças e plantas medicinais (2015).



Foto 16: No preparo do tabaco (2016).

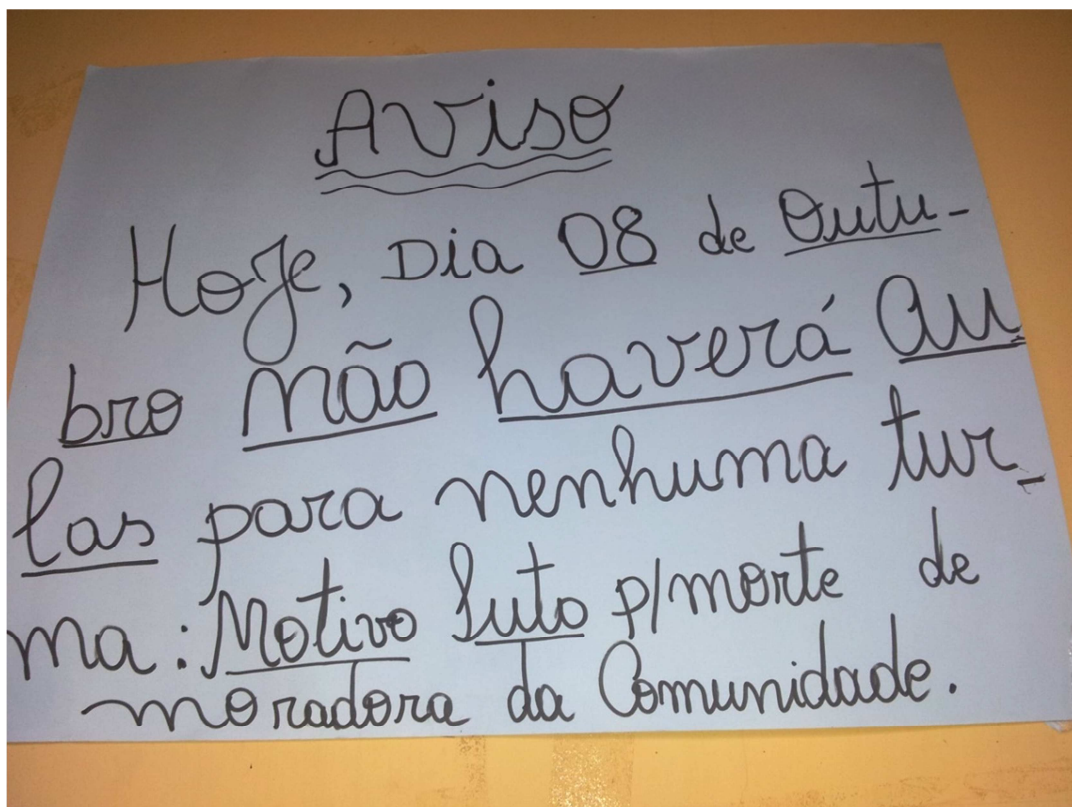


Foto 17: Aviso na parede do colégio, um costume local (2016).



Foto 18: Uma casa anterior a 'da Resex' (2016).



Foto 19: Uma casa atual 'da Resex' (2016).



Foto 20: Portinho: o acesso ao mar (2016).



Foto 21: Portinho: chegando da pesca (2016).



Foto 22: Preparando a boia (2016).



Foto 23: Em roda de conversa.



Foto 24: Em grupo focal (2015).